

COPCON É "PIVOT" DA REVOLUÇÃO

- "CODICE" abandona a nova 5.^a
- Vasco Lourenço declina
- Unidades mantêm Otelo

Enquanto, face à contra-ofensiva imediata da esmagadora maioria das unidades militares da região de Lisboa, Vasco Lourenço declina o cargo de comandante da R. M. L. para que acabava de ser nomeado pelo Conselho da Revolução, Otelo sai reforçado e mantém-se nos postos que tinha. Ao mesmo tempo, a esquerda militar e civil congrega-se no Copcon, tornado «pivot» do processo revolucionário com força para, finalmente, levar por diante o projecto de aliança Povo-M. F. A.

Ao mesmo tempo, um sector muito importante da Revolução quase liquidado com o advento dos «nove», alia-se ao Comando Operacional do Continente e deixa a nova 5.^a Divisão: trata-se da CODICE, responsável pela dinamização cultural ao serviço

da nova sociedade que se quer edificar no País.

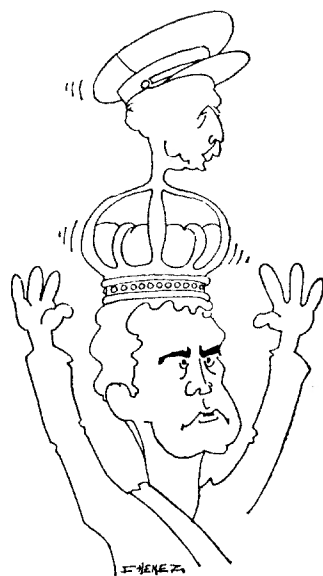
O reagrupamento dos sectores militares de esquerda, que já decidiram terem abandonado todas as tentações demissionistas, é um dos factos mais positivos da semana que agora termina e resulta da enorme força demonstrada pelo movimento popular de massas, o qual atingiu os seus pontos culminantes na manifestação unitária de domingo passado, em Lisboa, e na mobilização espectacular e fulminante de quinta-feira, contra o golpismo do VI Governo. Habitado já a «viver em Revolução», o povo trabalhador não cede a manobras de direita e impõe novo rumo ao originalíssimo processo português para a construção do socialismo.

Págs. 4 e 20



**JUAN
CARLOS
PROCLAMADO
REI
DE ESPANHA**

Pág. 13



A coroação do sucessor de Franco vista pelo desenhador Chenez, no jornal «Le Monde»



ALENTEJANOS EM BELÉM

Não satisfeitos com o VI Governo, centenas de trabalhadores agrícolas alentejanos «acamparam», por assim dizer, junto do Palácio de Belém, «à espera de uma resposta revolucionária».

Encontram-se ali desde quinta-feira passada, dormindo em camionetas. Um problema,

entretanto, lhes surgiu: como cozinhar?

Vai daí, a Companhia de Transportes Marítimos, através da respectiva Comissão de Trabalhadores, ofereceu aos alentejanos o refeitório que possui na Rua dos Lusíadas.

Logo os alentejanos (ontem e hoje) desfrutaram do confor-

to de uma refeição quente. E de mesas. E de cadeiras. E de um tecto protector...

Eis, em poucas palavras, uma lição de solidariedade. Um exemplo de luta contra as tendências de direita do VI. A verdade é só uma: «um povo unido nunca mais será vencido».

SÓ UM GOVERNO DE ESQUERDA PODE EVITAR A GUERRA CIVIL

— afirmam os secretariados

das Comissões de Trabalhadores de Lisboa

e da Intersindical

O Presidente Costa Gomes tem estado submetido a «fortíssimas pressões da banda direita na sua escalada reaccionária», mas o discurso pronunciado em Belém, na quinta-feira, foi positivo, e contém «afirmações suficientemente importantes para, com base nelas, as massas trabalhadoras elaborarem uma estratégia de acção» — declararam os secretariados das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e da Intersindical, durante uma conferência de Imprensa realizada ontem.

Em documento conjunto, as duas organizações analisam detalhadamente a situação política e as perspectivas criadas pela concentração popular de Belém, que «reforçou a posição dos militares progressistas e contribuiu de forma importante para novas conquistas na situação político-militar».

Na conjuntura criada, as decisões tomadas pelo Conselho da Revolução, na sexta-feira, «exprimem uma nota preocupante, em especial para a classe operária e trabalhadores em geral». No entanto, a aliança Povo-M. F. A., «projecto que agora parece ter sido retomado ao nível dos órgãos do Po-

der militar, exige, para a sua definição e concretização, a participação da classe trabalhadora através das suas organizações, para que a classe operária, única verdadeiramente revolucionária não se dilua num papel que não seja o seu».

A solução da presente crise política, afirmou-se, passa pela criação de um Governo de esquerda, «único que pode evitar o caos, a anarquia e a guerra civil». Mas o almirante Pinheiro de Azevedo «não é o homem de esquerda capaz de encabeçar e reestruturar o futuro Governo», do qual deverá ser excluído o P. P. D., «pela sua actuação contra-revolucionária» — acrescentou um dirigente da Intersindical.

A direcção do P. S. foi igualmente criticada pelas suas «alianças de direita que permitem considerar este Partido a «perna esquerda da direita». Todavia, as bases do P. S. são, em grande parte, constituídas por «trabalhadores interessados, como todos os outros, em acabar com a exploração capitalista» competindo a estes pela sua luta firmeza e combatividade, que quebram factores de que dependem essas alianças de modo a que este partido se transforme na «perna direita da esquerda».



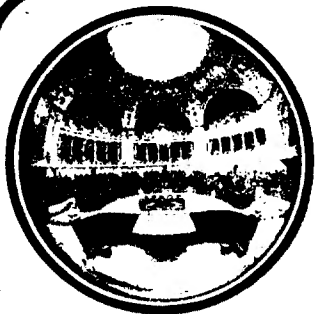
O "JAZZ" ESTÁ EM CASCAIS

Jonh Newman sopra sons de Louis Amrstrong no trompete mais ouvido ontem à noite, no Pavilhão dos Desportos de Cascais, no primeiro dia do V Festival Internacional de Jazz. (pág. 14)

20 PÁGINAS

Ler na Pág. 9.

Nacional



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Complexo de perseguição, Espanha e um desaire P.P.D.

Um dia antes tinha-se aprovado (leia-se: os deputados do P. S., do P. P. D. e do C. D. S. tinham aprovado) uma moção segundo a qual a Assembleia Constituinte «declara ser sua intenção reunir nos termos regimentais em qualquer momento e em qualquer parte, se tanto for necessário, para o integral cumprimento do seu mandato nacional». Para Vital Moreira (falando ontem) a declaração que o bloco P. S.-P. P. D.-C. D. S. aprovaram é a expressão mais dramaticamente ridícula da desorientação de uma Assembleia possuída por infrense complexo de perseguição e avassalada por um esmagador desejo de auto-afirmação.

Depois de Vital Moreira falarem Hilário Teixeira e Avelino Gonçalves (ambos do P. C. P.), Amaro da Costa (do C. D. S.), Levi Batista (do M. D. P.) e Emídio Guerreiro (do P. P. D.). Isto para falarmos apenas das intervenções por assim dizer mais assinaláveis. E assinale-se desde já a escassa presença dos deputados do P. S.

Hilário Teixeira falou da situação político-militar actual. Disse coisas comuns e desviou-se, no seu ataque ao VI Governo, para o elogio do V. de Vasco Gonçalves. Gonçalves, Avelino, discursou acerca da necessidade de transformar o sistema económico ainda em vigor.

Amaro da Costa: sobre a situação actual em Espanha, e não só. Apresentou à Assembleia um voto de saudação a ser enviado para Madrid. Em nome da As-

sembleia Constituinte de Portugal, e «no momento em que se abre uma nova fase na vida do povo espanhol», o texto «saúda as forças democráticas que, em Espanha, se batem por um futuro de liberdade e democracia, exprimindo-lhes a sua integral solidariedade». Mais: «a Assembleia Constituinte portuguesa afirma a sua convicção de que os povos de Espanha e de Portugal têm, em comum, a luta pela paz, pela democracia e pela justiça».

Em votação, o bloco P. S.-P. P. D.-C. D. S. foi a favor. Os deputados do P. C. e do M. D. P. abstiveram-se. Vital Moreira e Levi Batista disseram porquê. Não cremos que a morte de um dirigente fascista, só por si, implique para o povo espanhol a entrada numa nova era — disse o deputado do P. C. P. e o do M. D. P.: «Pensamos que em virtude dos sentidos que permanentemente aqui são dados às mesmas palavras não poderemos naturalmente coincidir nas intenções quando as palavras «Democracia e Paz» que aqui foram referidas como votos ao povo espanhol. Esses desejos de Democracia e Paz — acrescentou Levi Batista — entendemo-lo nós de uma maneira consequente que temos sempre afirmado e continuaremos a reafirmar ao povo irmão de Espanha na sua luta contra o fascismo».

Tudo parecia claro, mas para Amaro da Costa (e não só, estamos em crer), não muito. O deputado do C. D. S. criticou as posições do P. C. P. e do M. D. P. insinuando se nelas não haveria intenções de «manifes-

to»: a palavra ocorreu-lhe no contexto seguinte: «Esta câmara, quando faz votos, não faz manifestos». José Luís Nunes, do P. S., entrou a falar para fazer a justificação do voto a favor que o seu partido dera: «os princípios de não intervenção que defendemos são suficientes para fazer votos pela vitória do povo espanhol mas não nos chegamos para vender carvão para quebrar as greves mineiras das Astúrias, como faz a União Soviética». O «Diário das Sessões» há-de registar aqui, por parte do bloco P. S.-P. P. D. e C. D. S. alguns «muito bem» e muitas palmas.

Houve ainda outra declaração de voto, esta do P. P. D. e lida por Emídio Guerreiro. Aos deputados lá para trás, do outro lado (P. C. P. e M. D. P.): «Porque estamos preocupados, senhores? Porque se defende a liberdade e a democracia do povo de Espanha?» E disse: «Também nós aqui temos o dever de defender a democracia do povo português e fá-lo-emos seguramente, se for preciso de armas na mão».

Deputados, público nas galerias e demais presentes lembraram-se da «história» das 50 mil.

Pouco mais, a não ser que o P. P. D. se lembrou de propor Fernando Amaral para vice-presidente da Assembleia. Não conseguiu em votação, o deputado não conseguiu a necessária maioria. Apenas 68 votos a favor, o que é pouco. O próprio «Expresso» de hoje assinala, logo em título: **Vice-presidente não eleito desaire para o P. P. D.**

Imprensa polaca debate Portugal

VARSÓVIA, 22 — (P.A. P./Anop) — «A chantagem utilizada pelo actual Governo é uma manobra perigosa de elementos da direita e conservadores, visando conseguir alterações a seu gosto na chefia do Exército e eliminar as bem sucedidas contra-ofensivas da esquerda contra as tentativas de viragem à direita» — escreve o correspondente da agência polaca PAP em Lisboa, sobre a actual situação política em Portugal.

«O Governo criou uma situação estilo barricada, em que políticos, comandantes e unidades do Exército têm de tomar posições. O êxito da chantagem depende em grande parte da reacção do aparelho administrativo do Estado, do qual oficiais progressistas de alto e médio nível foram

afastados durante os recentes saneamentos» — acrescenta o jornalista.

O correspondente polaco, após considerar que este confronto ocorre numa situação muito mais complicada mas menos favorável para uma vitória da direita do que a que terminou com a demissão de Vasco Gonçalves, afirma:

«A esquerda portuguesa tem vindo a consolidar substancialmente a sua influência entre a classe trabalhadora, que em numerosas manifestações tem mostrado força suficiente para garantir a vitória da Revolução».

«MANIF.» EM LONDRES

Com o patrocínio do Sindicato dos Jornalistas e o apoio

do Comité Coordenador dos Trabalhadores Portugueses, efectua-se hoje em Londres uma jornada de protesto contra a onda de informação falseada sobre Portugal com que os órgãos da comunicação social britânicos têm inundado o país — noticia a agência Anop.

Ao mesmo tempo, «e como medida concreta da oposição à linha oficial britânica sobre a Revolução Portuguesa, efectua-se uma manifestação com piquete frente ao edifício dos Serviços Externos da BBC.»

Os promotores da jornada «procuram alertar o movimento trabalhista inglês para a realidade portuguesa, para as conquistas da classe trabalhadora e para as deturpações e análises erradas da imprensa britânica».

COMITÉ SUECO DE APOIO À REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Várias organizações políticas de esquerda criaram, na cidade sueca de Lund, um Comité de Apoio à Revolução Portuguesa. O núcleo revolucionário tem como objectivo «dar apoio político e material aos operários e camponeses de Portugal na luta pelo socialismo e apoiar todas as formas de organização unitária revolucionária de base — Poder Popular».

Ainda dentro das tarefas fundamentais de apoio à Revolução portuguesa, este Comité propõe-se informar a opinião pública sobre a luta pelo socialismo em Portugal, desmascarar e corrigir a imagem distorcida do País, dada pelos órgãos de Informação suecos; e ainda denunciar o sentido da intromissão da Social Democracia e da burguesia internacional, assim como a acção do capital sueco e internacional em Portugal.

O Comité que estabelecerá contactos com órgãos do Poder Popular, SUV e Intersindical, bem como organizações da esquerda revolucionária, P.

C.P., F.U.R. e U.D.P. Este «Comité» é apoiado pelo Partido Comunista Sueco, pela Juventude Comunista, pela Liga Comunista e pela Liga dos Revolucionários Marxistas (IV Internacional).

É de admitir que em breve outros «comités» se estabeleçam

nas cidades suecas onde os exilados políticos portugueses dos tempos do fascismo desenvolveram uma importante acção política. De momento, o elemento provisório de ligação a contactar é: Robin Cheesman — Varpinge Bygata, 3.22290 — Lund, Suécia.

AGRICULTORES PORTUGUESES DESLOCAM-SE À HUNGRIA

Em resultado de um convite da Frente Patriótica Húngara feita ao Conselho Português para a Paz e Cooperação, partiu esta manhã para a Hungria uma delegação constituída essencialmente por pequenos e médios agricultores dos distritos de Viseu, Guarda e Castelo Branco.

Pretende-se com esta visita concretizar os acordos de Helsinki sobre a segurança e cooperação europeias, assim fomentando o intercâmbio so-

cial, económico e cultural entre os dois países.

Constituem a delegação: eng.º Blasco Hugo Fernandes (MUTI); José Diamantino de Matos, David Gomes Nunes e Porfírio Miranda (distrito da Guarda); António Ferreira Simões e Manuel Joaquim Gamboa (distrito de Castelo Branco) e Arlindo Almeida Carvalhas, Acácio da Rocha Carvalho, José Ferreira da Costa e António Pereira de Carvalho (distrito de Viseu).

COMISSÕES DE GESTÃO

Por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Indústria e Tecnologia, foram suspensas as administrações de três empresas, para as quais foram nomeadas comissões de gestão, por existirem

indícios que poderão determinar a intervenção do Estado. Trata-se de Materiais para Construção Sanimar, SARL Empresa Fianleira Moderna da Guarda, SARL e Auto-Reconstrutora do Barreiro, Ld.ª

ALBERGARIA/RESIDENCIAL NO PORTO

Situada em local privilegiado classificada quatro estrelas, com bar e todos os demais serviços, rigoroso estado de nova, ocupação superior a 80 %, como se demonstra. Frequência seleccionada e na maioria estrangeiros. Cede-se posição total. Tem óptimos colaboradores os quais estão completamente identificados com a gerência. É óptimo negócio para quem possa dispensar tempo total pois o rendimento compensa. Aceitamos contactos com reais interessados a quem serão facilitados todos os elementos contabilísticos, vistoria da unidade no seu todo, etc., por carta à administração n.º 1620.



AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL

UMA SEMANA EM NOVA YORK
Conheça a capital do Novo Mundo
ESC.: 10.900\$00

Partidas: 6 DEZEMBRO e 13 DEZEMBRO
(Incluindo avião, hotel, transfers e visita de cidade)

Com a colaboração da

Rua Duque de Palmela, 35
Telefs. 59125/6 — LISBOA

Rua Júlio Dinis, 739 — Telefs. 694225-67068 — PORTO
Reservas e informações nesta ou na sua Agência e no A. C. P.

TRANSNÁUTICA

CONTABILIDADE

CONTINUO - COMEÇO E FECHO ESCRITAS
EM CASA DO CLIENTE.

N. FERREIRA — Av. Conde de Oeiras, 12, 4. -Dt.
REBOLEIRA — AMADORA

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTE E SIMILARES DO SUL

ABRANGENDO

SETÚBAL, SANTARÉM, ÉVORA, PORTALEGRE E BEJA

A TODOS OS TRABALHADORES DO SECTOR DAS CANTINAS

Convocam-se todos os trabalhadores das cantinas ainda não abrangidos por Regulamentação Colectiva Vertical, para uma Assembleia Geral de sector a realizar no Teatro Capitólio, pelas 17.30 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS DIA 25 NOV.

- 1 — Adiantamento da data do início da greve aprovada no plenário de 18/6/75.
- 2 — Esclarecimento sobre o processo de Luta.
- 3 — Discussão da situação política.

NOTA: As Direcções do Sindicato, da Federação e a Comissão de Luta, resolveram convocar este plenário derivado ao facto de a suspensão da actividade do verno alterar completamente a situação.

O alargamento de âmbito é uma via administrativa em que tem de haver um interlocutor governamental. É importante a presença de todos os trabalhadores nesta Assembleia.

A DIRECÇÃO DA FEDERAÇÃO DO SUL
A DIRECÇÃO DO SINDICATO
A COMISSÃO DE LUTA

Lx. 21/11/75

PUB

Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul

CONVOCATÓRIA N.º 5

CONVOCATÓRIA

IMPORTANTE REUNIÃO

Para TODAS AS COSTUREIRAS EXTERNAS no dia 24 de Novembro, pelas 21 horas, na Sede do Sindicato (Rua Conde Redondo, n.º 60-5.º andar).

NÃO FALTES!

SÓ TODAS JUNTAS, PODEIS RESOLVER OS VOSSOS INTERESSES!

UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

PeLA DIRECÇÃO

post scriptum

Por uma Informação Revolucionária

Camaradas do Rádio Clube Português
Um grupo de operários antifascistas e patrióticos vem, por este meio, solicitar aos camaradas do RCP o seguinte:

— Em virtude da destruição terrorista dos emissores da Rádio Renascença na Buraca, pelas forças repressivas do VI Governo reaccionário, identificando-se desta maneira com todas as acções «Elpistas» até aqui efectuadas, que visam derrubar os órgãos de vontade popular.

— Em virtude do lugar que a Rádio Renascença ocupava na mobilização e consciencialização das massas populares;

Propomos:

— Que os camaradas desta estação emissora (RCP) cedam, aos camaradas da Rádio Renascença, 1 ou 2 horas da sua emissão diária, com vista a que estes possam prosseguir na sua luta, que é a luta de todas as massas populares contra todos os exploradores e falsos amigos do povo.

Um grupo de operários das Paivas

Quando é que o P. P. D. reabre a «caça»?

Veio nos jornais do princípio de Setembro último que:

«O Conselho da Revolução analisou as últimas e graves declarações vindas a público por parte de elementos responsáveis do P. P. D., encarregando uma comissão de estudar pormenorizadamente o assunto.»

A referida comissão não deu ainda conta do seu «estudo» e, quanto a mim, já não é preciso que o faça. Aquilo que parecia gravidade é, afinal, patriotismo e do melhor, do antigo.

A organização de milícias com mais de 50.000 homens está inteiramente justificada pois, infelizmente, não teve inteiro êxito a patriótica campanha de destruição dos centros do P. C. P., do M. D. P. do M. E. S. e da F. S. P. A despeito da ajuda fraterna recebida de outras formações patrióticas (como o E. L. P., o C. D. S. o M. L. D. P., o M. R. P. P.) o P. P. D. sabe que os saques e incêndios de centros, sindicatos e residências particulares, mesmo os espancamentos e justas perseguições de comunistas não resolveram o assunto. A excepção de um, em Ponte do Lima, os «vermelhos» lograram escapar vivos. O P. P. D. acha que a «caça» deve reabrir mas verifica que a organização das suas milícias se atrasou um tanto. Tivessem os seus «comandos» actuado melhor amados, há dias, na Emissora Nacional, no Funchal, e não teriam sido obrigados, pela muralha «vermelha» da construção civil, a dançar o «bailinho». Estivessem as armas já totalmente distribuídas e as milícias P. P. D. já enquadradas e a canalha operária e militar, que defendeu de 8 para 9 em Gaia, o quartel do R. A. S. P. estaria hoje a encher uma bem atulhada sepultura de inimigos da Pátria e da Civilização Ocidental e Cristã.

O estudo pormenorizado-do-assunto revelou também que outras declarações de pépedês, Sá Carneiro, Graça Moura, etc., são muito pertinentes. Aliás, estas personalidades estão justamente a ser publicitadas na TV, esta também consciente da urgência da construção de um socialismo nacional (ou nacional-socialismo, tanto faz). Confirma-se que os Guerreiros, os Carneiros, os Mota, os Cunha Leal, são os defensores da liberdade dos portugueses autênticos. Ora a liberdade não se defende consentindo na existência de cerca de um milhão de adeptos do comunismo. Daí que era urgente, como primeiro passo, secundar os gloriosos esforços dos dirigentes do P. S. para excluir do M. F. A. os militares que tinham tido o despudor de não se afirmarem anticomunistas. É verdade que ainda há alguns não anticomunistas mas, em breve, serão varridos. Entretanto, e enquanto a organização das milícias se completa, o P. P. D. vai insistindo, nos seus comícios: «comunistas para a Sibéria!» Mas, se não forem, em breve serão «limpos», «varridos».

Carlos Miranda — Lisboa

Democracia cristã na igreja de S. Paulo

O prior da Igreja, de S. Paulo, sr. padre Américo, decidiu que a nossa igreja tivesse um conselho paroquial, marcando para o efeito eleições para o dia 7 do passado mês de Outubro pelas 21 horas. Numa das homilias aconselhava os paroquianos a pensarem nos nomes em que iriam votar.

No dia escolhido para as eleições, como uma paroquiana dissesse que queria estar em casa às 22 horas, o citado prior queria dar início à assembleia com um pequeníssimo número de assistentes. Como a pessoa que escreve estas linhas, lhes tivesse chamado a atenção para o facto de numa assembleia democrática em que se encontrassem poucas pessoas, ter de se esperar 1 hora para se dar início à mesma, o citado prior saiu-se com esta frase muito elucidativa: — Nós não estamos numa assembleia democrática, mas sim, numa assembleia cristã.

Deu-se início à assembleia mas, a uma assembleia à semelhança da dos tempos que já lá vão. O sr. padre Américo disse que se iria escolher os membros que fariam parte do conselho paroquial, um dos quais seria ele próprio e com direito de veto e os restantes membros seriam impostos por ele e que se os paroquianos não estivessem de acordo, não deixaria formar o conselho.

Como houve alguém que não concordasse com esta imposição, é claro que, não se voltou a falar em eleições.

Apenas dois comentários: o conselho paroquial é obra do 25 de Abril, mas, uma assembleia para se eleger o mesmo, não pode ser democrática porque é «ristã!!!» Além disso, se os seus membros eram impostos pelo padre, este não teria mais do que colocá-los lá! A maneira antiga é claró!!!

Celeste Vitorino — Lisboa

EDOUARD SAOUMA (PRESIDENTE DA F.A.O.)

“O TERCEIRO MUNDO JÁ NÃO SE CONTENTA COM SIMPLES ASSISTÊNCIA”

Entrevista de ROBERT SOLÉ

ROMA — Começo o meu mandato em boas condições... visivelmente satisfeito com o voto maciço e sem precedentes de que beneficiou na segunda volta do escrutínio, Eduardo Saouma declara:

É preciso que a F.A.O. adquira uma nova dimensão. Até hoje, em consequência dos seus meios limitados (80 por cento do orçamento cobre os salários dos funcionários, sendo o resto consagrado às viagens, reuniões e publicações), a Organização foi sobretudo um fórum internacional para a troca de ideias. Faz estudos globais e estatísticas, formula recomendações ou opiniões, procura influenciar políticas e até propô-las. Não está, porém, engajada na acção agrícola propriamente dita, no quadro do seu programa regular, visto o seu trabalho de assistência técnica ser financiado — e em certa medida dirigido — por um órgão exterior, o PNUD (Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas).

A nova dimensão implica, antes de mais, segundo Saouma, do Internacional rápida do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), proposto há um ano, por ocasião da conferência da alimentação, e que poderia tornar-se um autêntico banco para o Terceiro Mundo. Estamos dispostos a fornecer todo o auxílio técnico: desde concepção dos projectos agrícolas à sua execução. Poderíamos ser autênticos intermediários entre os países do Terceiro Mundo e este Fundo. Isto implica uma convenção com o novo organismo e reestruturações no seio da FAO.

O Banco Mundial não cumpre já esta função? Só em parte. Ele não é especializado em agricultura e os seus critérios são por vezes demasiado restritivos. O Fundo completá-lo sem por isso lhe fazer concorrência. De resto, há já doze anos que há uma cooperação entre o Banco Mundial e a FAO. Mas talvez tivesse chegado o momento de rever esses acordos a fim de os pôr em harmonia com os novos desenvolvimentos ocorridos, nota o sucessor de Boerma.

OBTEN CRÉDITOS DE INTERVENÇÃO

Saouma tem um projecto mais ambicioso. Segundo ele não é normal que a FAO não disponha de nenhum crédito seu, consistente, tanto para actividades operacionais como para despesas urgentes e imprevistas. Porque não teria a Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura, tantas facilidades como a Organização Mundial da Saúde (OMS), que tem meios de intervir, em caso, por exemplo, de epidemias?

À lado dos recursos importantes que continuam a ser encaminhados por intermédio do PNUD, em Nova Iorque, seria desejável que a FAO dispusesse de recursos próprios sobre os quais teria um controlo directo, a fim de poder enfrentar situações de urgência e, para além disso, dispor de uma certa autonomia na escolha e na definição dos projectos.

Saouma pede que o compreendam bem: Não se trata

de tomar o lugar da assistência técnica: esse orçamento operacional interno serviria para operações limitadas, a curto termo, preparando operações mais importantes de que encarregaria o Fundo de Desenvolvimento Agrícola ou o PNUD.

Saouma abre um parêntesis

maciça: Porque eles não poderiam depender eternamente da boa vontade de alguns países que dispõem de amplos exce-

zer que notei que um número sempre crescente de países desenvolvidos, na primeira linha dos quais se encontra a França, se tenham alistado corajosamente numa tal política de diálogo e de cooperação, e me tenham dado o seu apoio.

Voltemos à FAO. Atribui-se ao novo director-geral a intenção de proceder a mudanças de homens e de métodos. Para melhor adaptar a Organização à sua tarefa, responde ele, seria naturalmente levado a propor ajustamentos tanto nos programas como nas estruturas dessa casa. Em todo o caso queria que ficasse bem claro o facto de tais mudanças só poderem ser introduzidas progressivamente, até porque a própria grandeza dessa Organização torna impossíveis viragens demasiado abruptas.

Saouma acha que o espírito que presidiu à criação da FAO merece ser reavivado. Ele fala de entejuda, de dedicação, vinca que o ambiente de um organismo encarregado de promover o desenvolvimento económico não pode ser o de uma empresa comercial. Devemos, diz ele, afastar desta casa tudo o que pode afastar da actividade essencial da FAO.

TRÊS EIXOS DE MUDANÇA

Acerca das mudanças necessárias, Saouma contenta-se em citar três grandes direcções que orientarão os seus esforços. Primeira direcção: estabelecer relações mais estreitas e contínuas entre o secretariado e os Governos, para fazer de modo a que o secretariado seja, como deve ser, o fiel servidor dos países membros e, em especial, dos que precisam mais urgentemente da sua ajuda. Em todo o caso, se o secretariado deve mostrar-se respeitoso da soberania dos países membros, os Governos, por sua vez, deveriam ser menos desconfiados com respeito ao director-geral, deixando as mãos livres ao executivo da FAO, principalmente nas questões de gestão interna.

Segunda direcção: Reorientar e, se necessário, alargar os programas da FAO a fim de dar prioridade a acções concretas, de interesse prático imediato, evitando todo e qualquer academismo.

Por fim, o novo director-geral quer fazer com que a Organização assim renovada encontre de novo o caminho que não deveria ter deixado de ser o seu, no seio do sistema das Nações Unidas e no conceito internacional.

Este último ponto sugere evidentemente uma pergunta: quais serão as relações da FAO com o Conselho Mundial da Alimentação? Reconhece ela a esse novo organismo competência política para se limitar a actividades técnicas? Há um brilho de malícia no olhar de Eduardo Saouma. É preciso definir os papéis. A FAO também é um órgão político.

© («LE MONDE»)



antes de prosseguir: Entrámos numa era de crise alimentar que se tornou um perigo permanente. Embora condições climáticas bastante favoráveis façam esperar este ano colheitas relativamente boas, em certas regiões críticas — penso principalmente numa boa parte dos países do Sabel e da Ásia das monções — a situação fica perigosa. É inaceitável que a vida de milhões de homens continue a depender dos caprichos do tempo.

No imediato, será necessário prosseguir uma política de auxílio alimentar de urgência e, segundo Saouma, a FAO vai continuar a intensificar os seus esforços neste sentido. Em todo o caso, os países do Terceiro Mundo não podem nem querer contentar-se com uma simples assistência, assistência incerta e na programação da qual têm pouca influência. Eles querem substituir este conceito pelo conceito de uma cooperação em base de igualdade que lhes daria o meio de alimentar o seu desenvolvimento do interior e conduzi-lo em conformidade com as suas grandes opções políticas.

Mais precisamente, é indispensável que os países do Terceiro Mundo que estejam preparados para aumentar a sua produção política de uma forma

dentos. Eles também não podem aceitar ver os seus recursos em divisas drenados pelas compras de víveres que variam brutalmente por razões que lhes são completamente estranhas.

O novo director-geral da FAO não é, no entanto, um partidário da confrontação. Não creio na necessidade da confrontação entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento. Em contrapartida, parece-me possível e necessário um diálogo. Os dois grupos têm interesse em se entenderem, e eu farei tudo por favorecer esse encontro, sem ser um árbitro nem um catalizador, mas um simples traço de união.

O esboço de um diálogo Norte-Sul não será um sinal positivo? Saouma vinca a notável coesão dos países do Terceiro Mundo, que se manifestou, diz ele, por altura da Conferência de Lima, durante a recente sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o desenvolvimento e, ainda há pouco, na altura da sua eleição: No mesmo espírito, claro que desejo que a próxima Conferência de Paris sobre a energia e as matérias-primas constitua uma nova etapa importante dessa política construtiva. É pois com grande pra-

Nacional

ENCONTRO DE ORGANIZAÇÕES POPULARES

O pretexto burguês das "ocupações selvagens" entrava a reforma agrária

«O que existe hoje em Portugal não é poder popular, mas sim estruturas unitárias populares, que estão a dar lugar a um amplo e irreversível movimento popular» — afirmou-se no plenário de encerramento do primeiro Encontro Distrital das Organizações Unitárias Populares, realizado, no último fim-de-semana, na Escola Industrial e Comercial de Santa-rém.

Participaram neste encontro 191 elementos de organismos do Poder Popular distribuídos por seis secções da seguinte forma: Comissões de Moradores; Comissões de Trabalhadores das Cooperativas Indus-

triais e Agrícolas; Ligas de Pequenos e Médios Agricultores e Organizações Afins; Colectividades, Ensino, Saúde e Assistência.

Este encontro distrital teve como objectivo proceder a uma troca de experiências entre as organizações já existentes e estimular o seu alargamento. Existem já várias Comissões de Trabalhadores e Moradores em muitos dos 21 concelhos do distrito, mas apenas em Torres Novas e Alpiarça foram já eleitas Assembleias Populares.

Entre os importantes textos de introdução das 6 secções, passamos a citar uma passa-

gem referente às chamadas ocupações selvagens: «As personalidades políticas e militares dos mais variados matizes que têm visitado não importa que zona rural do País onde tem havido ocupações de terras, que têm visitado não importa que cooperativa, que unidade colectiva, que exploração agrícola pelos trabalhadores, perante a realidade que se lhes depara pela frente, acabam por reconhecer que não há nada a que se possa chamar de ocupações selvagens».

A análise sobre as ditas «ocupações selvagens» lembra ainda que este termo nunca foi citado a propósito dos latifun-

diários, grandes agrários, industriais, banqueiros e todos os restantes agentes do capitalismo que mantiveram o estado de miséria em que se encontra a maioria dos camponeses do nosso país. «Selvagens eram — e são ainda — aquelas ocupações de propriedades em que os seus possuidores as entregaram para arrotear há 30, 50 ou 90 anos, as quais foram desbravadas por avós, adubadas por filhos e cultivadas por netos que aí ocuparam o melhor do seu suor e, por vezes, o mais amargo das suas lágrimas, terras pagas e repagas, mas que hoje continuam «ocupadas» de forma selvagem nas

conservatórias do registo predial pelos filhos ou pelos netos dos antigos possuidores» — acentua-se no texto.

Afirmando que sem ocupação de terras a Reforma Agrária «seria uma coisa que se decretava mas que se não cumpria», o documento que te-

mos vindo a citar, termina com um apelo às comissões referidas, às cooperativas, aos operários agrícolas e aos camponeses para que tomem nas suas próprias mãos o destino da riqueza que eles próprios produzem.

Sindicato dos Jornalistas

A direcção do Sindicato dos Jornalistas foi ontem suspensa das suas funções, no decurso dum plenário de jornalistas reunidos na sua sede. A decisão foi tomada na votação duma moção apresentada logo em ponto prévio e que mereceu o voto favorável de quase todos os jornalistas presentes. A suspensão da direcção do Sindicato dos Jornalistas vem culminar uma fase de crescente descontentamento por parte da classe em relação ao comportamento que os corpos gerentes daquele órgão têm tido praticamente desde que foram eleitos. Por outro lado — e sabendo-se, como se sabe, que os corpos gerentes do Sindicato dos Jornalistas eram integrados por jornalistas politicamente afectos ou ao P. S. ou ao M. R. P. P. — o que ontem sucedeu deve inserir-se na sequência duma série de desaires que uma determinada linha sindical (a propósito da qual se tem falado da «aliança» entre aquele partido e aquela organização) têm vindo a sofrer de há algum tempo a esta parte e depois de algumas vitórias eleitorais relativamente significativas. No caso do Sindicato dos Jornalistas, começou a tornar-se mais do que provável tal desaire (ou tal recuo) desde que, aqui há algumas semanas, um plenário aprovou a reintegração do Sindicato na Intersindical, contra o decidido pelos corpos gerentes em exercício de que, lembre-se, uma das primeiras (se não mesmo a primeira das decisões logo depois de terem sido eleitos foi a saída do Sindicato

daquela central de trabalhadores.

A moção ontem aprovada lembrava a «violenta campanha tendente a liquidar as conquistas revolucionárias» obtidas desde 25 de Abril e um dos aspectos desta campanha: «os ataques sistemáticos e violentos que ou escapam ao controlo das forças sociais-democratas e reacçãoárias ou procuram dar uma informação revolucionária ao serviço da classe operária e do Poder Popular».

Quanto à questão que de momento se punha «a direcção do Sindicato não tem tomado uma posição de classe, nem se tem oposto consequentemente à ofensiva que a burguesia e o seu laiaço Almeida Santos tem conduzido contra os trabalhadores e os órgãos de comunicação social, de «O Século» do «Actualidade» de «Setubalense» da Anop...» Mais dizia a moção nos seus considerandos — que «a direcção do Sindicato dos Jornalistas tem vindo a desenvolver uma prática altamente divisionista, antidemocrática e provocatória; que a própria direcção sindical e outros corpos gerentes se encontra dividida com diversos dos seus elementos demissionários.» Propunha-se — «Aprovar um voto de total desconfiança na direcção do Sindicato; 2) — Suspender imediatamente a direcção, até que se realize uma nova assembleia geral em que se decida a sua demissão; 3) — Convocar uma assembleia geral do Sindicato para o próximo dia 28 de Novembro pelas 14 horas, e com a seguinte ordem de trabalhos: a) discussão da demissão da direcção do Sindicato; b) eleição duma comissão directiva provisória; c) marcação de novas eleições; 4) — Suspender imediatamente, com a aprovação desta moção, a presente AG do Sindicato.»

Aprovada a moção, depois de demorada discussão, ficou decidido realizar-se nova assembleia geral, já no próximo dia 28.

DIRECÇÃO SUSPENSA

UM COMUNICADO DA DIRECÇÃO

Na sequência do sucedido ontem, a direcção emitiu um comunicado. «Numa manobra bem dentro do estilo a que têm habituado o País os socialistas fizeram mais uma tentativa para recuperar o controlo do Sindicato dos Jornalistas» — começam eles por dizer, para, a seguir invocarem razões estatutárias, falarem de Álvaro Cunhal e põem Moreira Baptista e Correia Jesuino um ao lado do outro. Declarando que não aceita a decisão ontem tomada, a direcção pede «uma resposta de massas» dos jornalistas no plenário do próximo dia 28. Noutro passo, lembram que o número de jornalistas presentes no plenário onde a decisão foi tomada: pouco mais de meia centena. De facto. Todavia, deve lembrar-se, não costuma ser superior o número de comparência na generalidade das assembleias. Outro argumento a que a Direcção recorre para fundamentar a não aceitação da decisão, é o facto de a decisão ter sido tomada na sequência dum ponto prévio apresentado. Segundo a agenda anunciada, no plenário, tratar-se-ia do orçamento para 1976. Também o único membro da direcção ontem presente no plenário defendeu tal tese, servindo-se dos estatutos, segundo os quais «a demissão ou aceitação do pedido de demissão deverá ser decidi-

da em assembleia geral expressamente para esse fim com um mínimo de 15 dias de antecedência». Demissão e não suspensão, sublinhe-se. Todavia, defensores da moção apresentada em ponto prévio recorrem igualmente aos estatutos para lembrar o Art.º 92.º: «Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral».

O PARECER DE VITOR WENGOROVIVUS

«A assembleia geral pode demitir a direcção — diz Victor Wengorovivus, consultor jurídico do Sindicato, num parecer elaborado na emergência acerca da situação criada. — «É mais duvidoso que a possa suspender, pois essa medida não só não está prevista como viola o princípio de que os corpos gerentes exercem o mandato até ao fim do período ou até que sejam formalmente demitidos e se realizem novas eleições transmitindo então os poderes».

«Seja como for — prossegue Victor Wengorovivus, nas suas conclusões — quer a suspensão quer a demissão só podem ser deliberadas em assembleia extraordinária convocada para esse fim, caso se queiram observar os estatutos recentemente aprovados.»

O parecer jurídico do consultor do Sindicato é omissivo quanto ao Artigo 92.º (onde se fala de casos omissões e sua resolução).

AÇORES

"OTELLO TOMA TINO, LEVA DAQUI O ALTINO!"

A L. A. P. A. (Liga de Acção Patriótica dos Açores), num comunicado ontem tornado público, repudia energicamente declarações do ministro Almeida Santos que citou os Açores «como facto justificativo contra uma alteração governamental». A L. A. P. A., afirmando que «os Açores até desejam essa alteração», comunica ao povo português que «a grande maioria dos açorianos» não consente que «se sirvam da sua situação geográfica para miséria e vil chantagem política, em ordem a fazer retroceder o avanço que todos nós desejamos para o autêntico socialismo».

O comunicado, sublinhando

que «os Açores até desejam o «trunfo na manga» de políticos anti-revolucionários, destaca que «o que o povo trabalhador deste arquipélago deseja ardentemente é que a Revolução chegue aos Açores», feita por verdadeiros revolucionários porque, salienta, nos Açores também há uma revolução, «mas feita por fascistas».

«É isto que a grande burguesia e os ricos dos Açores não querem», diz o comunicado da L. A. P. A. que termina com as palavras de ordem: «Não à chantagem. Sim à revolução — Otello toma tino, leva daqui o Altino».

DINAMIZAÇÃO ACELERA DE NOVO "CODICE" TROCA 5.º PELO COPCON

A Comissão Dinamizadora Central CODICE não considera viável a sua integração na nova 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, onde lhe são drasticamente limitados os meios de intervenção político-militar, tendo os seus elementos decidido colocar-se sob as ordens do Copcon «único centro de decisão político-militar que consideram capaz de responder revolucionariamente a acções que visam inequivocamente a construção da sociedade socialista» revelou esta manhã, em conferência de Imprensa, o comandante Manuel Begonha, coordenador da CODICE, que se encontrava ladoado pelos capitães Paulino e Loureiro e pelo alferes Oliveira.

Esta tomada de posição pública adiantou o com. Begonha destina a «salvar por qualquer preço a CODICE, mas tão somente a colocar o seu potencial humano e militar ao serviço das classes trabalhadoras», evitando assim que o seu trabalho «seja sabotado pelos comandos militares que não estão empenhados no processo».

A 5.ª Divisão, na qual a CODICE se integrava, foi suspensa, estando neste momento a ser reestruturada, mas com «um espírito conservador e nos moldes tradicionais, de qualquer repartição militar sem perspectivas políticas».

Esta situação, adiantou o cap. Paulino, «não pode ser tolerada, e a CODICE não pode ser asfixiada como tem vindo a ser feito, subtilmente, um pouco por todo o lado, às posições progressistas». E em jeito de esclarecimento: «Em certos meios até já se diz: a política que estamos a seguir e que querem que a gente siga pode resumir-se à fórmula de cedência em cedência de derrota em derrota, até à vitória final. Isso não pode continuar».

Num documento distribuído no final deste encontro com os órgãos da informação os responsáveis pela CODICE, depois de considerarem que tem havido por parte da generalidade dos responsáveis pelos organismos militares, falta de iniciativa e de responsabilidade revolucionária para colocarem, inequivocamente, ao serviço da Revolução, os poderosos meios de que dispõem, afirmam: Tem-se verificado uma tentativa constante de asfixia económica e administrativa da CODICE, materializada na morosidade ou negação de despachos de acordo com as propostas de trabalho; evitando a extinção directa da CODICE por razões politicamente evidentes e para além das conotações partidárias constante-

mente atribuídas aos elementos que a integram, tem-se tentado retirar-lhe autonomia, quer pela subordinação a uma 5.ª Divisão reestruturada em moldes alheios ao espírito dos seus componentes, quer pela regionalização das actividades compreendidas no quadro da dinamização, submetendo-as ao controlo de unidades de quadricula ou regiões militares politicamente afastadas da linha revolucionária que se julga correcta; têm sido usurpadas iniciativas que, do antecedente, competiam à CODICE, nomeadamente programas de rádio e TV, substituindo-os por programas cujas características de acção psicológica são desmobilizadoras do espírito revolucionário; tem sido igno-

o apoio aos órgãos do Poder Popular, nomeadamente às comissões de aldeia, comissões de moradores e comissões de trabalhadores, suportes da estrutura da sociedade socialista que se afirma pretender construir-se, com as graves implicações para a aliança do Povo com as suas Forças Armadas que, obviamente, daí advêm; tem-se procurado ignorar a necessidade patriótica de uma campanha nacional de alfabetização, furtando criminosamente a milhares de portugueses esse seu direito inalienável. Não tem sido dado apoio à Reforma Agrária, desprezando a luta estoica dos camponeses que, à sua custa, têm vindo a remover obstáculos gigantescos que as Forças Armadas rapidamente ultrapassariam, bastando, para isso, não permitir que apodreçam em depósitos meios de engenharia e veículos que não são utilizados com o mínimo de rentabilidade, nem a passagem à disponibilidade de pessoal qualificado, como técnicos agrícolas, médicos, veterinários, etc, do que resultam prejuízos avultados para a economia nacional.

Nestas circunstâncias, e porque consideram que a CODICE só poderá ter uma acção consequente se tiver autonomia para desenvolver a sua criatividade é que os elementos que a integram decidiram, para além de se colocarem ao serviço e às ordens do Copcon, o seguinte: «Não estarem dispostos a aceitar, por mais tempo, que as suas propostas sejam asfixiadas, quer administrativamente, quer por força de um imobilismo incompatível com a dinâmica do processo revolucionário; não admitirem que se despreze minimize e desvirtue a luta que o povo explorado trava, nos campos, nas fábricas ou no mar, ante a placidez de militares ditos revolucionários que a observam do conforto dos seus gabietes».

COM **TAKY**
NÃO HA PROBLEMAS
PARA A MULHER
MODERNA
TAKY
O DEPILATORIO FRANCÊS
QUE ELIMINA OS PELOS
EM POUCOS MINUTOS
SEM DOR
IRRITAÇÃO

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infanteia 16, 55-C — LISBOA

A CNARPA PÕE "OS PONTOS NOS II" SOBRE OS REFUGIADOS POLÍTICOS EM PORTUGAL

Da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas recebemos o seguinte comunicado, o qual, pela importância de que se reveste, publicamos na íntegra:

«Os abaixo assinados, membros ou colaboradores activos da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas, tomaram conhecimento das surpreendentes declarações do Secretário-Geral do Partido Socialista sobre a presença, situação e comportamento dos refugiados políticos em Portugal, feitos na Conferência de Imprensa realizada no dia 24 de Outubro de 1975 no Hotel Tivoli, e publicada na íntegra na edição do dia 25 de Outubro no jornal «A Luta».

Também dela tomaram conhecimento os próprios refugiados políticos tendo-se prontificado a vir publicamente rebatê-las. Foi parecer dos signatários não deverem os próprios refugiados responder às afirmações do dr. Mário Soares. Mesmo em países em que legalmente são reconhecidos como tal e lhes é concedida protecção jurídica — o que não sucede em Portugal — é demasiado arriscado um refugiado insurgir-se contra as ameaças dos que detêm o poder ou nele directamente influem (como no caso presente). Se os signatários não refutam imediatamente, como pareceria lógico, as afirmações do Secretário-Geral do Partido Socialista, foi por acedência à proposta de alguns membros desta Comissão, os quais se prontificaram a procurar com urgência e pessoalmente a citada personalidade, a fim de obter da mesma um imediato esclarecimento público e consequente rectificação das afirmações antes produzidas.

«Procurava-se desta forma evitar o envolvimento dos refugiados políticos em querelas desagradáveis e susceptíveis de os prejudicar.

Dado que mais de duas semanas se passaram sobre a data desta decisão sem que aos signatários tenha sido comunicado o resultado da diligência prometida, nem tão pouco se tenham publicamente rectificado as afirmações produzidas na citada conferência de Imprensa; mais ainda, tendo tomado conhecimento que as mesmas afirmações haviam sido posteriormente aproveitadas, repetidas e até aumentadas por diversas entidades com fins de carácter político-partidário, consideram-se os signatários desligados de qualquer compromisso e moralmente obrigados a vir a público refutar as afirmações do Secretário-Geral do Partido Socialista cerca dos refugiados políticos antifascistas em Portugal, a fim de que sejam evitados maiores prejuízos para os mesmos.

Assim, ao referir-se aos refugiados, o dr. Mário Soares informou o país:

«... Que existem em Portugal milhares de estrangeiros (refugiados) a quem o Governo português reconheceu o direito de asilo e que se misturam nas actividades políticas nacionais;

«... Que mil destes (refugiados) teriam sido detectados na manifestação de que saiu a desvelagem da Rádio Renascença;

«... Que, quando ministro dos Negócios Estrangeiros, se ocupou do direito de asilo em Portugal;

«... Que a maior parte dos (milhares) refugiados recebem por conta de uma verba (não perfeitamente controlada pelo

Estado português e que se tem que tornar pública), salários da ordem dos seis mil escudos;

«... Que, segundo parece, estas verbas e pagamentos se processarão por via da extinta 5.ª Divisão.

«Não sabemos quais as fontes de informação de Mário Soares, mas nós, fundados no nosso contacto de trabalho com os refugiados e com base na actividade que temos desenvolvido na CNARPA podemos esclarecer».

«... No sentido rigoroso do termo, não beneficiam os refugiados políticos de qualquer regime jurídico e asilo político em Portugal. Com efeito, não existe qualquer legislação especial no nosso País, aplicável aos antifascistas refugiados em Portugal. Tão pouco existe qualquer departamento do Estado que se considere responsável pelo acolhimento, protecção e apoio a esses refugiados».

«2. Depois de seis governos e muitos meses de esforços da CNARPA junto das autoridades, Portugal, no plano internacional, não aderiu ainda ao Protocolo de Nova Iorque, medida que daria um primeiro enquadramento jurídico aplicável aos refugiados políticos antifascistas.

«Quanto ministro dos Negócios Estrangeiros contactado previamente pela CNARPA Mário Soares tomou a iniciativa de propor a adesão ao Protocolo de Nova Iorque, mas o único resultado obtido foi a publicação de um decreto-lei deficientemente concebido (apesar dos conselhos jurídicos prestados pela CNARPA antes da sua elaboração) que deixou a situação jurídica tal como o fascismo em Portugal a concebeu e a legou em 25 de Abril de 1974: um asilo previsto especialmente para beneficiar refugiados não antifascistas.

«Em parte por este motivo, a grande maioria dos que contactaram a CNARPA, procuram a todo o transe a possibilidade de se deslocarem para outro país que lhes ofereça maior protecção, o que até agora se tem revelado difícil.

«2. Desconhecem os signatários o número exacto de refugiados que entraram em Portugal depois do 25 de Abril. Mas podem testemunhar que dos ficheiros da CNARPA constam cerca de 150 nomes (não incluindo crianças). E destes, cerca de 1/3 já abandonou o País.

Conclui-se assim que, a menos que se tenham confundido com refugiados políticos os milhares de estrangeiros residentes ou de passagem em Portugal, que acompanham a nossa vida política com variado interesse (incluindo, provavelmente, algumas centenas de agentes de serviços secretos de outros países empenhados na mudança de sinal do processo revolucionário português), não é possível aceitar como sequer aproximada da verdade, a referência a milhares de refugiados actualmente residentes em Portugal.

«3. São totalmente inadmissíveis as insinuações em matéria de salários ou subsídios chorudos (seis mil escudos) recebidos pelos refugiados.

Em primeiro lugar, dada a crise existente no nosso País, e, lamentamos ter que o dizer, a indiferença e pouca sensibilidade demonstrada até agora pela maioria da população portuguesa em relação à difícil situação dos refugiados políticos, poucos são aqueles que

conseguiram um posto de trabalho.

«Em segundo lugar, os que estão desempregados, além da alimentação e alojamento recebem, quando possível, cerca de quatrocentos escudos para despesas mensais.

«Para a liquidação destes subsídios conta-se com irregulares e insuficientes donativos. Os fundos de que a CNARPA dispõe provêm de fontes nacionais ou estrangeiras já várias vezes referidas em público e conhecidas das autoridades portuguesas e do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, organização com a qual a CNARPA coopera estreitamente.

«No que se refere aos fundos do Alto-Comissariado concedidos em benefício dos refugiados em Portugal, o seu montante e forma de gestão são igualmente do conhecimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e também de alguns membros e simpatizantes do Partido Socialista que fazem parte desta Comissão.

«A CNARPA possui uma contabilidade organizada que está à disposição daqueles que contribuíram ou contribuem financeiramente ou por qualquer outra forma para o apoio aos refugiados em Portugal, o que não é o caso do dr. Mário Soares.

«Com esta afirmação o Secretário-Geral do P. S. inaugurou uma verdadeira escalada de calúnias para a qual, evidentemente, já tem seguidores e concorrentes. Assim, num panfleto distribuído recente-

mente no centro de Lisboa, aparece referência a uma verba de vinte e seis mil escudos como sendo aquela de que beneficiam os refugiados «Chilenos».

«4. A referência à 5.ª Divisão não tem explicação lógica para os abaixo-assinados pois não existiu a mínima ligação entre a CNARPA e esse organismo militar. Que o S. Geral do P. S. tenha o seu «delenda Carthago», é problema que não diz respeito aos signatários como membros desta Comissão, mas que sejam os refugiados antifascistas a pagar essa espécie de obsessão, acha-se perfeitamente descabido.

«Acabado este esclarecimento, pensam os abaixo-assinados ser seu dever, acrescentar ainda um breve mas incisivo comentário às declarações do dr. Mário Soares, que a gravidade das mesmas sobejamente, julgam justificar.

«Considerou o secretário-geral do P. S. oportuno fazer estas declarações no momento em que são presos, torturados e assassinados, antifascistas em países como o Brasil, Espanha e Chile, e em que, no nosso país, a acção política ofensiva de forças incontestavelmente fascistas e reacçãoárias se acentua.

«Foram estas declarações do secretário-geral do P. S. feitas em termos tais, e num momento político, que lhes dá o carácter de um autêntico incitamento a todo o tipo de acções e comportamentos hostis, por parte destas mesmas

Continua na pag. 18

TRABALHADORES DA R.R. DESMENTEM VASCO LOURENÇO

No contacto diário que mantêm com os órgãos de Informação, os trabalhadores da Rádio Renascença desmentiram as declarações do capitão Vasco Lourenço, «um dos autores do atentado terrorista contra os nossos emissores», prestadas em duas entrevistas vindas a público no jornal «República» e no semanário «Nova Terra». Tais declarações são classificadas pelos trabalhadores da Renascença como mentirosas e provocatórias.

A «desmontagem» das entrevistas começa quando Vasco Lourenço é acusado de utilizar os termos e os argumentos do Patriarcado, ao insinuar que, dos trabalhadores que iniciaram a luta, não restarão neste momento mais do que três ou quatro, sendo o restante, manipuladores de forças partidárias infiltradas. A resposta é dada em tom pessoal, com os trabalhadores a dizer: «Uma vez que todos aqueles que se colocaram sempre ao nosso lado estão mais do que esclarecidos quanto a este aspecto, resta-nos perguntar ao senhor capitão, agora brigadeiro, se já se esqueceu do esclarecimento que os trabalhadores da R. R. lhe prestaram à saída de uma reunião do C. R. Talvez isto lhe refresque a memória».

A afirmação de Vasco Lourenço de que a manifestação que levou à reabertura dos emissores, até então selados, era encabeçada por mais de

um milhar de estrangeiros, «que exportam as revoluções que não conseguiram fazer nos seus países», respondem os trabalhadores da R. R.: «O sr. capitão mente! O sr. capitão sabe perfeitamente quem constituía a «cabeça» da manifestação, e se deslocou a Belém para se encontrar com o Presidente da República. Eram camaradas trabalhadores e soldados, bem portugueses e certamente mais patriotas que o sr. capitão, agora brigadeiro. Os estrangeiros que a nós nos preocupam não são aqueles que, motivados pelo internacio-

nalismo proletário, terão eventualmente aderido à nossa causa; preocupa-nos, isso sim, os estrangeiros acoitados nas embaixadas dos Estados Unidos, da Alemanha Federal e do Brasil, que exportam a contra-revolução e que parecem nada preocupar o C. R., e antes facilitam a sua estratégia».

Vasco Lourenço novamente é chamado de mentiroso, quando afirma que o C. R. decidiu por unanimidade que a R. R. deveria ser silenciada.

Quanto às alegações de Vasco Lourenço de estar «mal informado sobre a questão da Rádio Renascença», os trabalhadores da R. R. constatarem que é um facto so conselheiros, excepto um ou outro, estavam muito mal informados sobre as lutas dos trabalhadores, por sua própria conta e risco.

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EMPREITADA DE SANEAMENTO DOS BAIRROS DE BRAGADAS E QUINTAIS

harmonia com o modelo anexo ao programa do projecto estarão patentes todos os dias úteis, durante as

ANÚNCIO

Faz-se saber que, de harmonia com a deliberação camarária de 22/10/75 se encontra aberto concurso público para a empreitada em epígrafe, sendo de 30 dias o prazo para apresentação das propostas. Este prazo será contado a partir do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio no «Diário do Governo». No caso de o último dia cair num sábado o termo do prazo passa para o primeiro dia útil seguinte.

O acto público do concurso realizar-se-á na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelas 15 horas do primeiro dia útil que se seguir ao tempo do prazo fixado neste anúncio, ou pelas 10 horas se esse dia for sábado.

PREÇO BASE DO CONCURSO 1.200.000\$00

CAUÇÃO PROVISÓRIA 30.000\$00

A caução definitiva será de 5 % do valor global da adjudicação.

Alvará(s) Categoria V 4.ª; Subcategoria —; Classe

Categoria —; Subcategoria —; Classe

A caução provisória é prestada mediante depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações à ordem desta Câmara Municipal, por guia preenchida pelos concorrentes, de harmonia com o modelo anexo ao programa do concurso, ou mediante títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou, ainda, por garantia bancária.

O programa do concurso, caderno de encargos e projecto estarão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Secção de Obras da Câmara Municipal.

As propostas deverão ser enviadas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, ou, entregues directamente na Secretaria da Câmara Municipal, contra recibo.

Vila Franca de Xira, 20 de Novembro de 1975.

O Presidente da Comissão Administrativa
Fernando Gomes Vaz

CIRCO MARIANO COM LOTAÇÕES ESCOTADAS PORQUÊ?

ATENÇÃO. LISBOA E ARREDORES:

DEPOIS DA ESPECTACULAR ESTREIA COM O PÚBLICO A APLAUDIR DE PI

O famoso CIRCO MARIANO

ESTÁ INSTALADO NO LARGO MARTINI MONIZ

HOJE, AS 21.45 HORAS

UM LUXUOSO ESPECTACULO!

ESCALADA LIVRE - ICAROS - MALABARISTAS - ILUSIONISTAS - PERCHISTAS, ETC., ETC.

Convidada de honra a vedeta

ANITA GUERREIRO

60 ARTISTAS! ★ 10 ATRACÇÕES!

ATENÇÃO

No CIRCO MARIANO não chove, ha aquecimento e todas as cadeiras são estofadas

TODAS AS NOITES HA CIRCO

AS 21.45 HORAS!

Quintas e Sabados, «matinees», as 16.30 horas

DOMINGOS

2 «matinees», as 15 e as 17.30 horas

Nas «matinees», as crianças até 6 anos têm entrada gratuita

As bilheteiras abrem as 17 horas.

Nos dias de «matinees», as 11 horas

(Maiores de 6 anos)

CIRCO MARIANO

apresenta a grande atracção mundial

PROFESSOR KARMA e a sua medium BETY os maiores mentalistas do Mundo

2 PARELHAS DE PALHAÇOS ELISABETH(S) e CAMPOS FILHOS

ATENÇÃO: COLÉGIOS E ORGANIZAÇÕES DE FESTAS DE NATAL, ESPECTÁCULOS COM PREÇOS ESPECIAIS.

PUBLICIDADE

IOGURTES BOM DIA



AGRADECIMENTO

Os trabalhadores da Fábrica de Iogurtes BOM DIA vêm por este meio agradecer a solidariedade prestada pelos sindicatos, comissões de trabalhadores e demais órgãos da vontade popular bem como ao povo em geral à justa luta que vêm prosseguindo que permitiu a duplicação da produção e a triplicação de ordenados.

Este facto, encorajado pelos trabalhadores da Imprensa, da Rádio e T.V. sanciona a afirmação de que os trabalhadores sabem dirigir o que lhes pertence.

Entretanto, os trabalhadores do «BOM DIA» esforçam-se por melhorar a qualidade do iogurte produzido e também neste aspecto põem a nu as prepotências do ex-patrão, o multimilionário Luiz Emílio Rodrigues. Disso é exemplo um relatório apresentado pelo I.N.I.I. de onde se extrai: «Gostariamos de fazer uma elogiosa referência ao espírito aberto que encontramos na equipa de trabalhadores que neste momento dirige a fábrica, conscientes da responsabilidade que lhes cabe no fabrico de um produto alimentar que para todos os efeitos se considera dietético e ao mesmo tempo receptiva à inovação técnica da qual depende uma maior rentabilidade...»

A COMISSÃO DE TRABALHADORES

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

ADMISSÃO DE UM GEÓLOGO

A C. P. pretende admitir um geólogo para o Sector de Geotécnia do seu Departamento de Instalações Fixas.

As condições exigidas são as seguintes:

- Curso universitário: Ciências Geológicas.
- Experiência em hidrogeologia destinada a abastecimento de água e em cartografia.
- Local de trabalho: Lisboa.
- Limite de idade: 40 anos.

Os interessados deverão dirigir-se ao Sector de Formação de Quadros dos Caminhos de Ferro Portugueses, na Calçada da Glória, n.º 12-3.º, em Lisboa, enviando «curriculum» pormenorizado.



TAVOLA

INFORMA OS EX.MOS CLIENTES
E AMIGOS DA SUA REABERTURA
AOS DOMINGOS A PARTIR DAS 14 H

AV. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 61/B
(ou Rua Coronel Bento Roma 16)
TELEFONES 89 02 24 - LISBOA

PUB

DEPARTAMENTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Anuncia-se a abertura de 3 vagas para o lugar de assistente eventual devendo os requerimentos dos candidatos ser entregues na Secretaria do Departamento até ao dia 30 de Novembro de 1975.

O CONSELHO DIRECTIVO
DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA

Nacional

Delegações de praças da F.A.

esperam "páras" regressados de Angola

Em reunião de praças-delegados de 22 unidades da Força Aérea, da área de Lisboa, de preparação para o respectivo plenário, foi aprovada uma moção em que, «considerando que os oficiais que acompanham nos barcos os pára-quedistas que amanhã chegam a Lisboa são na sua maioria reacçãoários» não lhes oferecendo nenhuma garantia e que podem influenciar os soldados, que vêm na sua maioria traumatizados pela guerra que lá se travou e não estão dentro da situação político-militar que o País atravessa, propõem que delegações de todas as unidades da Força Aérea (praças) vão esperar os camaradas que vêm da República Popular de Angola, que haja uma delegação eleita para que à chegada seja feito o ponto da situação e que os camaradas pára-quedistas sejam colocados no B. E. T. P.

COMUNICADO DO PLENÁRIO DOS PÁRA-QUEDISTAS

É do seguinte teor o comunicado final do plenário de sargentos e praças pára-quedistas da Base Escola de tropas Pára-quedistas, do Depósito Geral de Adidos da Força Aérea e da Base Aérea n.º 6 (Montijo) realizado em Tancos:

«Em resposta à ordem dada ontem, 18/11/75, através de mensagem recebida na Base Escola de Pára-quedistas às dezasseis horas, em que ordenava a passagem à situação de licença registada de todas as praças pára-quedistas e de todas as praças em formação, estes militares, conscientes do perigo que isso representava para a continuidade da revolução portuguesa e em prejuízo materiais para o nosso Povo, decidiram em plenário, por unanimidade o seguinte: 1 — Não aceitar tal ordem, continuando nos quartéis desempenhando as suas actividades internas e prontas a intervir em favor do verdadeiro Povo português. 2 — Repudiar todas as ordens emanadas do chefe do Estado-Maior da Força Aérea. 3 — Que as praças pára-quedistas vindas de Angola e de Timor regressem à Base Escola de tropas pára-quedistas e que, posteriormente, passem à disponibilidade no fim do cumprimento do seu tempo de serviço obrigatório».

O comunicado conclui afirmando que «as praças pára-quedistas estão conscientes de que na sua decisão estão ao lado do verdadeiro Povo português».

Uma outra moção exige que o C. E. M. F. A. tome providências imediatas no sentido

de passar a controlar através do D. G. M. F. A. todo o material oriundo das ex-colónias que ainda não se encontra à carga da Força Aérea e sobre o qual não existe qualquer controlo. Fundamenta-se a moção nos caixotes de armamento abertos no COMRA 1, BA 2 e, BA 6 com procedência das ex-colónias e o material em causa é o seguinte: espingardas automáticas G-3, F. N., F. B. P. e Kalashnikov e ainda espingardas automáticas telescópicas de caça simples e grossa.

C. E. M. F. A. DESMENTE UMA NOTÍCIA DO «EXPRESSO»

Até a um comunicado enviado aos meios de comunicação o C. E. M. F. A. desmente que o general Otelo tenha dito a uma delegação de pára-quedistas que lhes asseguraria suporte financeiro e administrativo da unidade até ao fim do ano e que mandaria montar rádios na unidade.

S. U. V. CONTRA O VI GOVERNO

«Não ao VI Governo. Sim à formação de um Governo ao serviço da revolução» sublinha-se num comunicado dos núcleos S. U. V. do Ralis. Policia Militar, E.P.A.M. D. G. M. G., R. I. O. Q., E. P.T.M., R.A.C., Comandos, R.E. 1, C.I.A.A.C. e E. P. I.

Os núcleos dos S. U. V., seguindo uma notícia da ANOP classificam a decisão do Governo como «uma grosseira chantagem política que tem em vista pressionar o Presidente da República e o Conselho da Revolução a tomar medidas contra-revolucionárias».

«Os oficiais, sargentos e praças do 25 de Abril não dão caução aos candidatos a Pinochet no nosso país» afirmam os núcleos S. U. V. que apelam à convocação de plenários em todas as unidades «para a discussão da situação e tomada de posição pública em defesa da Revolução».

SUV DAS CALDAS DA RAINHA

"Todo o apoio a Otelo"

CALDAS DA RAINHA, 22 — O Secretariado dos Soldados Unidos Venceremos do CIQC/RI 5 decidiram exigir do general Costa Gomes a não cedência à chantagem política de reacçãoários e de partidos de direita e «apoiar a firmeza das posições do general Otelo Saraiva de Carvalho».

Os SUV de Caldas da Rainha apelaram para que «todos os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas se mantenham vigilantes». E manifestaram-se «por um governo popular de unidade revolucionária».

Eis na íntegra, a moção divulgada pelos SUV:

«1. Considerando que o VI Governo Provisório não está ao serviço das classes trabalhadoras, antes pelo contrário tenta defender o capitalismo em Portugal.

«2. Considerando que esta última manobra de suspender as suas funções é um processo de pressão do Presidente da República com o fim de este

lhe pôr ao serviço forças militares para o prosseguimento de uma política contra-revolucionária lesiva dos interesses dos trabalhadores.

«3. Considerando que nestas manobras se enquadra a tentativa falhada de neutralização do general Otelo Saraiva de Carvalho.

O Secretariado SUV do CIQC/RI 5 decide:

«1. Apoiar firmemente a concentração popular convocada para junto do Palácio de Belém, pelo avanço da Revolução e pela constituição de um Governo de unidade revolucionária.

«2. Apoiar a firmeza das posições do general Otelo Saraiva de Carvalho.

«3. Exigir do general Costa Gomes firmeza e não cedência à chantagem política de reacçãoários e de partidos de direita.

«4. Apelar para todos os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas que se mantenham vigilantes.»

Ciclo Audiovisual na Gulbenkian: "Música e músicos italianos"

Por iniciativa da Fundação Gulbenkian vai realizar-se no Auditório Dois daquela Instituição um Ciclo Audiovisual sobre «Música e Músicos Italianos», apresentado pelo dr. Pier Luigi Alverà, embaixador de Itália em Lisboa, com ilustração de música gravada e diapositivos.

O ciclo, que se iniciará no próximo dia 24 do corrente às

18 e 30 sobre António Vivaldi à Luz de Veneza», tem o seguinte programa, sempre com início das sessões à mesma hora e no mesmo Auditório da Fundação Gulbenkian: dia 12 de Dezembro, sobre «Rossini, o Génio Sorridente»; 19 de Janeiro de 1976, sobre «Verdi à Volta do Mundo»; 23 de Fevereiro, sobre «Homenagem a Puccini»; e 15 de Março sobre «Respighi, Poeta de Roma».



O repórter de serviço

NUNO GOMES
DOS SANTOS

Palavras cor-de-rosa

Tomás Rosa, ministro do Trabalho, disse no domingo passado, em Viseu:

«O Povo Português não quer mais ditaduras, nem da direita nem da esquerda. O povo quer liberdade, quer a democracia e quer o socialismo. Mas quer o socialismo no respeito pela democracia e pela vontade popular.»

Essa do respeito pela vontade popular é que ficou cá dentro. Que entende o sr. Rosa por vontade popular? Ou seja: os milhares de operários metalúrgicos que foram caluniados pelo sr. ministro, os 200 mil operários da construção civil que lutaram pelos seus direitos frente a S. Bento são, ou não, expressão de uma vontade popular?

Se são, não vemos razões para ter havido, e ainda haver, contencioso entre o sr. Tomás e esses trabalhadores. Mas houve. E ainda há.

Logo, para o sr. ministro, não são.

Donde se concluirá que, na expressão «vontade popular» que o sr. ministro Rosa utilizou não cabe a vontade dos operários. E, se a vontade dos operários não é em sua opinião vontade popular, então, sr. ministro, deveria ter completado a sua frase, em Viseu, assim: «... no respeito pela vontade popular» da burguesia.

Não o fez. Quando o fizer terá de corrigir as palavras e devolver-lhes o significado que elas têm para si. Ou viremos, então o sr. Rosa dizer:

«O povo português não quer mais ditaduras, nem de direita nem de esquerda. O povo não quer liberdade, quer a ditadura e não quer o socialismo. E não quer o socialismo por respeito para com a ditadura da burguesia.»

Necrologia

D. MARIA DA GRAÇA FORTUNA DE CARVALHO

BARCELOS, 22 — Faleceu ontem nesta cidade a sr.ª D. Maria da Graça Fortuna de Carvalho, viúva de Luís de Carvalho, que foi destacado democrata desta cidade.

A extinta contava 75 anos e

era mãe da sr.ª D. Maria Luisa Fortuna de Carvalho e dos srs. Luis, Camilo, Fernando e Jorge

Fortuna de Carvalho. O funeral realiza-se hoje para o cemitério local.

NO PORTUGAL DE HOJE NENHUM GOVERNO PODE GOVERNAR CONTRA A VONTADE DO POVO

— afirma o Partido Comunista Português

Ficou claramente demonstrado que no Portugal de hoje, nenhum Governo pode governar contra os interesses, as aspirações e a vontade das massas populares e que não se pode esperar a estabilização da situação militar, se a linha de comando não corresponder à confiança dos inferiores no espírito revolucionário dos superiores.

Esta é a opinião do Comité Central do Partido Comunista Português, numa análise do actual momento político, apresentada ontem em conferência de imprensa por Álvaro Cunhal, secretário-geral do P. C. P.

Relativamente à atitude de suspensão do VI Governo, o dirigente comunista definiu a posição do seu partido: «Com a suspensão das suas actividades, o Governo demitiu-se de facto. O VI Governo Provisório deve dar lugar a um VII Governo Provisório, governo da esquerda, com uma composição de esquerda e com uma política de esquerda».

Considerando que o VI e as decisões do Conselho da Revo-

lução na madrugada do dia 21 procuraram inflectir no imediato mais para a direita os órgãos do poder político (Governo e estruturas militares), o P. C. P. entende, ainda, que «os acontecimentos provam que o VI Governo Provisório de forma alguma corresponde às necessidades actuais». A continuação deste Governo — foi dito — conduziria a curto prazo a uma política repressiva e à instauração de uma nova ditadura.

Após várias referências aos propósitos da contra-revolução (existem sérios perigos de actividades terroristas, de sedições de direita e de um golpe contra-revolucionário) Álvaro Cunhal disse que «a situação exige uma rápida modificação nos órgãos do Poder, para evitar uma degradação da situação política, de que pode aproveitar a contra-revolução». Para a modificação tornar-se necessária: reunificar o M. F. A. numa base progressista; reforço das tendências revolucionárias no C. R.; Governo onde não esteja o P. P. D., partido da reacção, e onde sejam re-

forçadas as posições da esquerda militar e civil.

A HEGEMONIA P. S. - P. P. D.

Depois de aludir à necessidade de impedir decisões que conduzam à formação ou reestruturação de um Governo com uma política antipopular, o dirigente do P. C. P. recordaria que o êxito da luta contra a reacção e contra-revolução «exige o reforço das posições dos sectores e militantes revolucionários nas estruturas militares e a formação de um Governo de esquerda, decidido a combater as actividades contra-revolucionárias (...)».

Do ponto de vista do P. C. P., a impossibilidade do VI Governo governar deriva da hegemonia P. S. - P. P. D. no Governo; falta de representatividade de tendências militares revolucionárias; redução a um mínimo das posições da esquerda; recurso crescente à repressão para forçar a aplicação de uma política antipopular.

Passando em análise a política ultimamente desenvolvida pelo VI Governo, com referências a factos concretos, o P. C. P. afirmaria de seguida que tais factos «ganham para o Governo o apoio da direita reacçãoária, mas levantaram contra ele as classes trabalhadoras e amplas camadas da população».

Pela óptica do Partido Comunista «a aliança da direita é a responsável pela situação criada» e as decisões do C. R. «são uma cedência às exigências da hegemonia P. P. D. - P. S. no Governo para a preparação de condições de um apoio militar a uma nova política antipopular de direita». Todavia, foi dito, «tal orientação não conduzirá à superação da crise».

A FORÇA DO POVO

O grandioso e potente movimento de massas revela a força invencível do povo trabalhador.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios em geral, e em particular os residentes nas zonas de

CASCAIS SINTRA TORRES VEDRAS

para as sessões de esclarecimento e dinamização sindical promovidas pela actual Comissão Directiva, as quais terão lugar pelas 21 horas, nos dias e locais que se indicam:

DIA	LOCALIDADE	SALA
24/11/75	Cascais	Teatro Gil Vicente
25/11/75	Sintra	Sintra Cinema (Porte-la Sintra)
26/11/75	Torres Vedras	União dos Sindicatos

Pela Comissão Directiva Provisória

5.º ANIVERSÁRIO DA AGRESSÃO SPINOLISTA CONTRA A GUINÉ-CONAKRI

Comemora-se hoje o 5.º Aniversário da derrota sofrida pelas forças spinolistas lançadas numa agressão contra a República da Guiné-Conakri, a partir de Bissau. Comandava essas forças o traidor Alpoim Calvão, ex-membro do Exército Português e actual dirigente do movimento terrorista conhecido por Exército de «Libertação» de Portugal. No ataque, estiveram ainda envolvidos diversos elementos que hoje se integram nos quadros do E. L. P. e participam em novas agressões, não só contra o povo português, como também contra Angola. Esta acção desesperada de Spínola e das forças fascistas portuguesas, não conseguiu atingir os seus

objectivos, entre os quais se contava o assassinio de Amílcar Cabral (conseguido três anos mais tarde) e a intimidação do povo guineense no apoio que nunca negou aos nacionalistas da Guiné-Bissau. Então, como agora sucede em Angola, os actos desesperados da reacção fascista esbarram com a determinação de povos em luta pela liberdade, pela independência nacional, contra o colonialismo e o imperialismo.

Delegações de Moçambique, da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e do M. P. L. A. encontram-se já em Conakri para comemorar, com o povo irmão, a vitória alcançada no 22 de Novembro de 1970.

COMITÉ QUEBEC-PORTUGAL DENUNCIA VISITA DE SPÍNOLA

O Comité Quebec-Portugal emitiu um comunicado onde protesta contra a visita do ex-general Spínola ao Canadá. Spínola, que anda em viagem pelos Estados Unidos, tencionaria realizar várias visitas ao Canadá com o objectivo de «conseguir apoio para um golpe de Estado em Portugal», segundo é afirmado no comunicado. De acordo com um porta-voz do Comité Quebec-Portugal, Nunes Carlos, Spínola visitaria Ottawa, Toronto e Mon-

tréal durante a próxima semana, a fim de angariar dinheiro para ser empregado na subversão em Portugal e em Angola. Entre outras coisas, o Comité Quebec-Portugal acusa António de Spínola de tentar recrutar mercenários entre os emigrantes portugueses, radicados nos Estados Unidos e no Canadá. «O que o antigo general Spínola quer fazer é reeditar a tragédia chilena», diz o informador do Comité Quebec-Portugal.

TIMOR

PRÓXIMA INVASÃO DA INDONÉSIA — DENUNCIA A FRETILIN

MELBURNE, 22 (FP) — Dois responsáveis da Fretlin declararam ontem, em Melbourne, que a Indonésia está a preparar uma invasão da parte oriental da ilha de Timor.

José Ramos Horta, secretário para a Administração e a Segurança, e Alarico Fernandes, secretário para os Negócios Estrangeiros da Fretlin, afirmaram que tal invasão se verificaria dentro de uma semana.

Os dois dirigentes da Fretlin, que tiveram em Camberra

conversações com responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros australiano, censuraram severamente à Austrália a sua neutralidade na questão de Timor.

«O povo de Timor sente-se traído pela Austrália» — salientaram. «Defendemos a nossa independência e não ouvimos o Governo Australiano pronunciar uma única palavra enérgica, o que permite aos generais indonésios de escararem-lhe na cara».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA SECTOR: CONSTRUÇÃO CIVIL

Convocam-se todos os trabalhadores de escritório deste sector para um Plenário, a efectuar no dia 24 de Novembro, no Salão dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, Rua Camilo Castelo Branco, 33, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para a Construção Civil (informações)
2. Tabela salarial aprovada
3. Informação das negociações sobre o clausulado

Lisboa, 20 de Novembro de 1975

A Comissão Directiva Provisória

LEAL DE ALMEIDA "SAI" DO INQUÉRITO A FERREIRA DA CUNHA

O coronel Leal de Almeida, comandante do RALIS, declarou ao Presidente da República que não aceitava estar integrado na comissão de inquérito, designado pelo Conselho da Revolução, para averiguação das actividades políticas do tenente-coronel Ferreira da Cunha, actual secretário

de Estado da Informação.

«Não aceitei aquela incumbência devido a incompatibilidades com as minhas funções no RALIS» — afirmou Leal de Almeida a alguns jornalistas.

De momento, a mencionada comissão é constituída pelo major Repolho, do R. I. O. C. Q., e o juiz Aidos Ferreira.

O DETIDO JÁ NÃO ERA DA SEGURANÇA DO C.D.S.

«O C. D. S. condena toda a posse ilícita de armas civis» — lê-se num comunicado emitido pelo serviço de Imprensa daquele partido, na sequência da prisão, em Coimbra, de José António Esteves, noticiada na generalidade dos órgãos de Informação.

As notícias referiam, de acordo com informações dadas pelas próprias autoridades que procederam à prisão, que o referido indivíduo, além de portador de inúmeras armas e munições, era agente da F. N. L. A. e fazia parte dos serviços de segurança do Partido do Centro Democrático Social.

O C. D. S. diz que o último

dado não é verdadeiro: o detido «efectivamente, fez parte desses serviços, embora tenha sido contactado por outros partidos. Há algum tempo, porém, que deixara de trabalhar para o C. D. S. por — diz o próprio C. D. S. — não se integrar nas normas fixadas para os mesmos serviços».

FREITAS DO AMARAL NA SUÉCIA

Encontra-se na Suécia desde o passado dia 20 o presidente da Comissão Política do C. D. S., Diogo Freitas do Amaral.

Trabalho

CERÂMICOS: IMEDIATA APLICAÇÃO DA PORTARIA

«Os cerâmicos têm consciência da justiça das suas posições e estão de olhos bem abertos, não transigindo quan-

to à integral e imediata aplicação da portaria» que regula-menta o trabalho para o sector do barro branco — adverte a

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Cerâmicos. Quando o contrato colectivo

foi negociado, «apenas cerca de cinco dezenas de empresas estavam agrupadas na Asso-

ciação Portuguesa de Cerâmica», pelo que os sindicatos so-licitaram a intervenção do Mi-nistério do Trabalho, «para fa-

zer alargar às demais unidades do sector aquilo a que apenas algumas tinham ficado vincula-das».

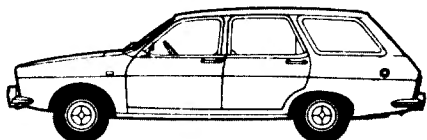
Um estradista seguro, confortável, familiar -com mais espaço!



Renault 12 break

Para os que precisam de mais espaço no seu automóvel, mantendo o conforto, a segurança, as qualidades de estradistas de um "familiar" de classe, a Renault fabrica o Break Renault 12. Todas as grandes qualidades do Renault 12, e mais espaço...
Conforto: Suspensão por molas helicoidais. Assentos anatomicamente estudados, reclináveis e reguláveis em comprimento.
Segurança: Tracção à frente.

Travões de disco às rodas da frente.
Performance: Motor de 1289 cm³, 60 cv SAE, velocidade ao cronómetro 145 Km/h.
O Break mostra a sua dupla vocação: Pode receber grande volume de bagagem com 4 ou 5 passageiros a mala tem 910 dm³, rebatendo o banco traseiro e com 2 passageiros a mala fica com 1650 dm³! Enfim, tal como o Renault 12, um conquistador!



Muito mais do que um carro funcional.

UTIC

SALÕES DE EXPOSIÇÃO E VENDAS

Av. da Liberdade, 114 e Av. da República, 45

LISBOA



Estás de bebé? O que fui ao Café!... Não se estás de Bebé? Ao Café! é isto o que acontece a quem não ouve bem

SURDOS CASA SONOTONE

É PRECISO BASTANTE CUIDADO NO ESTADO DE GRAVIDEZ POIS OCASIONA MUITAS VEZES A SURDEZ

ATENÇÃO: A melhor oferta que se pode dar aos que não ouvem bem, é um aparelho auditivo SONOTONE.

PARA TODOS AQUELES QUE NÃO PERCEBEM O QUE LHE DIZEM. Pedimos uma visita a fim de fazerem um exame audiométrico e uma demonstração que é gratuita. Temos o que há de melhor em aparelhos auditivos para corrigir a surdez, sendo de bolso, retroauriculares, aparelhos em óculos via aérea e óssea, estes últimos só de encostar à cabeça sem fios nem pilhas. Uma maravilha de audição. LARINGES ELECTRONICAS para os operados à laringe. Vendemos pilhas de todas as voltagens de mercúrio e carvão. Assistência técnica a todos os aparelhos, sejam ou não vendidos por nós, de qualquer casa ou marcas. Pedimos uma visita, ficando muito agradecidos em:

LISBOA — Poço do Borratém, 33, S/L — Telef. 868352-865978
PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef. 02-315602

AMORTECEDORES

Reparo e Reconstrução todas as marcas, com garantia

MENDES Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A
(Ao Campo Pequeno)
REPRESENTANTE dos amortecedores «J. M.»

DECORAÇÃO

AUMENTE O VALOR DO SEU DINHEIRO COMPRANDO NO NOVO ARMAZÉM DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO

TECIDOS, ALCATIFAS, PAPEIS PINTADOS E TUDO PARA DECORAÇÃO — VENDAS DIRECTAS —

ALIE O SEU BOM GOSTO AO VALOR DOS NOSSOS ARTIGOS. VISITE-NOS

BENTO, RATINHO, LDA
R. dos Douradores, 72, 1.º Et — Tel. 322686 — LISBOA

CURSOS

Estão abertas as matrículas até 25/11/75 para os cursos de: Perfuração, Verificação. Sistemas: IBM e UNIVAC. Início dos cursos 26/11/75. As inscrições são limitadas.

EXTERNATO CONTINENTAL

T. 364272-R. do Arsenal, 100-1.º



AMANHÃ, NO PORTO

PLENÁRIO DOS COMERCIANTES DO PAÍS

A Federação do Comércio Retalhista Português promove, amanhã, no Palácio de Cristal do Porto, um plenário nacional de grandes, médios e pequenos comerciantes de todo o País.

Aí serão abordados diversos temas já preparados em diversos plenários regionais, como sejam, o do comércio e iniciativa privada, previdência dos comerciantes e segurança social, associações de comerciantes como órgãos consultivos da governação, contrato colectivo no comércio, circuitos e margens de comercialização, estrutura associativa, estatutos do comerciante perante o público consumidor.

Diversas federações de grêmios, associações distritais e concelhias deram já a sua adesão à iniciativa da Federação do Comércio.

«Escolhemos o Porto e não Lisboa» — afirmou um dos membros executivos do núcleo do Sul, em conferência de In-

prensa, realizada no Hotel Roma — «devido à mais alta densidade do comércio retalhista existente na zona do Norte.»

Sobre o aparecimento e possível manipulação de grandes comerciantes, foi respondido que não havia grandes comerciantes no sector:

«A nossa luta é pela sobrevivência. Estamos todos a sofrer uma situação que nos pode levar ao fim».

O plenário, inteiramente voltado para a defesa da concorrência e da iniciativa privada — base da economia capitalista — parece não ir abordar os temas relacionados com o cooperativismo dos pequenos comerciantes.

É possível que no tema da contratação colectiva sejam discutidos os ordenados mínimos, rejeitados por muitos comerciantes e que poderá levar à paralisação do comércio no Natal.

estude!

GANHE MAIS DINHEIRO!

CURSOS POR CORRESPONDÊNCIA

Desde 1947

Recorte o cupão e envie-o HOJE MESMO (indique um só curso)

- | | |
|---|---|
| ☐ COSTURA | ☐ RADIO, ELECTRONICA, TV |
| ☐ FOTOGRAFIA | ☐ DESENHO E PINTURA |
| ☐ RELAÇÕES PUBLICAS | ☐ ELECTRICIDADE |
| ☐ VENDAS / MARKETING | ☐ INGLÊS |
| ☐ CULTURA GERAL | ☐ SECRETARIADO |

Peço o envio do livrete colorido e ilustrado sobre o curso que indico com um X

GRÁTIS

D.L. 10

Nome

Morada

Localidade



CEC Alvaro Torrá * Rádio Escola
Rua Fernão Lopes, 8 (ao Saldanha) Lisboa 1 - Tel. 53 67 52

SÓ UM GOVERNO DE ESQUERDA PODE EVITAR O CAOS E A ANARQUIA

— declaram o Secretariado das Comissões de Trabalhadores de Lisboa e a Intersindical

«Só um Governo de esquerda poderá evitar o caos, a anarquia e a guerra civil», afirma-se num comunicado conjunto do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e do Secretariado da Intersindical, divulgado no decorrer de uma conferência de imprensa ontem realizada, para «análise da situação política e perspectivas criadas pela grandiosa concentração de Belém».

«1 — As grandes manifestações populares unitárias realizadas em todo o País, culminando com as grandiosas concentrações do Terreiro do Paço, no dia 16, e a de Belém no dia 20 de Novembro, são exemplo inequívoco de que só um Governo virado para a satisfação dos anseios das massas populares e para o avanço do processo revolucionário terá a confiança e apoio da classe operária, dos camponeses, dos militares progressistas, das massas populares em geral.

2 — Os saneamentos à esquerda dos militares progressistas e de autênticos revolucionários de postos-chave do aparelho de Estado e de empresas nacionalizadas tem sido um dos métodos utilizados pe-

las forças reacçãoárias e conservadoras, visando apoderar-se de todas as alavancas do Poder civil e militar.

3 — A concentração do Terreiro do Paço impediu que as forças contra-revolucionárias conseguissem os seus intentos de a Assembleia Constituinte e o «Governo» viressem a funcio-

nar no Norte, tendo como consequência a divisão do País e a guerra civil. A manifestação popular unitária de Belém reforçou a posição dos militares progressistas, contribuindo de forma importante para novas conquistas na situação político-militar.

O Conselho da Revolução fa-

revolucionário.

6 — Só um Governo de esquerda poderá evitar o caos, a anarquia e a guerra civil.

7 — Não é através do obscurantismo, do caciquismo e do eleitoralismo que se podem defender os profundos interesses do povo português. As grandiosas manifestações unitárias e



la na remodelação do Governo Provisório, na base dos partidos políticos. Contudo, há que definir claramente quais os partidos verdadeiramente interessados na defesa das conquistas alcançadas pelo avanço do processo revolucionário, e aqueles que, além de não estarem com a Revolução, são a própria contra-revolução.

4 — O VI Governo Provisório, conhecedor da impossibilidade de governar contra a vontade das massas populares, intenta novos métodos de pressão, a fim de criar o aparelho repressivo, capaz de, pela força e a violência, opor a sua política antipopular, ao serviço dos interesses do capitalismo nacional e internacional.

5 — É neste contexto que devemos inserir a atitude chantageira do Conselho de Ministros ao suspender a actividade do VI Governo Provisório, que, em aliança com os militares reacçãoários e de direita, que mais não pretendem senão o saneamento dos poucos militares progressistas que ainda ocupam cargos vitais para o prosseguimento do processo

populares têm desmistificado a tão apregoada «teoria» das maiorias e minorias e demonstrado claramente que as massas trabalhadoras se unem à volta dos seus interesses de classe na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem.

8 — Saudamos calorosamente a classe operária, os camponeses os pescadores, todos os militares progressistas, as massas populares em geral, pela firmeza e unidade revolucionária com que responderam a mais esta manobra do VI Governo Provisório e das forças contra-revolucionárias. É necessário manter e redobrar a mobilização e a vigilância, é necessário reforçar a unidade de todos os trabalhadores em torno das comissões de trabalhadores, dos sindicatos e todas as organizações do Poder popular; é necessário alargar a discussão colectiva da grave situação político-militar às mais amplas massas.

A nossa luta continua até que os órgãos do Poder político e militar estejam ao serviço das massas populares e da Revolução socialista.

NORDESTE TRANSMONTANO

Saneamentos à esquerda arriscam salários dos trabalhadores

Centenas de trabalhadores e algumas dezenas de pequenos e médios agricultores poderão não receber já os seus vencimentos e os créditos a que têm direito pela venda dos seus produtos, em consequência de terem sido afastados das suas funções os dois únicos membros que se mantinham em exercício da Comissão Liquidatária da Federação dos Grêmios da Lavoura do Nordeste Transmontano, que tem também a seu cargo a gestão do complexo agro-industrial do Cachão — notícia a ANOP.

Com efeito, neste momento não existe ninguém investido de poderes para movimentar os dinheiros do referido complexo, pelo que os trabalhadores estão em risco de não receber os seus salários no fim do mês. Do mesmo modo, dezenas de pequenos e médios agricultores terão que aguardar até que possam receber algumas centenas de contos de que são credores, do complexo de Cachão, pela venda dos seus produtos. Entre estes, contam-se algumas dezenas de pequenos agricultores alentejanos, que venderam ao Cachão a sua azeitona.

Atingiu-se esta situação após o saneamento dos dois membros da comissão liquidatária da Federação dos Grêmios da Lavoura do Nordeste Transmontano que se mantinham em exercício, o capitão Teófilo Bento e o regente agrícola João Vicente.

Segundo um comunicado dos membros da referida Comissão Liquidatária, o seu saneamento deve-se a uma manobra reacçãoária, «aparentemente da responsabilidade da comissão de vigilância e defesa dos trabalhadores, recheada de militantes fascistas, contando até no seu conjunto o ex-director-geral da administração, Camilo Mendonça, que, num plenário em que não permitiu a assistência de elementos da Comissão Liquidatária e apoiado num PS angélico e na classe operária do PPD, utilizando a calúnia e a demagogia, desencadeou forte ataque à comissão liquidatária».

«Tudo isto acontece quando se avança na reorganização do complexo, quando se estruturam formas concretas de controlo, quando se caminha para o estatuto jurídico capaz de colocar o complexo ao serviço da economia do País e, particularmente, dos interesses da pequena lavoura e dos trabalha-

dores, quando está próxima a conclusão de um plano de actividade para cinco anos, que visa atingir o ponto de equilíbrio da exploração, por forma a poder falar-se do complexo não como cancro da economia nacional ao serviço de taras e caprichos de uma clique», adianta o mesmo comunicado.

Diga Sim ao desporto

As pessoas dizem que andar a cavalo, durante o período, era incómodo. Mas você usa tampões Tampax e sente-se bem.

As pessoas dizem que podia sentir-se mal a patinar. Mas você confia na protecção dos tampões Tampax, que não escorregam, não se notam e não provocam cheiros.

As pessoas dizem que, durante o período, o bowling era um desporto extenuante. Mas você acha que quanto mais exercício melhor. E protege-se com os tampões Tampax de uso interno.

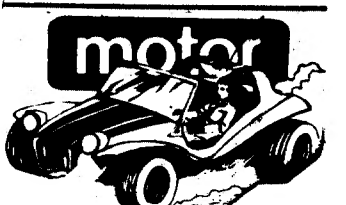
Digam «as pessoas» o que disserem, você sabe que pode ser activa, com a protecção e a comodidade dos tampões Tampax



A protecção interna em que mais mulheres confiam



PROTECÇÃO HIGIÉNICA PARA USO INTERNO
DISTRIBUIDOR A. P. AGOSTINHO - LISBOA



Trabalhadores das cantinas ameaçam paralisar

Os trabalhadores das cantinas estão firmemente dispostos a paralisar o trabalho dentro de uma semana, caso, até lá, o Ministério do Trabalho (agora suspenso) não se pronuncie favoravelmente sobre o alargamento do âmbito do contrato colectivo de trabalho do sector.

A decisão foi tomada em plenário realizado no Teatro Capitólio, onde ficou claro que «a tomada de posições de força da nossa parte face ao Ministério e aos patrões assenta na base de uma visão clara dos nossos problemas, de uma firme consciência de classe, e de uma organização sólida».

MERCADO COMUM: CINCO MILHÕES DE DESEMPREGADOS

Há, aproximadamente, cinco milhões de desempregados dos nove países do Euromercado, número mais de duas vezes superior ao que existia há dois anos, mas os especialistas pensam que o pior já passou e a curva do desemprego, que subiu continuamente em todos os estados membros durante o ano passado, começou agora a estabilizar — declarou um porta-voz da comissão executiva da CEE, segundo notícia a agência Reuter.

O abrandamento mais acentuado na subida do desemprego ocorreu na Alemanha Ocidental.

ESCRITÓRIOS: ASSEMBLEIA BOICOTADA

Um grupo de jovens sócios do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, afecto à direcção recentemente destituída e identificada com o M. R. P. P. boicotou a assembleia geral extraordinária daquele organismo, na quinta-feira, convocada pela comissão directiva provisória para deliberar sobre questões ligadas ao próximo acto eleitoral. Os dirigentes provisórios, eleitos pela classe, vão promover, em breve, nova assembleia.

UM CONCEITO DE BOM SENSO

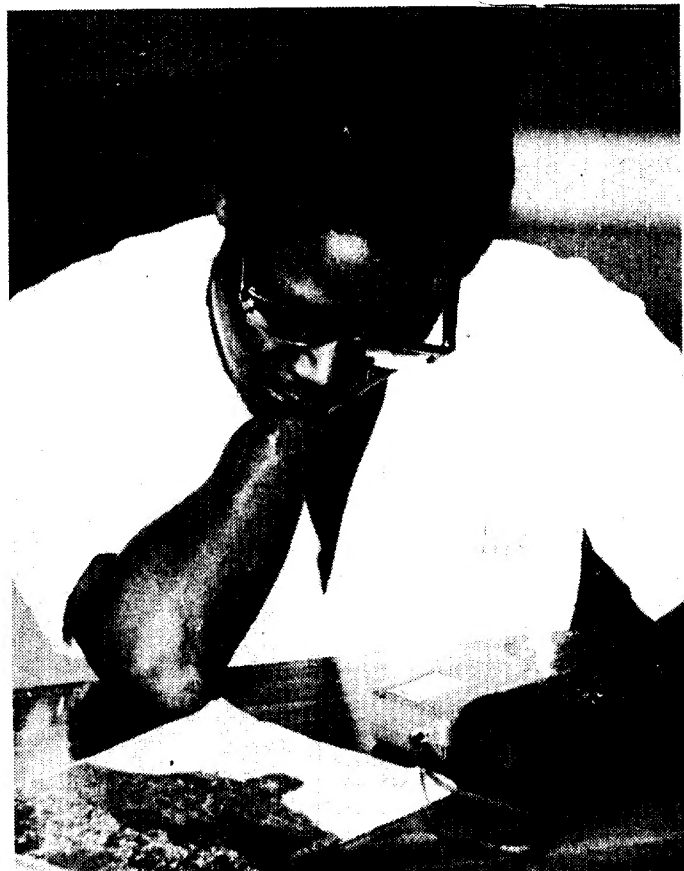


Viaturas de alto valor
para revenda mesmo após
longos anos de serviço

Um Volkswagen é sempre um bom investimento

Geral

QUEM ESCONDE (OU SUPRIMIU) OS "HOMENS-CESTOS" DA GUERRA COLONIAL?



A guerra colonial-fascista (em matéria de violência) não fez segregação racial



Vitor Carrera: o VI Governo ignorou-o como deficiente das Forças Armadas



25 de Abril (cerco à PIDE): só uma luta justa justifica um mutilado

«O meu filho ingressou no Exército, em 1967, na especialidade de radiotelegrafista, e foi mobilizado para a Guiné, embarcando, salvo erro, no dia 10 de Agosto de 1968, no navio «Uije». No dia 25 desse mês recebi um telegrama oficial informando-me que ele tinha morrido. Logo a seguir veio outro dizendo que tinha desaparecido. Entretanto, há cerca de dois anos, duas pessoas conhecidas afirmaram-me tê-lo visto no Hospital Militar da Estrela: sem braços nem pernas, barba grande, cicatrizes na cara. Fomos lá, mas responderam-me que devia ter sido engano» — excerto de uma carta que nos foi facultada pela A. D. F. A. (Associação dos Deficientes das Forças Armadas). Idêntica (no significado do seu conteúdo) a outras recebidas na sede daquele organismo (no Largo de S. Domingos). Afloando, na sua terminologia ainda que abstracta, uma hipótese terrível: a existência de dezenas de «homens-cestos» vegetando algures, em local recôndito, onde o fascismo achou estratégico ocultá-los aos olhos horrorizados dos milhões de portugueses que, de alguma forma, viram lançados na fogueira de um conflito injusto, jovens da sua carne (filhos, irmãos, primos, ou apenas parentes afastados)...

Fascismo que, ao ver-se derrotado pelo 25 de Abril, não teria mesmo hesitado em escondê-los (ou suprimi-los) para assim evitar que as forças da Revolução viessem a desmascarar aos olhos estupefactos da opinião pública (nacional e estrangeira), a faceta hedionda de uma política terrorista e desumana. Que não hesitou em imolar dezassete mil (eis os mortos) e quarenta mil (eis os mutilados) jovens portugueses, em defesa dos abjectos interesses dos Quinas, Melos, Espíritos Santos, Vieiras de Britos, e outros vampiros das riquezas angolanas, guineenses e moçambicanas.

Mas os dirigentes da A. D. F. A., segundo nos afirmaram, encontram-se empenhados em desvendar (até ao limite das suas possibilidades), o que existe de concreto nessa (para já aflorada) autêntica câmara macabra, que, a ser verdade, nada ficará a dever às novelas que apresentam Frankstein (o médico maldito) como personagem central.

A «CARIDADE» DA SENHORA DE SUPICO PINTO

E no itinerário da guerra colonial (embora num quadrante distinto) o Centro de Recuperação de Alcoitão, situado nas proximidades do Estoril, e durante anos local de tertúlia e de «caridade» da senhora de Supico

Pinto e das correlegionárias do Movimento Nacional Feminino — e ainda das «ladies» pertencentes à «melhor sociedade da Costa do Sol»...

Que por ali passavam a fim de justificarem os milhares de contos (fruto de dávidas populares), angariados sob o pretexto de ajuda «aos bravos soldados portugueses», mas que, na realidade, eram utilizados, por nor-

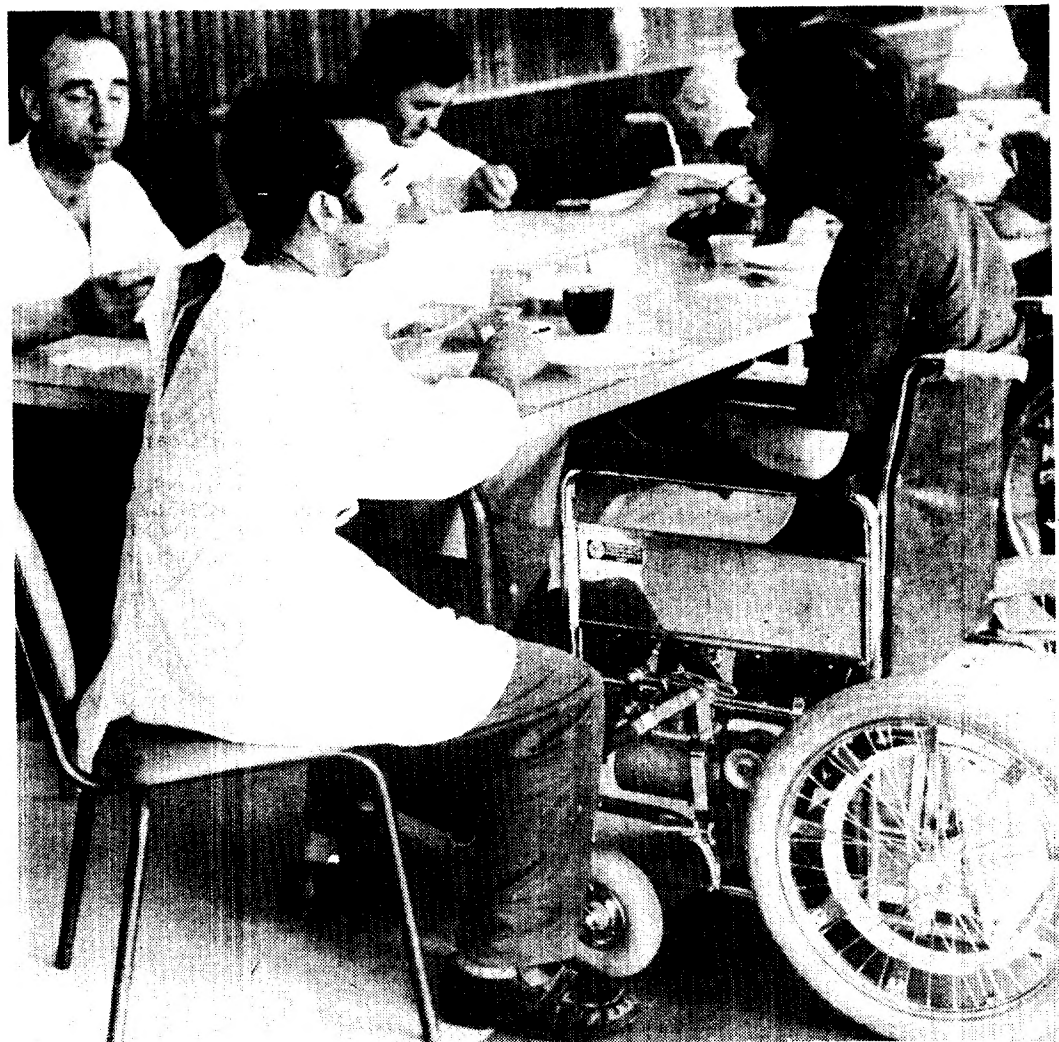
ma, no equipamento das unidades policiais repressivas. E para os soldados mutilados (e não só) ficavam os maus livros policiais, as esferográficas de reclamo, os maços de cigarros já a cheirarem e a saberem a mofo.

Obra de fachada de esquema norte-americano, imprópria para uma sociedade portuguesa subdesenvolvida que se quer rumo ao socialismo — eis como o dr. Joaquim Neto, membro da sua actual Comissão de Gestão, considerou o Centro de Alcoitão. Opinião que corroboramos amplamente depois de ali permanecermos ao longo de várias horas, contactando com os escassos 114 internados (apenas 11 militares) que, de momento, ocupam as suas enfermarias.

Ainda segundo o nosso interlocutor só com a proliferação de outros centros idênticos e com a organização clínica de apoio, nos hospitais distritais e mesmo concehios, o problema dos mutilados (civis e militares) poderá vir a ter uma

solução aceitável no nosso país. E explicou-nos: Muitos dos sinsitrados quando aqui chegam encontram-se traumatizados, física e psicologicamente, o que torna difícil (mesmo impossível) a sua recuperação. Alguns trazem enormes máscaras ulceradas devido ao inadequado tratamento recebido. E, posteriormente, quando lhes damos alta, acabam por regressar a uma sociedade adversa, que, não raro, os hostiliza. São as famílias impreparadas que dificilmente os suportam e compreendem, são as habitações e as condições higiénicas impróprias, são os transportes públicos e os elevadores não adaptados ao seu estado.

São, constatamos, os alicerces apodrecidos de um País ainda titubeante, recém-chegado de uma longa marcha de obscurantismo, que é urgente reconstruir desde a base ao topo, para que, no futuro, os diminuídos físicos não se sintam um peso morto, lixo humano, mas sim seres integráveis e funcionais rumo a uma sociedade sem





DEFENDE O EX-PRESIDENTE DA C.M.L.

AVANÇAR, AVANÇAR, PODER POPULAR!

classes, liberta de explo-
adores.

VINTE MIL
IGNORADOS»

No piso 3 do Centro de Alcoitão encontramos o soldado Vítor Carrera, de 22 anos, atingido, há cerca de três meses, na cantina do Quartel-General da Região Militar do Norte, por um tiro accidental de pistola Walter. A bala atingiu-o na coluna vertebral e imobilizou-o totalmente. Vítor é, portanto, um dos tais casos não contemplados por um recente decreto-lei, aprovado em Conselho de Ministros do VI Governo, e que apenas beneficia militares feridos em campanha, quando prisioneiros de guerra, ou durante a manutenção da ordem pública. E na prática, também, de actos humanitários ou de dedicação a causa pública.

Situação de injustiça a Vítor Carrera. Vinte e seis meses de tropa cumpridos — e, a escassos dias da desmobilização, um tiro nas costas. Em suma: um futuro sombrio para quem até à data da incorporação nas fileiras do Exército exercia as funções de empregado de mesa num hotel. E um dos vinte mil deficientes das Forças Armadas que o Conselho de Ministros simplesmente ignorou...

Mas a A. D. F. A. não dorme. E para os seus dirigentes «a luta continua». Até à completa resolução deste e de outros problemas, entre os quais se inclui, naturalmente, a descoberta do que existe de real no «sistema dos «homens-estelo», horror inerente a todos os conflitos violentos a que os catorze anos de guerra colonial-fascista não podem ter ficado isentos. Mas que ninguém sabe onde se encontram. Até quando?

Pela nossa parte esperamos, convictos que a solução esteja para breve, de forma a que o Poder português possa constatar mais um dos poderes do regime que, ao longo de 48 anos, o reprimiu e alienou.

A Câmara Municipal de Lisboa tem, neste momento, duas comissões administrativas. Uma, meio destruída, mas representada, ainda, por sete delegados de zona escolhidos pelas juntas de freguesia; outra, a «legal», nomeada por despacho do governador do distrito. Pretende-se que a nomeação desta nova C.A. era a única saída para o impasse (orquestrado por forças reacçãoárias). Mas há quem pense que os trabalhadores caíram, mais uma vez, no logro. Que fazer? O ex-presidente do Município, Caldeira Rodrigues, adianta uma proposta: «Para democratizar a Câmara Municipal de Lisboa, a única solução é avançar, já, com o Poder Popular».

O depoimento de Caldeira Rodrigues, obtivemo-lo antes de serem conhecidos os nomes dos indivíduos que constituem a nova C.A.. Ainda assim, parece-nos de flagrante actualidade o seu testemunho já que o ex-presidente faz o resumo da manobra que culminaria com o seu afastamento e de outros membros da Comissão Administrativa. Por outro lado, C.R. avança com uma perspectiva de futuro que merece reflexão.

A GRANDE MANOBRAS

De como ocorreram as demissões, as falsas interpretações que lhes estão a ser dadas e o processo que o Ministério da Administração Interna (MAI) adoptou para as aceitar, diz o eng. Caldeira Rodrigues:

«A Comissão Administrativa em bloco estava demissionária há muito tempo, e tínhamos chegado ao limite da exaustão. Iamos pôr decisivamente ao MAI, dentro de muito pouco tempo, a questão da mudança do governo da Câmara dentro do projecto que apresentáramos, talvez acentuando algumas alterações que o ami estava exigindo. A manobra da renúncia parcial antecipada da C.A., articulada com a manifestação e paralisação de trabalhadores, visou destruir o projecto, mantendo a administração da Câmara na mesma ou em pior inoperância, de que nos queixávamos. Essa manobra foi uma jogada de antecipação à demissão colectiva que nós estávamos a forçar, como já demonstrei em entrevista anterior. Simplesmente, ao MAI não convinha a iniciativa em bloco da C.A., nem lhe agradaria ser ele sozinho a assumir a responsabilidade de aceitar a demissão do restante após a renúncia parcial (acusá-lo-iam de saneamento à esquerda). Então a solução encontrada foi a melhor para o MAI.

CANTAR VITÓRIA ANTES DA BATALHA

Caldeira Rodrigues prossegue, insistindo neste facto: a despeito da ideia transmitida por certos jornais e pela TV, as últimas demissões não resultaram da exigência dos trabalhadores — que não hesitaram numa paralisação de trabalho penosa para a cidade — mas da intenção de mudança de estruturas há muito apontada como necessária, e só agora aceite pelo Ministério, embora este desfaleça se não tiver o apoio popular para a realizar.

«No mínimo, solicito agora ao Ministério que, para já, esclareça, de uma vez para sempre, que as nossas demissões não resultaram de reclamações de trabalhadores. Na realidade e contra essa impressão geral,

as demissões eram inevitáveis. A reacção dos trabalhadores — de minorias, mas muito espectacular — poderá tê-las apressado. As vantagens, se as houve, desta aceleração do processo não compensam o preço que a população já pagou, pois além de suportar, ela e não os grevistas, os prejuízos directos da paralisação, ainda pagou os salários dos trabalhadores parados, grevistas e forçados.

Contudo, haveria vantagens se fosse propósito dos agitadores da paralisação avançar para uma reestruturação dos órgãos directivos da Câmara mais operacionais. Mas a ideia era outra: «bastou-lhes alcançar as demissões. Preferem confiar em que as forças do conservadorismo, às vezes encobertas sob declarações de estudos preciosos ou das reformas mais radicais, se encarreguem de encerrar o processo da reestruturação».

Para o ex-presidente da C.M.L., a verdadeira batalha travava-se, pois, na reestruturação e não nas demissões, que eram inevitáveis.

Depois de considerar que a maior parte dos trabalhadores não se apercebeu de que estava em jogo a democratização da Câmara: «Para aliciar os trabalhadores não politizados, ou disciplinados a partidos sectários que não querem uma C.A. que, não seja da sua cor, uma «comissão de luta», constituída misteriosamente por

processos não democráticos, aliou, às inventonas sobre o Conselho Municipal, ainda em formação e em discussão, um radicalismo de reclamações caras aos trabalhadores, não concretizadas ou definidas à base de alguns ataques pessoais. Obviamente, os reacçãoários, que inventaram a greve, não se interessam nada pelas reclamações dos trabalhadores, como o futuro inevitavelmente demonstrará. Aliás, com as demissões alcançadas, a greve levantou-se e a comissão fantasma extinguiu-se, cantando vitória antes da batalha decisiva: a reestruturação dos novos órgãos directivos».

O MÉD) DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Do ponto de vista de Caldeira Rodrigues, os promotores da luta desencadeada e que levaria à paralisação dos serviços camarários, receiam a participação popular na gestão da Câmara. Esta participação poderia afectar benefícios e licenças pessoais e determinar saneamentos quanto, afinal, eles desejam que tudo volte para o que era nos velhos tempos.

«O incidente desta luta teve o grande mérito de descobrir um pouco a camuflada rede reacçãoária da Câmara, que importa sanear. O inquérito proposto pela Comissão Pró-Sindical é uma tarefa es-

sencial para a nova Comissão Administrativa que queira indiciar a Câmara.

Passando, de seguida, à análise do procedimento do MAI (que concedeu as demissões sem anunciar simultaneamente a renovação dos órgãos directivos), Caldeira Rodrigues diz que o Ministério correu o risco de um vazio político-administrativo, a fim de alcançar a iniludível vantagem de superar a greve, aliás, insustentável pelos grevistas, por inevitáveis desinteligências entre eles, por reacção da população e por reacção da maioria dos trabalhadores que não aderiu.

Noutro passo, o ex-presidente opina sobre a participação popular na Câmara:

«Na minha opinião, a C.A. deve ser constituída por onze membros, sete dos quais são os delegados de zona escolhidos pelas juntas de freguesia, e outros que poderão, nesta fase, ser escolhidos pelo MAI. Esta opinião nada tem de original, ela é a do projecto aprovado em Julho pela C.A. demitida, e não muito contestada pelo MAI, que fez mais reservas ao Conselho Municipal. Quanto aos delegados de zona já escolhidos, eles estão operacionais, já deram — durante quatro meses — provas positivas para continuar a sua actividade directiva, na minha opinião. Contudo, deverão ser as juntas de freguesia, e principalmente a população a apoiá-los, a julgá-los e a substituí-los sempre que julgar necessário. Em suma: para democratizar a Câmara Municipal de Lisboa, a única solução parece-me ser avançar já com o Poder Popular.

A solução preconizada — segundo Caldeira Rodrigues — seria a afirmação, muito necessária neste momento, de dois princípios:

«O da participação popular na gestão da Câmara, ainda

como forma experimental e provisória que terá de ser;

«O avançar nos inquéritos e saneamentos em curso e a ampliar com os recentes acontecimentos de manifestações e paralisações de trabalho tão suspeitas, saneamentos que se resolviam sobretudo no movimento reorganizativo dos serviços em que a C.A. demitida estava empenhada.

O ex-presidente desabafa:

«Em vez dos saneamentos tão necessários numa Câmara onde ainda subsistem, em posições importantes, o espírito reacçãoário, a corrupção e a incompetência, assistiu-se agora às nossas demissões. Trata-se de um saneamento à esquerda? Não o afirmo, não só porque desconheço quem virá substituir-nos, mas também porque não reclamo ideologia de esquerda ao conjunto dos demitidos.

Mas seguramente, a demissão verificada, que até era necessária e desejada unanimemente pela própria C.A. numa perspectiva de avanço das instituições, acabou por se realizar, no parecer de muitos, sob a égide, não de um saneamento à esquerda, mas pior do que isso: um saneamento ao espírito de renovação que entrara na Câmara. As demissões nas circunstâncias em que ocorreram, com renúncias antecipadas e com manifestações especulativas entre os trabalhadores e entre a população, contribuíram também, lamentavelmente, para a intolerância e o sectarismo que grassam no País e que até agora tínhamos conseguido arredar da Câmara.

Em conclusão: para lá da reclamação das demissões tão facilmente alcançadas, travava-se a batalha para a criação dos órgãos directivos da Câmara, sobre o que quero fazer dois pontos finais:

Oxalá venha para a Câmara uma equipa nova que avance com o nosso projecto de reestruturação e reorganização dos serviços, sem se envolver em disputas partidárias que não interessam à Câmara nem à cidade. Receio que a administração da C.M.L. possa vir a ser traumatizada por um regime instável, de crises sucessivas de Governos Provisórios, como vem sucedendo ao Poder Central, o que conduz inevitavelmente a uma ineficiência administrativa que é pior do que o Governo com a insatisfação que as circunstâncias nos obrigaram a fazer, durante os 14 meses da nossa gerência.

«Outro voto dezoito: Que os trabalhadores municipais possam alcançar as melhorias que justamente almejam, incluindo o exercício de criticar, controlar e participar na gestão da Câmara e demitir o dirigente para o que deveria formar uma concreta e realista representação das suas reclamações, antes de atirarem para greves que, além de prejudicar a população, servir fins partidários (no presente caso, reacçãoários), podem virar-se contra eles próprios, desanimando-os e desmobilizando-os para a luta colectiva pelos seus legítimos interesses e pelo processo do nosso país em que todos estamos empenhados.

DEPOIMENTO DE FILIPE LOPES, EX-VICE-PRESIDENTE

UM PASSO ATRÁS NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Enquanto ex-vice-presidente da C.A. do Município de Lisboa, considero meu dever dar aos seus habitantes a minha leitura desta crise, que constitui, quanto mim, um grande passo atrás no processo revolucionário, e que mais não é do que um entre muitos, que se deram, principalmente, nas últimas semanas.

Estas afirmações, de um dos ex-vice-presidentes da Câmara Municipal de Lisboa, Filipe Lopes, são apenas parte de um depoimento de que destacamos ainda: «Na CML reflecte-se a crise do país — a urgência da escolha entre um caminho revolucionário de que as conquistas da população organizada traçam o rumo, resolvendo interesses e necessidades populares, e o caminho eleitoralista, que faz depender a construção da vida colectiva de inúmeros representantes de uma categoria abstracta, que é o cidadão eleitor».

O ex-vice-presidente ilustra a afirmação com um exemplo:

«Em Lisboa vive em barracas cerca de 10 por cento da sua população. Uma «minoría» — é óbvio. Aplicada a lógica da aritmética eleitoralista, o

peso dos representantes deste grupo da população do Conselho Municipal será, no máximo, de 10 por cento o que lhes dá poucas possibilidades de orientarem a actuação da Câmara no sentido de solucionar o seu problema com prioridade.

Filipe Lopes pergunta, seguidamente, se «será que a «participação pelo acto de votar — isolado e fácil — pode ter o mesmo peso que a força de intervenção dos moradores, organizados em comissões, exercida, diariamente, teimosamente, nas escassas horas de vida ao repouso, arrastando com todas as inércias da Administração, e não só?» Conclui que não. «Não tem o mesmo peso, como também não tem o mesmo sentido».

Noutro passo, Filipe Lopes afirma que, num processo que se acreditou ser revolucionário, a Câmara deveria ser gerida pela população, de quem ela é, em princípio, a expressão organizada. «Era preciso criar as estruturas de intervenção popular». Quanto à participação da população na gestão da Câmara — lembra o ex-vice-presidente — ela co-

meçou a concretizar-se em Junho, com a intervenção de sete delegados de zona, aceites nas reuniões privadas da C.A. onde tinham poder deliberativo.

No que respeita às estruturas de intervenção popular, «dada a ausência de resposta por parte do Governo à proposta, a população tomou em mão o processo para o fazer avançar, aliás com o aval do ministro da Administração Interna do V Governo, o que não foi reconhecido pelo actual».

Depois, viria a contestação, inevitável:

«O processo de sabotagem da acção desenvolvida pela C.A., que tem, nos acontecimentos dos últimos dias, o seu momento alto, já vem de longe, numa perfeita orquestração. E mais adiante: A grande derrota, porém, e, de longe a mais grave, é a da organização popular. Preferiu o M.A.I. dar ouvidos aos elementos reconhecidos reacçãoários da Câmara. Teria sido mais útil assegurar uma continuidade de governação através dos delegados de zona, promovendo o aperfeiçoamento sucessivo do esquema.

Estrangeiro

POLÓNIA:

DO IMPÉRIO DO LATIFÚNDIO À REFORMA AGRÁRIA

No período mais recente da história da República Popular da Polónia algumas datas revestem-se de particular importância. Referimo-nos, neste caso, a 6 de Setembro de 1944. Nesse dia, na cidade de Lublin, onde se instalara o recém-criado Governo Popular e a capital provisória para a zona do país já libertada da ocupação nazi — foi proclamado um acto jurídico que correspondia aos anseios de gerações inteiras de camponeses: o decreto para a imediata, geral, revolucionária e popular reforma agrária na Polónia.

Até 1944 a terra nunca pertencera àqueles que de há séculos a cultivavam, mas — na maioria dos casos — era propriedade dos senhores feudais ou, mais concretamente, dos latifundiários, da Igreja Católica e dos capitais, os quais — enriquecidos pelas conjunturas industriais — tinham adquirido grandes áreas, como uma espécie de aplicação de capital.

No final da I Guerra Mundial a estrutura agrária do país era anacrónica, socialmente injusta e entravava o desenvolvimento económico.

Basta dizer que os latifúndios eram constituídos, antes da reforma, por 18.241.000 hectares, isto é 48,4 por cento da totalidade de terra cultivável. Os proprietários dessa grande área representavam apenas 9,0 por cento da totalidade de pessoas que viviam do trabalho agrícola. Em 5.309.000 hectares, ou seja 14 por cento do total da terra arável, viviam, ou melhor, vegetavam 64 por cento das famílias para as quais o trabalho agrícola era a única fonte de sustento.

Mais de um milhão de agricultores possuía, em média, menos de 2 hectares de terra. A cada um dos dois mil latifundiários correspondiam, em média, 3200 hectares. Um milhão de habitantes do campo — trabalhadores agrícolas, camponeses sem terra e pequenos rendeiros — não possuíam terra de espécie alguma.

Na Polónia burguesa, a estrutura agrícola — uma das piores da Europa — fazia com que num pólo se concentrasse um número enorme de minúsculas propriedades camponesas, cuja produção nem bastava para alimentar as famílias de seus proprietários; e que no outro pólo se encontrasse um número muito reduzido de grandes propriedades que proporcionavam aos seus donos fundos que bastavam largamente para financiar uma vida extremamente faustosa.

Os resultados dessa estrutura agrícola tão defeituosa geravam um fenómeno muito amplo com repercussões extremamente negativas para toda a economia nacional — 64 por cento da população rural, isto é uns 46 por cento dos habitantes do país, praticava uma economia que pode ser classificada de natural, já que as suas colheitas não bastavam para satisfazer as exigências do cultivo e para pagar os impostos. Esses trabalhadores não obtinham, na prática, nenhum excesso de produção que pudessem vender e por isso, praticamente, não podiam transaccionar os seus produtos. Automaticamente isto significava o empobrecimento do mercado de artigos de produção indus-

triais.

O camponês não podendo vender nada, nada podia comprar. As diminutas vendas — seja dito de passagem: vendas ocasionais — de leite e de ovos, assim como os modestos proventos ganhos pelos camponeses pelo trabalho de jornas propriedades feudais — mal cobriam os pagamentos de impostos e das dívidas contraídas. Os restantes e insignificantes proventos eram gastos na compra de sal, de petróleo, de tabaco, de fósforos, de certas alfaias agrícolas e, mais raramente, de açúcar e de roupa. Outros produtos industriais pertenciam tão-somente ao domínio de sonhos da maioria dos camponeses polacos.

Devido à crónica carência de terra e às possibilidades muito limitadas de que dispunham os camponeses de transferir-se para as cidades (devido ao desemprego que aí dominava) crescia o número da assim chamada «gente excedente» no campo. Era como definiam as pessoas desnecessárias nos meios agrícolas, mas que neles permaneciam porque não havia a mais remota possibilidade de obter algum outro modo de vida. O número desses «excedentes», dependendo das flutuações da conjuntura económica, oscilava entre 5 e 8 milhões de pessoas. (Antes da II Guerra Mundial a Polónia tinha 32 milhões de habitantes).

A MISÉRIA

O enorme atraso técnico contribuía para aumentar a miséria do campo. O número de tractores, em toda a agricultura, não ultrapassava mil unidades. Por cada duzentos hectares cultivados pelos camponeses havia somente duas máquinas agrícolas. O consumo de fertilizantes era de 6,7 quilos por hectare, o que significa 20 vezes inferior ao dos países de agricultura desenvolvida.

Todos esses factores explicam a razão do aumento de ano para ano do número de desempregados no campo.

A fome forçava as pessoas a emigrarem, a empregarem-se em trabalhos de temporada na Alemanha, na França, na Bélgica. Nos anos de grande crise na Europa a emigração da Polónia era equilibrada pela reemigração. O campo estava então sufocado de «gente excedente». A fome e o desemprego davam origem a desesperadas revoltas camponesas e a greves sangrentamente reprimidas.

Traçamos este quadro para dar a entender ao leitor a importância enorme da decisão do Governo Popular, o qual, mediante o decreto do dia 6 de Setembro de 1944, confiscava a terra dos latifundiários e decidia entregá-la aos seus legítimos donos — os camponeses.

A fim de acelerar a reconstrução do país e satisfazer os anseios internos dos camponeses à terra — declarava o «Manifesto» do Comité Polaco de Libertação Nacional (assim se chamava o Governo Popular que tomou o poder na Polónia após a II Guerra Mundial) — o Governo encetou imediatamente a realização nas terras libertadas de uma ampla reforma agrária.

Não havia passado ainda 50 dias sobre a publicação do «Manifesto» quando em jor-

nais, em comícios e reuniões populares, o novo Governo começou a explicar ao povo os princípios da reforma agrária revolucionária, universal e popular.

A reforma foi universal, porque o programa de expropriações abrangia todas as propriedades de mais de 50 hectares de terra cultivável. Somente em três províncias foram deixadas em mãos de particulares, propriedades até 100 hectares. Abriu-se essa excepção para a manutenção de unidades especializadas no cultivo de plantas ou na criação de gado.

A reforma foi revolucionária, porque devia realizar-se nos mais curtos prazos. Basta dizer que o decreto do Governo Popular previa a instalação dos camponeses em terras dos latifundiários num prazo de apenas três meses.

O carácter popular desse acto jurídico consistiu no facto de que beneficiaria, antes de mais nada, operários agrícolas, camponeses sem terra (rendeiros) e os donos de minúsculas propriedades.

A realização da reforma agrária foi confiada aos próprios camponeses, com a ajuda de soldados, de operários e da juventude urbana.

O decreto promulgava a divisão entre os camponeses de todas as propriedades imóveis do Estado, os imóveis de pessoas legalmente condenadas por traição de Estado, assim como todas as propriedades, cuja extensão excedia — como já mencionámos — 100 hectares ou 50 hectares de terra cultivável.

De acordo com o decreto a terra confiscada passava para sempre para as mãos dos operários agrícolas e aumentava as pequenas propriedades de extensão inferior a 5 hectares. As restantes propriedades confiscadas, e antes do mais, todas as propriedades de latifundiários especializadas em alguma produção definida — foram colocadas sob a gestão da administração estatal, e entregues a escolas agrícolas e aos novos centros oficiais de desenvolvimento da cultura agrícola.

O pagamento pela terra recebida em virtude da reforma agrária correspondia ao valor de uma colheita média anual de um hectare concedido. A primeira prestação — em dinheiro ou em produto — correspondia a 10 por cento do preço. O restante devia ser pago num prazo de 10 anos — no caso dos pequenos proprietários — e de 20 anos — no caso dos camponeses sem terra. Esses pagamentos — ainda que simbólicos — convenciam os novos proprietários da durabilidade da reforma, despertavam a confiança dos camponeses e um sentimento de estabilidade.

Os actos oficiais de entrega de terra aos rurais realizavam-se publicamente, em comícios camponeses, na presença de representantes da administração estatal, e de delegações de operários e de soldados.

320 MIL HECTARES EM QUATRO MESES

O aspecto mais importante nessa decisão do novo Governo da Polónia foi a realização imediata da reforma agrária. Até o fim de 1944, isto é, duran-

te os primeiros quatro meses de existência do Governo Popular — nas terras libertadas da ocupação alemã — distribuíram-se 1741 propriedades com uma extensão conjunta de 320.000 hectares. Mas isso foi tão-somente o começo do grande processo que sucessivamente abrangia todas as terras que iam sendo libertadas pelos exércitos soviéticos e polacos durante a ofensiva do Inverno e da Primavera.

Os métodos de parcelamento da terra eram mudados, à medida que se adquiriam novas experiências e de acordo com as novas condições socio-políticas. Por exemplo, em Janeiro de 1945 uma nova decisão do Governo Popular tornava acessível aos camponeses a reforma agrária de propriedades médias. Foi uma importante decisão, não só do ponto de vista económico (aumento do número de pessoas que participavam na reforma), mas também de grande significado político: as novas autoridades ganhavam aliados praticamente entre todos os camponeses.

O Governo decidiu também que os antigos proprietários, cujas terras fossem distribuídas aos camponeses, não podiam continuar a residir nas mesmas regiões onde se situavam as propriedades.

A reforma agrária na Polónia, um acontecimento inédito, passou por todas as provas socio-políticas e económicas. A reforma beneficiou 1 milhão e 68 mil famílias que se tornaram proprietárias de mais de 6 milhões de hectares de terra. Como resultado disso, desapareceu de uma vez por todas na Polónia a propriedade feudal — outrora consagrada pela tradição, pelos costumes, guardada por uma legislação feudal, protegida pela legislação secular e eclesiástica. Assim foi destruída definitivamente a anacrónica estrutura agrícola na Polónia. No espaço de um ano o Governo de operários e de camponeses realizou aquilo que durante séculos inteiros exigiam os democratas polacos, aquilo que em numerosas revoltas e greves desesperadas reivindicavam os camponeses — e que lhes fora muitas vezes prometido em declarações oficiais e não menos demagógicas.

A Polónia detém actualmente um lugar de destaque entre os produtores mundiais de alimentos. Ocupa o segundo lugar mundial na produção de centeio e de batatas, o quinto lugar na produção de beterraba açucareira e de colza, o décimo-primeiro lugar na produção de ovos e de carne.

Após o término da II Guerra Mundial havia na Polónia 4 milhões de cabeças de gado. Actualmente, há 12,5 milhões. Depois da guerra havia 2,7 milhões de porcos, actualmente há 20 milhões. Imediatamente depois da guerra aplicavam-se nos campos polacos 4,5 quilos de fertilizantes por hectare, presentemente empregam-se quase 160 quilos.

Tudo isso decorre num país onde as propriedades agrícolas individuais correspondem a 80,7 por cento de terra cultivada.

A base de todas essas realizações — e de muitas outras — foi precisamente a reforma agrária radical que fez dos camponeses os verdadeiros donos da terra.

CRISE DE REGIME E DE SOCIEDADE NA AUSTRÁLIA

A Austrália atravessa uma crise grave. A violência, até hoje limitada aos corredores alcatifados do parlamento federal, desce à rua. Dezenas de milhares de trabalhadores manifestaram-se no dia 14 de Novembro nas grandes cidades, centenas de milhares de outros trabalhadores fizeram greve para protestar contra a dissolução do Governo e do parlamento. Pediram o regresso ao poder de Whitlam, chefe do Partido Trabalhista e protestaram contra a nomeação para primeiro-ministro de Fraser, chefe da coligação de direita que reagrupa os liberais e os agrários.

Durante mais de vinte anos a vida política foi anestesiada por conservadores particularmente limitados. A vitória trabalhista de 1972 acordou esse país mergulhado no sono da auto-satisfação. Infelizmente, os novos dirigentes nem sempre mostraram a maturidade necessária, e a crise do capitalismo — desemprego e inflação — contribuiu para exacerbar as paixões no seio de um sistema petrificado.

A constituição data de 1901, e as suas emendas são tão complexas que é praticamente impossível pô-la em acção. Reflexo de um sistema copiado pelo de Westminster, que, esse, evoluiu, atribuiu ao Senado poderes exorbitantes. E a câmara alta que, dominada pela direita e recusando, já há cinco semanas, votar o orçamento, venceu Whitlam e a câmara baixa de maioria trabalhista. Representante (puramente formal) da rainha de Inglaterra, o governador geral, sir John Kerr, não agiu ilegalmente ao provocar novas eleições, mas aplicou de modo rígido uma lei fundamental de outros tempos. Jogou por isso a carta conservadora, a dos meios de negócios. Porque o Senado só recusou votar o orçamento para provocar eleições e, a 13 de Dezembro, a direita pode ganhar.

Pelo menos na câmara baixa. Porque o Partido Trabalhista

ta poderia tomar o controlo do Senado. Nada então o impedirá de agir como os seus adversários fizeram, bloqueando a máquina governamental ao recusar créditos, e provocando eleições em catadupa. Num país onde é pelo menos necessário estar três anos no poder a fim de fazer uma planificação eficaz, uma tal situação poderia mergulhar a vida política no caos.

Os senhores Fraser e John Kerr fizeram talvez de aprendiz de feiticeiro, e a sua atitude poderia ao fim e ao resto surgir como ainda mais irresponsável do que a de Whitlam, que deixara dois dos seus ministros (teve de despedi-los) negociar pessoalmente empréstimos sobre o mercado do petrodólar, por intermédio de um traficante paquistanês.

Uma vitória conservadora seria seguida de uma incessante guerrilha por parte dos trabalhistas. Ao «golpe de Estado do governador geral» — para falar como Whitlam — responderão e responderão já as vitoriosas alfinetadas de uma parte do eleitorado que considera ilegítimo o Governo Provisório de Fraser.

Esta crise constitucional não terá sido inútil se provocar uma adaptação da constituição às realidades do nosso tempo e se acabar por permitir a emergência de uma nova geração de dirigentes. No entanto, nada é menos seguro, tão difícil de mover é a mentalidade da classe média abastada que enche a imensidade dos arredores compostos de vivendas com piscina.

Neste sentido, as manifestações de rua não devem iludir muito as pessoas. O peso sociológico dessa pequena população rica, e que vive sobre um tesouro de matérias-primas inexploradas, na franja de uma Ásia pobre e em ebulição, explica, mais do que um texto constitucional, uma crise que é antes de mais de identidade.

© Le Monde

universal HOJE, ESTREIA SAL DA TERRA de Biberman

Queremos esgotos não queremos descriminação

Não cederemos temos de passar à acção já!



DOS DIÁLOGOS DO FILME

E' na luta de classes que a mulher encontrará a sua libertação

EM EXIBIÇÃO 15, 17, 19, e 21.15 DURANTE UMA SÓ SEMANA «OUTUBRO», de SERGEI EISENSTEIN

Estrangeiro

Juan Carlos proclamado rei abre nova era em Espanha

MADRID, 22 (R.) — A Espanha entrou hoje numa nova era quando o príncipe Juan Carlos de Bourbon se tornou rei, após 36 anos de Governo com mão de ferro do generalíssimo Francisco Franco.

Juan Carlos, de 37 anos, prestou juramento perante uma sessão conjunta das Cortes (Parlamento) e do Conselho do Reino formado por 17 membros, numa cerimónia que começou ao meio-dia.

O seu primeiro acto como rei será o de discursar ao país pela Rádio e Televisão, após a cerimónia da proclamação oficial.

Fontes bem informadas declararam que Juan Carlos não anunciaria reformas democráticas importantes, mas que manifestaria o desejo de mais democracia, justiça social e reconciliação nacional.

Notaram que Juan Carlos fa-

do o rei Hussein da Jordânia, o príncipe Rainier, do Mónaco, e o presidente Augusto Pinochet, do Chile.

O vice-presidente dos Estados Unidos, Nelson Rockefeller, declarou a jornalistas, ao chegar, que a Espanha contará com a amizade e o apoio firmes dos Estados Unidos nesta nova era da sua longa história.

Outras personalidades que chegaram incluíam o ex-rei Constantino da Grécia, irmão da princesa Sofia, mulher do príncipe Juan Carlos, o príncipe Prem Purachatra, da Tailândia, e Mikio Mizuto, antigo ministro japonês para o Comércio Internacional e Indústria.

O primeiro incidente desde o falecimento de Franco ocorreu ontem, à noite, na cidade basca de San Sebastian, quando várias centenas de pessoas insultaram o bispo auxiliar local, durante uma missa por alma do velho ditador.

Monsenhor José Maria Sien Albero, um basco, não mencionou o nome de Franco no sermão e teve, mesmo assim, de procurar refúgio numa residência, sob protecção da polícia, quando a missa terminou.

O primeiro livro sobre os últimos dias de Franco esgotou a sua primeira edição de cinco mil exemplares, menos de 36 horas depois da morte do Caudillo.

Escrito pelo jornalista Ignacio Puche, intitula-se «Ha Muerto» e tem 112 páginas.

O autor recebeu autorização para o publicar ontem ao meio-dia cerca de sete horas depois do falecimento — e o livro foi posto à venda ontem ao fim da tarde. Trata-se de uma colectânea de notícias publicadas nos jornais e nas revistas sobre a longa agonia sofrida por Franco durante um mês, e da sua morte.



Juan Carlos I com o general Franco em 1974. O novo soberano é o primeiro rei de Espanha em 44 anos, desde o afastamento de seu avô, Afonso XIII

Será o primeiro soberano espanhol, há 44 anos, e terá mais poder — e mais problemas — do que qualquer outro monarca europeu.

Está a ser sujeito a crescente pressão por parte de grupos da oposição para reformar basicamente o regime autoritário que herdou de Franco, que faleceu na quinta-feira, com 82 anos.

No entanto, Juan Carlos terá também de enfrentar os direitos espanhóis, ocupando posições privilegiadas e cuja maioria se opõe à ideia de uma democracia, de estilo ocidental, para o país.

Caleidoscópio

■ PARIS, 22 — (ANOP) — O presidente argelino Houari Boumedienne afirmou que o seu país poderá intervir directamente contra Marrocos no Sara Espanhol. A afirmação foi feita numa entrevista publicada ontem no «L'Humanité», órgão central do Partido Comunista Francês.

■ TÓQUIO, 22 — (ANOP) — Os Governos do Vietname do Norte e do Vietname do Sul concordaram em realizar eleições gerais para a reunificação do país «na primeira metade de 1976» — anunciou a agência noticiosa oficial de Hanoi.

■ NAÇÕES UNIDAS (NOVA YORK), 22 — (ANOP) — Por 103 votos contra 12 e 13 abstenções, a quarta comissão da Assembleia Geral da O.N.U. aprovou ontem uma resolução que reafirma «o inalienável direito de Belize à autodeterminação e à independência».

■ TELAVIVE, 22 — (ANOP) — As autoridades israelitas revelaram ontem que conseguiram escapar para a Arábia os três guerrilheiros árabes que se infiltraram em Israel a partir deste país e mataram três soldados milicianos.

ria também uma referência calorosa a seu pai, D. Juan, que nunca renunciou às suas pretensões ao trono.

D. Juan, que vive no exílio no Estoril, em Portugal, é a favor de uma monarquia mais liberal do que a preconizada nos termos dos planos de sucessão do generalíssimo Franco.

Juan Carlos prometeu obediência ao velho ditador, ao movimento nacional e à Constituição quando prestou juramento como herdeiro, em Julho de 1969. Foi educado para ser sucessor desde a adolescência.

Embora se ignore o grau de apoio à monarquia em Espanha, em auto-colantes, que apareceram a noite passada em automóveis e nas montras de estabelecimentos de toda a Espanha, lê-se «Juan Carlos I, rei de Espanha».

Entretanto, espanhóis continuam a formar bichas com quilómetros de extensão para desfilar em conjunto do Caudillo, que se encontra em câmara ardente no Palácio Oriente, em Madrid.

As primeiras horas de hoje mais de 200 000 pessoas formavam duas «bichas» e funcionários do palácio pediram para passarem rapidamente junto da urna. Calcularam que cerca de meio milhão de pessoas desfilou já junto do corpo ou esperava a sua vez para o fazer.

Algumas faziam o sinal da cruz e rezavam, enquanto outras ajoelhavam, curvavam-se ou faziam a saudação fascista, ao passar.

O corpo do Caudillo será levado amanhã do palácio, a fim de ficar sepultado no Vale dos Caídos, no monumento aos mortos na guerra civil, ao norte da capital.

Continuam, entretanto, a chegar representantes estrangeiros que vêm assistir à cerimónia de proclamação e ao enterro de Franco. Entre eles encontram-se três chefes de Esta-

MADRID, 22 (ANOP, R)

Filiais em Madrid dos dois principais agrupamentos da oposição exigiram ontem, à noite, que fossem libertados imediatamente todos os presos políticos e que se permitisse que exilados regressassem à pátria.

A Junta Democrática, chefiada pelos comunistas, e a Plataforma Democrática, dominada pelos socialistas, pediram também «o exercício efectivo e completo de direitos humanos e de liberdades políticas... especialmente liberdades sindicais e as respeitantes a todos os partidos políticos, sem excepção».

Uma nota distribuída pelos dois agrupamentos clandestinos dizia que os seus dirigentes em Madrid se encontraram anteontem para estudar a situação política, a seguir à morte do generalíssimo Franco.

Os dois grupos exigiram ainda uma Assembleia Constituinte que organizaria um referendo para decidir qual a forma de Governo que o povo espanhol deseja.

Por outro lado começaram a circular ontem em Espanha panfletos convocando uma greve

geral e preconizando um assalto às cadeias para libertar os presos políticos.

Os panfletos, distribuídos em nome do Partido Comunista Espanhol, não indicam qualquer data para as acções.

Entretanto, emissários de Juan Carlos têm feito ultimamente intensos contactos com gentes e grupos que se encontravam longe ou perto na oposição ao sistema, fazendo promessas e pedindo tréguas de pelo menos seis meses.

As promessas parecem situar-se num âmbito de maior liberdade, tolerância ou reconhecimento de forças políticas diferentes das actuais, com exclusão, segundo consta, do Partido Comunista, várias reformas de carácter político, económico, institucional, etc.

Não se sabe ainda de que gente o rei se vai rodear para levar a cabo a sua missão.

Tudo depende da escolha que possa fazer do chefe de Governo.

Juan Carlos conta com um amplo apoio das forças da direita e do centro, do Exército, no sector mais poderoso e moderado.

Se puder escolher um ho-

O sucessor de Franco

MADRID, 22 — (F.P.) — Juan Carlos de Bourbon, que foi chamado constitucionalmente a assumir o Poder após a morte de Franco, é o filho mais velho do príncipe Juan de Bourbon, conde de Barcelona, e chefe dos Bourbon de Espanha. Foi oficialmente designado em 23 de Julho de 1969 como futuro sucessor do general Franco, sob o nome de Juan Carlos I.

Nasceu em 5 de Janeiro de 1938 em Roma, sete anos após a partida para o exílio de seu avô Afonso XIII, último rei de Espanha. O príncipe Juan Carlos foi enviado pelo seu pai para Espanha com a idade de 9 anos, para continuar a sua educação sob a alta autoridade do general Franco.

Em 1955, deu entrada na Escola de Cadetes de Saragoça e obteve em 1957 o posto de alferes de Infantaria. Entrou depois na Escola Naval de Pontevedra, de onde saiu segundo-tenente da marinha, antes de obter o seu «brevet» de tenente-piloto da Escola Aérea de Murcia, em 1959. Fez depois

um curso de Ciências Políticas na Universidade de Madrid (1960).

Em 1962, Juan Carlos casou-se com a princesa Sofia da Grécia, filha do rei Paulo e da rainha Frederika. Instalou-se então no Palácio da Zarzuela, posto à sua disposição pelo general Franco.

Após a sua designação como sucessor do Caudillo, efectuou várias visitas oficiais ao estrangeiro e exerceu mesmo, de 10 de Julho a 2 de Setembro de 1974, as funções de chefe de Estado interino, durante a grave doença do general Franco.

Aquando da sua visita a Madrid, em 31 de Maio de 1975, o presidente Gerald Ford consagrou com um longo encontro a sós a importância política do futuro soberano, cujo crédito parecia ter sido no entanto prejudicado, junto de uma parte da opinião pública espanhola, pela caução tácita dada à sangrenta repressão franquista de Setembro de 1975.

Tem três filhos: as princesas Elena-Maria e Christina, e o infante Felipe.

A oposição espanhola pede um referendo

MADRID, 22 (ANOP, R)

Filiais em Madrid dos dois principais agrupamentos da oposição exigiram ontem, à noite, que fossem libertados imediatamente todos os presos políticos e que se permitisse que exilados regressassem à pátria.

A Junta Democrática, chefiada pelos comunistas, e a Plataforma Democrática, dominada pelos socialistas, pediram também «o exercício efectivo e completo de direitos humanos e de liberdades políticas... especialmente liberdades sindicais e as respeitantes a todos os partidos políticos, sem excepção».

Uma nota distribuída pelos dois agrupamentos clandestinos dizia que os seus dirigentes em Madrid se encontraram anteontem para estudar a situação política, a seguir à morte do generalíssimo Franco.

Os dois grupos exigiram ainda uma Assembleia Constituinte que organizaria um referendo para decidir qual a forma de Governo que o povo espanhol deseja.

Por outro lado começaram a circular ontem em Espanha panfletos convocando uma greve

geral e preconizando um assalto às cadeias para libertar os presos políticos.

Os panfletos, distribuídos em nome do Partido Comunista Espanhol, não indicam qualquer data para as acções.

Entretanto, emissários de Juan Carlos têm feito ultimamente intensos contactos com gentes e grupos que se encontravam longe ou perto na oposição ao sistema, fazendo promessas e pedindo tréguas de pelo menos seis meses.

As promessas parecem situar-se num âmbito de maior liberdade, tolerância ou reconhecimento de forças políticas diferentes das actuais, com exclusão, segundo consta, do Partido Comunista, várias reformas de carácter político, económico, institucional, etc.

Não se sabe ainda de que gente o rei se vai rodear para levar a cabo a sua missão.

Tudo depende da escolha que possa fazer do chefe de Governo.

Juan Carlos conta com um amplo apoio das forças da direita e do centro, do Exército, no sector mais poderoso e moderado.

Se puder escolher um ho-

mem que se situe neste campo, que apresente um válido programa político, o novo chefe de Estado poderá ganhar a curto prazo uma das duras batalhas que se lhe apresentam.

Neste momento o maquinismo já se desencadeou e é tudo questão de dias até que se vejam acontecimentos concretos, nomes e programas.

De momento, ficamos-nos apenas no campo das hipóteses dos nomes que são possíveis e dos programas

viáveis, das forças que intervêm.

Mas encontramos-nos já na recta final de poder clarificar a curto prazo a evolução dos acontecimentos.

Juan Carlos tem a primeira palavra a dizer, revestido já da plenitude de todas as funções e poderes que lhe competem.

A mensagem de hoje, que não poderá ter apenas um carácter protocolar é esperada com interesse.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Comunicado n.º 14

Direcção

COMUNICADO

ASSEMBLEIA GERAL DO DIA 23/11/75

A Direcção deste Sindicato lembra todos os trabalhadores do sector da necessidade de comparecerem à Assembleia Geral do próximo Domingo dia 23 no Instituto Superior Técnico (Salão Nobre), pelas 14 horas e 30 minutos, tendo em atenção a importância da ordem de trabalhos que recordamos é a seguinte:

- 1.º — Plano de Ofir
- 2.º — Discussão, análise e aprovação das posições a assumir perante a portaria que visa anular o contrato do Vestuário para uma parte dos trabalhadores
- 3.º — Congresso Nacional dos Trabalhadores Têxteis
- 4.º — Secretariados Regionais
- 5.º — Funcionamento da Direcção
- 6.º — Outros assuntos.

NÃO FALTES, A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL!
UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

A DIRECÇÃO

Os bispos brasileiros denunciam a situação dos presos políticos

RIO DE JANEIRO, 22 (FP)

Os bispos brasileiros denunciaram ontem a falta de garantias jurídicas e as más condições em que actualmente se encontram os prisioneiros políticos no Brasil, nomeadamente no Estado de São Paulo.

A acusação encontra-se inserta num documento difundido no final de uma reunião do episcopado brasileiro com o director da secção brasileira da Comissão Pontifícia Justiça e Paz e com o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

O documento acentua «o clima de insegurança em que vivem os presos políticos», bem como «os actos arbitrários

impunemente cometidos contra eles». Os bispos de São Paulo, a maior cidade industrial do Brasil, denunciaram especificamente a este respeito «as violações dos direitos do homem e o aumento das torturas» registadas no Estado.

Recorde-se que, em fins de Outubro passado, os prelados brasileiros tinham editado uma brochura subordinada ao título de «Nao Oprimas o Teu Irmão», texto que então foi lido em todas as igrejas paulistas, tendo igualmente endereçado um convite aos 16 milhões de católicos do Estado de São Paulo no sentido de que participassem, no passado dia 14, a um dia de jejum e de oração «pedindo a paz e a justiça para o Brasil».

Espectáculos

O RESTO DO PROGRAMA

Esta noite começa com o grupo português «Arapa». Depois: Earl Hines e o seu grupo, com Benny Carter, e, por fim, o quarteto de Gary Bartz

Amanhã, último dia do V Festival Internacional de Jazz de Cascais, actuarão Arild Anderson e o seu grupo, que depois acompanhará Karing Krog, o «Roy Haynes Hip Ensemble» e, por último o quinteto do famoso contrabaixista Charles Mingus.

Atenção: amanhã o Jazz é de tarde (16 horas)



Do frio nórdico da música branca ao quente afro-americano da música negra



Arild Anderson foi o único, antes de Joe Newman e de Blanche Thomas. Tinha passado por ali, pelo Pavilhão dos Desportos de Cascais, uma senhora (muito) branca, a cantar (muito) branco e bem. Mas o jazz é outra coisa. Por isso: adeus Karin Krog; viva o «dixieland»!

A casa estava um pouco mais de meia. Um público diferente do habitual nestas coisas, ali em Cascais. De facto, agora não há razão para ir a Cascais desabafar mágoas, dar largas ao desabafo (quase) total. Isso passou a acontecer normalmente, nas ruas, nos locais de trabalho, em casa. Dai que, agora, quem vai a Cascais vai para ouvir jazz. Dai, que, ontem, não tivesse havido: passagem de modelos. contorcionismo exibicionista. etc.

Pena foi que quase não tivesse havido jazz, que só apareceu no último terço do espectáculo.

Villas apresentou os músicos, como sempre. Tão mal como sempre, mas ninguém lhe exige mais nem é preciso. Vivo jazz!

A MÚSICA

Só quando se começou a esquecer o som do piano manobrado por Jon Balke e da bateria esmurrada por Pal Thowesen, só quando a voz da norueguesa Krog foi metida no bolso de Blanche Thomas, só então, dizia, se justificou a noite, se era jazz que esperava ouvir quem ontem foi a Cascais.

Assim: Dick Hyman bate três vezes com o pé no chão, estala os dedos num binário apressado e quatro homens atacam e fazem levantar o público, até aí meio entorpecido pela pesquisa nórdica de sons de vanguarda (?) branca. Joe Newman (trompete), Pee Wee Erwin (ainda trompete, tal como) Jimmy Maxwell, e ainda Eddie Hubble (trombone) começam a dar cartas.

Duvivier, de nome George, faz cantar o contrabaixo. Bobby Rosengarden masca

«chewing-gun» e não olha para a tarola nem para o timbalão. roubando-lhes um som espantoso.

Na plateia dizia-se ahi! agora já não choro o dinheiro que gastei, enquanto Hyman provava que liderar o grupo é fruto não do acaso mas da grande experiência no sincopado e no dedilhar das teclas.

Era a festa, mas ainda não o ponto mais alto. De repente fez-se silêncio: numa tela projectava-se um minifilme com Armstrong. Foi o grande contraste com a música que todos fizemos, mãos contra mãos, tac-tac nos dedos no tempo fraco. Foi quando Blanche Thomas (crêmos que é assim que se chama uma espantosa mulher negra, ancha, com muitos quilos de música. cantou um «blues» que Bessy Smith immortalizou.

E eis como se passou, num ápice, do frio nórdico da música branca para o quente afro-americano da grande música negra. Quedando-se na apresentação da música de Louis «Satchmo» Armstrong, a «New York Jazz Repertory Company» ganhou a partida.

E nós não perdemos nada. Apenas o tempo de esperar que chegassem.

NUNO GOMES DOS SANTOS

DO VILLAS

Gordo, um pouco menos rouco que habitualmente, segurando montes de papéis, eis Luis Villas-Boas, pela quinta vez consecutiva com a batuta do festival na mão.

Mais sóbrio e menos nervoso. Compreende-se: joga pouco. E não perde. Se alguém perder com isto será a Direcção-Geral de Turismo e a Junta de Turismo da Costa do Sol, que entraram com a massa.

PUB Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73

LISBOA

MOÇÃO

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

CONSIDERANDO:

1. Que o Plenário Nacional dos Comerciantes convocado para o Palácio de Cristal no Porto a realizar a 23 de Novembro de 1975 se reveste de características suspeitas para os interesses dos trabalhadores do comércio de todo o País.
2. Que esse Plenário se reveste de aspectos estranhos e talvez com o intuito de esconder possíveis actividades reaccionárias.
3. A gravidade do momento político é a tentativa de domínio dos trabalhadores por forças estranhas aos mesmos.
4. Que esses mesmos comerciantes não defendem, não defenderam e nunca defenderão as classes mais exploradas.

A Direcção e os Delegados Sindicais dos Trabalhadores do Comércio, reunidos na sede do seu Sindicato, em 17/11/1975.

DECIDEM:

Alertar não só os trabalhadores do comércio de todo o País, mas também todos os trabalhadores em geral para as manobras que envolvem este Plenário e exigem que o mesmo seja desconvocado pelo carácter reaccionário de que se reveste.

Lisboa, 19 de Novembro de 1975

Pela DIRECÇÃO

teatro do bairro alto

Rua Tenente Raul Cascais, 1-A, 1-B (ao Largo do Rato) Telefone 66 15 15



Pequenos Burgueses de Gorki

DOIS ÚLTIMOS ESPECTÁCULOS HOJE, ÀS 21.15 H. AMANHÃ, ÀS 18.30 HORAS

Omar Sharif · Julie Andrews

NO GRANDE ÉXITO DO ANO!...

SEMENTE DE TAMARINDO

Um filme de BLAKE EDWARDS
Extraído da novela de EVELYN ANTHONY

Cada vez que se beijavam os serviços secretos tremiam...

Eastmancolor · Panavision

6 A E ÚLTIMA SEMANA
MONUMENTAL

Dois mundos diferentes unidos pelo amor!

Não aconselhável a menores de 13 anos

Televisão

MARIO CASTRIM

CANAL DA CRÍTICA

JAIMINHO, JAIMINHO, ESTÁS NO MAU CAMINHO

A respeito de televisão eu podia pôr-me para aqui a falar disto e daquilo, talvez mesmo mais daquilo do que disto. Falar, por exemplo, daquela «Queda das Águias», dos seus encontros e desencontros com a História. Nesse caso, porém, eu não estaria sintonizado com os meus leitores — dado que eles, creio-o bem, estão neste momento a pensar mais na queda de certos pardais de agora do que na queda das águias imperiais do antigamente.

Não admira. São os nossos destinos que estão em jogo, nisso empenha, cada um de nós, os seus melhores esforços para entender e para executar. Pelo que aquele **Telejornal** de ontem nos deu basta matéria para reflexão. A presença de Jaime Neves, por exemplo.

O Jaiminho. De óculos escuros (credol) a ler às tropas em parada um documento de apoio ao Governo da Meia Dúzia — também conhecido pelo Governo da Meia Leca. Pois o Jaiminho, ao contrário do que se dizia para aí, até sabe ler! Suponho que deve ter aprendido em África, nos intervalos dos «gloriosos» combates.

O Jaiminho, de óculos escuros (credol) despachou a sua lengalenga e depois deu entrevista. Aqui, já a sua facilidade de expressão não foi tão notória, a provar que, perto ou longe, haverá quem o ajude na escrevinhação.

De qualquer maneira, o facto de saber falar não significa que saiba pensar. Entregue a si mesmo, o Jaiminho é um perigo. O Jaiminho não devia falar sem pedir licença. Ou, pelo menos, sem a presença de um

ponto mais batido nas coisas da política. O processo, sendo escandaloso, não deixa de ser utilizado por personagens de mais alto gabarito.

Se digo que o acto de pensar não parece constituir o seu forte, faço-o atendendo às inoportunas declarações que faz.

Assim, ei-lo a declarar que acha indispensável o domínio sobre órgãos de Informação estatais e sobre o Rádio Clube Português. Isto comprova a justiça dos que pugnam por um socialismo em liberdade. Esta liberdade à medida dos desejos do Jaiminho e que deveria ser a defendida pelo Governo da Meia Leca, significa, como se vê, censura, repressão, terrorismo intelectual. Se alguns portugueses tivessem algumas dúvidas sobre o que nos esperava com a continuação do governo pinheiresco, decerto agora as perderia depois de ouvir o Jaiminho. O Jaiminho que na sua boçalidade, perdão, na sua ingenuidade disse alto e bom som a que outros, mais sofisticados, escondem na gruta do coração.

Cuidado com este Jaiminho — é um aviso que aqui deixo aos seus amigos civis. Se o deixam em liberdade, qualquer dia ficam uma data deles desmascarados.

A tese defendida pelo Jaiminho era esta: ocupavam-se os órgãos de Informação estatizados, bem como o Rádio Clube Português, e punham-se à frente deles pessoas idóneas, mas próximas das fontes de informação, ligadas ao Governo que só não é defunto porque nunca esteve vivo. Deste modo, o VI Governo ficava ao seu dispor com uma data de jornais independentes como o **Ex-**

presso, o **Jornal Novo**, o **Comércio do Porto**, a **Luta** e outros filhos da reacção.

Uma limpeza. É tudo, Deus louvado seja, em nome do socialismo em liberdade...

Ai pobre, pobre Jaiminho, Jaiminho dos olhos pretos (credol).

Felizmente, porém, que neste **Telejornal** houve amplos motivos capazes de fazer esquecer a diabólica intromissão do Jaime Neves.

Refiro-me à transmissão em diferido, do discurso do Presidente da República, general Costa Gomes, proferido em Belém, perante centenas de mi-

lhares de pessoas da manifestação de antes de ontem.

Refiro-me às palavras do coronel Leal de Almeida, comandante do **RALIS**, «o regimento do Povo».

Refiro-me à transmissão do Juramento de Bandeira naquela unidade, momento que a televisão não perdeu e que deve guardar preciosamente pois estamos em presença de um documento histórico.

O juramento dos soldados do **RALIS** foi pronunciado também por alguns milhares de portugueses. Que, como eles, também são soldados. Soldados da mesma revolução.

MATRÍCULAS NO SECUNDÁRIO

ATÉ 15 DE DEZEMBRO

Por despacho conjunto dos secretários de Estado da Orientação Pedagógica e da Administração Escolar são permitidas as matrículas até ao dia 15 de Dezembro do presente ano, a todos os alunos do Ensino Secundário, ficando as mesmas sujeitas às multas previstas na lei.

A aceitação das matrículas, fica dependente, no entanto, da existência de vaga no estabelecimento de ensino secundário a que foi requerida.

Estas medidas são determinadas levando em conta os muitos pedidos para lá dos prazos previstos e considerando que do ingresso de tais candidatos no ensino não resultam prejuízos quer para os próprios interessados quer para as próprias turmas onde se vão integrar, em face do começo muito recem do ano lectivo de 75/76.

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

Por motivo de levantamento da situação actual da colocação de professores, a Comissão Central de Colocações, não prestará informações ao público durante os dias 24, 25 e 26 do corrente mês, passando estas a serem facultadas a partir do dia 27, pelo Centro de Informações e Relações Públicas do M. E. I. C. na Avenida 5 de Outubro 107, das 9 às 19 horas.

Neste momento completou-se já a primeira fase de colocações.

Os candidatos que não tiverem sido colocados, e que concorreram em Maio deverão entregar no prazo máximo de 5 dias no **CIREP** nova relação de preferências, findo o qual serão colocados de acordo com as disponibilidades da Comissão Central de Colocações.

RESTAURO DA EMBAIXADA DE ESPANHA

Segundo uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as obras de restauro dos edifícios da Embaixada, Chancelaria e Consulado-Geral da Espanha em Lisboa «vão ter início imediatamente», sendo os respectivos encargos suportados pelo Governo português.

A fim de tratar de assuntos

relacionados com a recuperação daquelas instalações esteve em Lisboa o arquitecto Julian Manzano, do Ministério dos Assuntos Exteriores de Espanha, que juntamente com o encarregado de Negócios do País vizinho se encontrou com as autoridades portuguesas competentes.

SEMINÁRIO SOBRE POLUIÇÃO

Ao fim da manhã terminou o seminário sobre poluição de origem telúrica nas águas costeiras, que durante alguns dias decorreu nas instalações da Gulbenkian. Durante a sessão usaram da palavra os drs. Mário Ruivo e Vladimir Papisov.

Aquela reunião internacional foi promovida pelo Comité de Problemas da Água, da C. E. E., das Nações Unidas, e organizada pelas Secretarias de Estado das Pescas e do Ambiente, com o patrocínio do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A CORRIDA DA C.R.A.R.A.

Organizada pela Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária, efectuou-se no passado domingo no Campo Pequeno uma corrida de touros cuja receita reverteu a favor daquela organização.

Lidaram-se seis touros das herdades colectivas de Torre dos Coelhoos e de Pancas, os quais saíram bravos na generalidade.

A Mestre Batista, coube lidar o primeiro touro da corrida e fê-lo em duas partes distintas. Na primeira cravou dois ferros compridos péssimos, pois o cavalo saiu sempre atravessado das «sortes» e sofreu forte encolimento. Mudou de cavalo e o espectáculo alcançou então alto nível, pois o cavaleiro alentejano bregou acertadamente e colocando o touro nos terrenos mais adequados, entrou de frente para cravar ferros colossais.

Alfredo Conde, na «lide» do segundo hastado, recebeu-o com boa brega e embora tenha sofrido ligeiros toques na montada, cravou ferros compridos em lances bem desenhados. Mudou de cavalo, e, com um belo exemplar de cor branca, a actuação melhorou bastante, pois esse cavalo entrou recto com o «inimigo», e abrindo o quarteiro no momento exacto, permitiu ao cavaleiro bons ferros, que o público aplaudiu.

Gustav Zenkl, quanto a nós, foi o triunfador da corrida. O cavaleiro português (Zenkl naturalizou-se há pouco tempo), realizou no domingo talvez uma das suas melhores actuações nesta temporada. Sem

pre ligado ao touro, bregando como se o cavalo fosse um verdadeiro capote. Zenkl citou de frente e entrando ao «piton» contrário cravou ferros que levaram o delírio às bancadas. Terminou a sua actuação com um par de bandarilhas a duas mãos, cuja preparação, por si só, foi um verdadeiro espectáculo.

O amador Paulo Caetano abriu a segunda parte do espectáculo e fê-lo sem complexos, pois perante a sabedoria dos colegas profissionais, Caetano esteve valente e cravou boa ferragem comprida.

Nos curtos há a realçar um sesgo executado com mestria e dois bons curtos de frente rematados com adornos artísticos.

Emídio Pinto, talvez o menos eufórico naquela tarde, aguentou fortes perseguições e entrando recto colocou bons ferros compridos. Com os curtos o cavaleiro de Paço de Arcos esteve feliz em dois sesgos rematados por dento.

O último touro da corrida foi lidado por Correia Lopes, com a alegria já peculiar do cavaleiro. Bregando em círculos bastante curtos, cravou seguidamente ferros de classe. Nos mais pequenos foi notória a saturação do cavalo, que obrigou o cavaleiro a mudar de montada, terminando a sua actuação com um bom ferro à meia volta.

Pegaram bem os Forcados Amadores de Alcochete e Vila Franca. Todos os artistas deram voltas ao redondel e receberam flores.

MOITA DA CRUZ

Hoje



John Wayne e John Ford intérprete e realizador do filme «Forte Apache»

I PROGRAMA

- 16.10 Impacto, Fernão Lopes
- 17.00 Desenhos Animados
- 17.25 Fungá da Bicharada. «O Coelho Barafunda».
- 17.40 Expedição
- 18.00 Cinema de Animação. Um programa de Vasco Granja
- 18.30 A Caminho do Oriente. O Verde Dossel de Borneo
- 19.00 Concerto Sinfónico. Transmissão em directo da 1.ª parte do concerto realizado no Tivoli com a participação da orquestra Sinfónica da Emissora Nacional.
- 20.00 Panorama. Indústria têxtil.
- 20.30 Telejornal — 2.ª edição
- 21.05 Cada Dia Uma Esperança. Um programa pelo Dominicano Luis de França.
- 21.25 Noite de Cinema. «Forte Apache» (Fort Apache). Um filme produzido em 1948 e realizado por John Ford. Intérpretes: John Wayne, Henry Fonda e Shirley Temple.
- 23.05 Telejornal 3.ª edição.
- 23.20 Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e Fronteiras do Amanhã
- 20.15 Retrospectiva
- 20.30 Ver. Programa dedicado às Artes Plásticas.
- 20.55 A Caminho do Oriente. O Verde Dossel de Borneo
- 21.25 Telejornal — 2.ª edição em diferido do I Programa.
- 21.55 Foi Éxito na TV. «Inquéritos do Comissário Maigret». Série baseada nas novelas de Georges Simenon com Jean Richard no protagonista.
- 23.15 Fecho.

DESTAQUES

I PROGRAMA

Cinema «Forte Apache» (21.25)

II PROGRAMA

Os Inquéritos do Comissário Maigret (21.55)

Amanhã

I PROGRAMA

«12.00 — Abertura e Missa de Domingo. 12.50 — Expedição. 13.15 — Telejornal, 1.ª edição. 13.30 — Hoje Pode Ver. Cartaz dos programas da RTP e de cinemas e teatros de Lisboa e Porto. 13.40 — Desenhos Animados. Vici o Viking. 14.00 — Janela para o mundo. 14.30 — Presença do Brasil. Programa de José Manuel Coelho, Manuel Varela e Oliveira Pinto. 14.55 — Tarde de Cinema. «Sem Tempo Para Amar» (No Time For Love). Um filme produzido em 1943 e realizado por Mitchell Leisen. Com Claudette Colbert, Fred McMurray e Ilka Chase. «A reporter fotográfica de uma revista americana vai fazer uma reportagem sobre a vida dos mineiros e acaba por se apaixonar por um deles. Porém antes de serem casados, surgem certos desajustes». 16.00 — Um programa do Departamento de Programas Infantis e Juvenis. 17.30 — O Povo e a Música — Santa Cruz do Bispo. Transmissão dos Estúdios Porto. 18.00 — TV Rural. Um programa pelo eng.º Sousa Veloso. 18.30 — Os 4 de Blindados e o seu cão. Série filmada. 19.30 — Pauta Livre. 20.00 — Cartaz TV. Seleção dos programas da semana apresentação de Jorge Álvares. 20.30 — Telejornal, 2.ª edição. Noticiário do País e do estrangeiro. 21.05 — Futebol. 21.40 — Teleforum. 23.45 — Fecho.

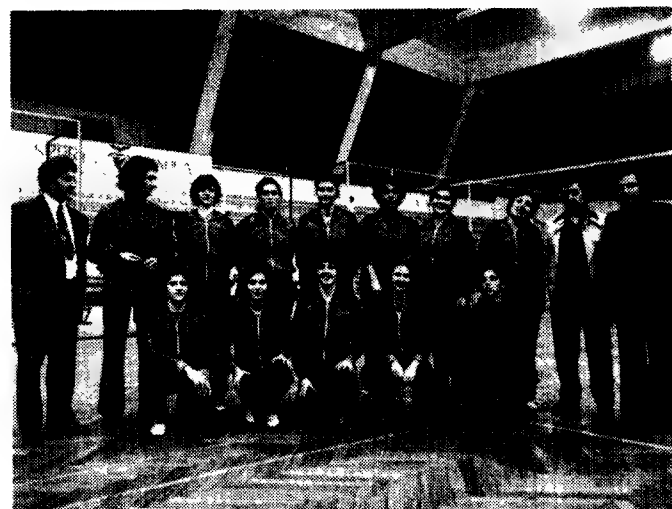
II PROGRAMA

20.00 — Abertura e Expedição. 20.40 — Presença do Brasil. 21.05 — TV Rural. 21.30 — Telejornal, 2.ª edição em diferido do I Programa. 22.00 — Programa Militar do Estado-Maior-General das Forças Armadas. 22.40 — Série Filmada. 23.30 — Fecho.

SOLNADO
VEM AÍ!

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO
E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto



guiada aos locais de maior interesse turístico, pelo que a oitava sessão só decorrerá hoje.

O Sporting é campeão de Lisboa em basquetebol: assegurou o título ontem à noite ao derrotar o Queluz por 79-52. Outros resultados da jornada: Algés, 80-Nacional, 67; Atlético, 75-Benfica, 76; Belenenses, 73-C. I. F., 60.

Também ontem à noite o hóquei em patins esteve em foco com a realização da última jornada da fase inicial do Torneio de Abertura. Os resultados apurados foram os seguintes: Parede, 5-Cascais, 6; Oeiras, 7-Paço de Arcos, 3; Sintra, 0-Salesiana, 4; Campo de Ourique, 5-C. U. F., 3; Sotro Mayor, 5-Benfica, 4 e Académica da Amadora, 6-Sporting, 3.

PORTUGAL

Retoma-se este fim-de-semana o Campeonato Nacional da 1.ª Divisão e logo com dois jogos de verdadeira sensação: em Alvalade um dos «guias» chamado Belenenses visita o Sporting; enquanto um outro «guia» chamado Benfica, vai visitar o primeiro «guia» deste campeonato: o Sporting de Braga.

Prevê-se, por isso, uma jornada grande com a possibilidade de o trio da frente se desfazer: até porque o terceiro comandante (o Boavista) actua no seu relvado (hoje) frente a uma das turmas da cauda: o Académico de Coimbra. Para além deste encontro entre axadrezados e estudantes, também o Atlético e o Vitória de

Setúbal combinaram antecipar para hoje o seu embate. Temos portanto dois jogos antecipados para hoje da jornada federativamente marcada para amanhã.

Os jogos antecipados para hoje serão disputados a partir das 16 horas; e, para amanhã, temos o seguinte programa completo: a partir das 15 horas (hora oficial), Sporting de Braga-Benfica, Desportivo da Cuf-Farense, Sporting-Belenenses, Leixões-União de Tomar e Estoril-Vitória de Guimarães. Uma hora mais tarde (ou seja às 16 horas) principiará em Aveiro o Beira-Mar-F.C. do Porto.

Entretanto param os nacionais da 2.ª e 3.ª divisões, porque vem aí a segunda eliminação da Taça de Portugal.

Que também tem um espectáculo antecipado para hoje (Marrazes-Sintrense) e 2 antecipados para amanhã às 11 horas (Fafe-Vilavovense e Elétrico-Nacional). De resto o programa indica-nos os seguintes jogos: Espinho-Leça, Bragança-Marinhense, Agueda-Famalicão, Penafiel-Vildemoinhos, União de Lamas-Guarda, Aliados-Avintes, Viseu e Benfca-Alba, Mirandela-Riopele (em Valpaços), Paredes-Tadim (em Tadim), Feirense-Régua, Espouense-Lamego, Oliveirense-Sanjoanense, Gil Vicente-Naval, Vianense-P. Brandão, Chaves-Varzim, Cujães-Marialvas (em Estarreja), Salgueiros-P. Ferreira, Lourosa-Lousaense, Covilhã-Viseu, Alverca-Seixal, U. Montemor-Benavente. São-Brasense-Peniche (em Faro), Beja-Portimonense, Quarteirense-Loures (em Olhão), U. Leiria-Alhandra, Marítimo-Alcobaça, Lusitano-Estrela, Sesimbra-Olhane-

se, Lusitano de Vila Real-Torres Novas, V. Jamar-Montijo, Campo-Maiorense-Barreirense, Portalegrense-Juventude, Sacavenense-Oriental, Almada-Caldas, Torriense-Costa da Caparica, União de Santarém-Esperança de Lagos e M. Rosairense-C. Piedade.

No que diz respeito aos juniores os jogos programados são os seguintes: hoje às 16 horas, Nelas-F. C. Porto e Lourosa-Marco.

Para amanhã: às 10 e 30 horas, Boavista-Sporting de Braga e a partir das 11 horas, Sanjoanense-Varzim, V. Guimarães-Leixões, Académico-Amarante, Atlético-Desportivo da Cuf, Belenenses-U. Coimbra, Sesimbrense-Sporting, Farense-S. Luís e Estrela-Benfica.

E este o programa futebolístico deste fim-de-semana.

25-1, Itália e República Democrática Alemã; 33-1, Chile, Polónia, Uruguai e Jugoslávia; 66-1, Bulgária, Colômbia, Checoslováquia, Hungria, Portugal, Escócia e Espanha; 100-1, México, Paraguai, Peru, Roménia, Venezuela e Países de Gales; 150-1, Áustria; 200-1, Bélgica, e 250-1, Irlanda do Norte.

O Governo provincial de Quebec assumiu ontem à noite a responsabilidade pela realização dos Jogos Olímpicos de 1976 em Montreal.

Simultaneamente, anunciou uma estimativa segundo a qual os Jogos custarão 1030 milhões de dólares, com o «deficite» previsto de 609 milhões de dólares.

Resultados da terceira jornada da fase final do Campeonato Brasileiro de Futebol:

No Rio de Janeiro: Botafogo-América (Rio de Janeiro); 0-0; em São Paulo: Corinthians-Nacional, 1-0; no Recife: Santa Cruz-Portuguesa, 1-1; no Rio de Janeiro: Flamengo-Grêmio, 1-0; em São Paulo: São Paulo-Internacional, 0-0; em Campinas: Guarani-Palmeiras, 3-1; no Recife: Sport-Náutico, 2-1; em Belo Horizonte: Cruzeiro-Fluminense, 1-2; em Campinas: Guarani-Palmeiras, 3-1; em Belo Horizonte: Cruzeiro-Fluminense, 1-2.

LA FORA

Os organizadores de apostas britânicos consideram o Brasil favorito na proporção de 6-1 no próximo Campeonato Mundial de Futebol, a disputar na Argentina, em 1978, de acordo com a lista que segue:

6-1, Brasil; 7-1, Holanda e Alemanha Federal; 10-1, Argentina; 14-1, União Soviética; 16-1, Suécia; 20-1, Inglaterra;

Mundial de futebol já arrumadinho...

A composição dos nove grupos europeus para as eliminatórias do Campeonato do Mundo de Futebol foi anunciada, pela comissão de organização da FIA. Ei-la: Grupo 1: Polónia, Portugal, Dinamarca, Chipre; Grupo 2: Itália, Inglaterra, Filândia e Luxemburgo; Grupo 3: Alemanha Democrática, Áustria, Turquia, Malta; Grupo 4: Holanda, Bélgica, Irlanda do Norte, Islândia; Grupo 5: Bulgária, França, República da Irlanda; Grupo 6: Suécia, Suíça, Noruega; Grupo 7: Escócia, Checoslováquia, País de Gales; Grupo 8: Jugoslávia, Espanha, Roménia; Grupo 9: URSS, Hungria, Grécia. O vencedor deste grupo jogará com o 3.º classificado da fase sul-americana.

África — Grupo 1: Argélia e Líbia; grupo 2: Marrocos e Tunísia; Grupo 3: Serra Leoa e Nigéria; Grupo 4: Senegal e Togo; Grupo 5: Zaire e África Central; Grupo 6: vencedor do Serra Leoa-Nigéria com Liberia; Grupo 7: Congo e Camarões; Grupo 8: vencedor do Mauritânia, Alto Volta com Costa do Marfim; Grupo 9: Egipto, Etiópia, Sudão, Quênia, Uganda, Zâmbia e Tanzânia e Malávi.

América do Norte, América Central e Caraíbas: Grupo 1: Canadá, México e Estados Unidos; Grupo 2: Guatemala, Honduras e El Salvador, Costa Rica Panamá; Grupo 3: Antilhas Holandesas, Barbados, Cuba, Guiana e Haiti.



Sporting: travar o passo a um guia chamado Belenenses?

ESTA TARDE

Gregas na Luz

Estas moças são gregas e jogam voleibol; apresentam-se esta tarde (17 e 30 horas) no pavilhão da Luz, em jogo com o Benfica e correspondente à segunda mão da primeira eliminação da Taça dos Campeões da Europa. A participação da equipa do Benfica nesta prova tem uma história: Para poderem ir a Atenas há dias, disputar a primeira mão, as «Marias» tiveram de andar a vender rifas para arranjar dinheiro para as passagens; perderam lá por 3-1, mas hoje são capazes de ganhar o jogo e também a eliminação. Era bom que o leitor se dispusesse a ir ver o jogo: talvez com o seu apoio as benfiquistas lucrassem outra aventura...

ONTEM

O primeiro torneio internacional de xadrez do Algarve, decorridas sete jornadas, tem um novo comandante: Larry Evans, o grande mestre norte-americano, que derrotou o seu compatriota Weinstein, sendo agora o único participante sem derrotas.

Outros resultados: os portugueses Fernando Silva e Joaquim Durão fizeram um empate rápido (18 lances); Calvo (espanha), que ainda não tinha perdido, foi derrotado pelo campeão mundial de juniores Chekhov (URSS), pelo que foi apeado do primeiro posto; Donner (Holanda) venceu Luis Santos (Portugal) e Keene (Inglaterra) empatou com Averbach (URSS) por que este, no

lance a seguir ao controlo das 5 horas, cometeu um erro irremediável que anulou a sua vantagem.

A partida Orestes Rodriguez (Peru)-Guilherme Garcia (Cuba) está suspensa com vantagem que se afigura decisiva para o primeiro.

Da jornada anterior concluiu-se a partida Chekhov-F. Silva que este ganhou num excelente final. Classificação: 1.º Evans 4,5 pontos; 2.º Weinstein, Chekhov, Calvo, Keene e Donner 4 pontos; 7.º F. Silva 3,5; 8.º O. Rodriguez, Averbach e G. Garcia, 3; 11.º J. Durão, 2,5; 12.º L. Santos 1,5.

O Rodriguez e G. Garcia têm menos um jogo.

Ontem aproveitando o magnífico tempo que se tem feito sentir em todo o Algarve, a organização ofereceu a todos os participantes uma visita

ATENÇÃO AO MONUMENTAL CIRCO MEXICANO

TAL COMO NA CIDADE DO PORTO

O POVO É QUEM MAIS ORDENA

POR ISSO AS LOTAÇÕES ESGOTADAS SÃO A PROVA DA CATEGORIA DO ESPECTÁCULO MÉXICO 75

LEÕES, TIGRES, CAVALOS, CHIMPANZÉS, CÃES AMESTRADOS, DUAS PARELHAS DE PALHAÇOS DUAS

E AINDA O MAIOR DA EUROPA

JOSÉ FREIXO

E SEU PATO DONALTIN

TODAS AS NOITES, AS 21.45 — QUINTAS E SÁBADOS, AS 16 HORAS — DOMINGOS, 3 ESPECTÁCULOS, AS 15, 18 E 21.45

INSTALADO

AV. DA REPÚBLICA

Junto à Feira Popular

HOJE, AS 21.45, HOJE

PUB

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

AVISO AOS CONSUMIDORES

Para realização de trabalhos nas instalações desta Empresa, no próximo domingo, 23 de Novembro, será interrompido o fornecimento de energia eléctrica em baixa tensão, nas seguintes zonas:

CONCELHO DE PALMELA: Machada, das 07 h. 30 m. às 14 h. 00 m., Caldo Verde, das 13 h. 30 m. às 15 h. 30 m., Águas de Moura, das 08 h. 00 m. às 09 h. 30 m. e das 14 h. 00 m. às 15 h. 00 m.

CONCELHO DO SEIXAL: Argena, Santa Marta de Corroios, Verdesela, Belverde, Belo, Cruz de Pau, Palheiro e Cordoaria, das 07 h. 30 m. às 13 h. 00 m., Vale da Torre, das 08 h. 00 m. às 17 h. 00 m.

CONCELHO DE SETÚBAL: Vale da Rosa, das 08 h. 00 m. às 09 h. 30 m. e das 14 h. 00 m. às 15 h. 00 m.

CONCELHO DE ALCOCHETE: Samouco, Docas Fena, Palhavã e Cheia, das 07 h. 30 m. às 14 h. 00 m.

Lisboa, 22 de Novembro de 1975.

Nacional

PORTUGAL CONTRA A INTERVENÇÃO
SUL-AFRICANA EM ANGOLA

Embora muito tardiamente, e já depois da invasão estrangeira estar consumada, Portugal protestou, finalmente, junto do Governo sul-africano pelo envolvimento das suas tropas em Angola, a partir da Namíbia. Este protesto foi ontem à noite tornado público perante a Assembleia Geral das Nações Unidas pelo embaixador português José Manuel Galvão Teles.

Galvão Teles afirmou que Portugal possuía provas concretas de que sul-africanos tinham entrado em Angola sob

pretexto de defenderem trabalhadores da barragem do Cunene, não esclarecendo, no entanto, porque só agora era dada publicidade a tais provas, quando o M. P. L. A. desde há cerca de dois meses que pressiona Lisboa no sentido de tomar uma posição clara face à agressão da África do Sul. Quanto ao envolvimento de mercenários de diversas nacionalidades, incluindo os do E. L. P., na luta contra o povo angolano, o embaixador português disse que «havia sido chamada a atenção do seu Go-

verno para provas desse envolvimento».

Recorda-se que, no decurso das semanas que antecederam a independência de Angola, o M. P. L. A. e as antigas colónias portuguesas tomaram inconsistentes posições no sentido de Portugal denunciar as intervenções estrangeiras em Angola, mas que essas posições foram aparentemente ignoradas por Lisboa, apesar de, na altura, lhe estar ainda atribuída a responsabilidade pela segurança do território.

Dirigentes governamentais sul-africanos encontram-se divididos quanto à intervenção militar do seu país em Angola. Segundo o correspondente da agência Reuter em Lusaka, Fred Bridgland, os dissídios sobre a Política de Pretória para com Angola atingem o mais alto nível, estando, neste momento, a ganhar os que advogam o aprofundamento da intervenção militar. Um dos mais acérrimos defensores da «linha dura» é o ministro dos Negócios Estrangeiros, Hillgard Müller, que logrou a adopção da sua política quando, em meados deste ano, se tornou evidente que a U. N. I. T. A. e a F. N. L. A. não conseguiriam opor-se sozinhas ao M. P. L. A.

Últimas

PRETORIA, 22 (Reuter) — A África do Sul enviou tropas para Angola, com o conhecimento prévio e aprovação do Governo Português, a fim de proteger o projecto hidro-eléctrico do Cunene, logo ao norte da fronteira — segundo afirmou hoje o ministro da Defesa Pieter Botha.

Num comunicado à imprensa, o ministro disse que o envio das tropas fora feito no interesse do povo angolano e das pessoas que trabalham perto do projecto, uma empresa conjunta sul-africana-portuguesa para abastecimento de energia eléctrica e água a Angola e ao Sudoeste Africano (Namíbia).

Botha comentava as declarações feitas pelo Embaixador de Portugal nas Nações Unidas, José Manuel Galvão Teles, que afirmou que o seu governo protestara junto da África do Sul acerca de movimentos de tropas em Angola, vindas do Sudoeste Africano.

ADOQUE
grupo de teatro

(Ao Martim Moniz)

— Telef. 87 42 80 —

É SÓ BRONCAS!

ACIADOS
CARDIACOS

HOJE, às 20,30 e 22,30 h.

AMANHÃ

«Matinéas»: 16 horas
Noite 20,30 e 22,30 h.

GRANDE ÉXITO
DO
NOVO NÚMERO
«O MANO-A-MANO
DA T. V.»

(Não acons. men. 18 anos)

PASSAPORTES
abreu
Av. da Liberdade 160 - LISBOA

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL
DO DISTRITO DE LISBOA

NÃO A UMA SOLUÇÃO DE DIREITA

As potentes demonstrações de força das massas trabalhadoras no passado domingo, dia 16 e ontem, dia 20 em Belém, deveriam fazer abrir os olhos a certas forças hesitantes e moderadas que persistem na ideia fixa de salvar um governo que mostrou já bem a sua face de antipopular e antioperário.

Os trabalhadores não puseram ainda em prática todo o seu inesgotável potencial revolucionário, as recentes manifestações são exemplos hem reais de que a luta continua e de modo nenhum nos conformaremos com soluções de direita.

O recente comunicado do Conselho da Revolução mais não é que a tentativa desesperada de salvar um governo moribundo, ao pretender pôr a funcionar toda uma política de repressão, estímulo e actividades contra-revolucionárias e instabilidade que o VI Governo tem levado à prática, política essa condenada pelos trabalhadores. Desde os metalúrgicos, passando pelos trabalhadores rurais até à nossa greve e concentração em S. Bento, ficou bem claro aos olhos de todos os trabalhadores deste país quem era o VI Governo e que pretendia fazer.

Não há pior cegueira do que aqueles que não querem ver.

A teoria das maiorias e das minorias foi ultrapassada pelas realidades, bem como a manipulação da palavra «povo». O povo não são os burgueses, não são os capitalistas de punho erguido, nem tão pouco os ELPs ou os PPDs. O povo somos nós os produtores da riqueza, os que trabalham de sol a sol, que tudo constroem e nada têm.

O Comunicado do Conselho da Revolução vem falar de poder popular, vem prometer mundos e fundos. Mas mais uma vez olhando para as realidades vemos que aqueles que falam no poder popular são os mesmos que tudo fazem para o combater como tem acontecido com o Conselho Municipal de Lisboa.

Quanto ao afastamento do General Otelio Saraiva de Carvalho, de comandante da Região Militar de Lisboa, ficou bem expresso o desejo das massas populares de manter na chefia de tão importantes cargos militares homens que se identifiquem com as aspirações do povo trabalhador e com a Revolução.

Portanto, que fique bem claro que não abdicaremos de colocar à frente deste cargo militar um homem que se identifique nas palavras e nos actos com os desejos das massas populares.

Queremos afirmar todo o nosso apoio aos soldados e oficiais revolucionários que por todos os meios estão do nosso lado, ombro a ombro, lutando por uma sociedade mais justa e livre da exploração, assim como exortamos todas as estruturas que enquadram os soldados revolucionários, que dentro e fora dos quartéis lutam pelo socialismo, contra o capitalismo e a exploração.

Nesta linha não podemos deixar de saudar revolucionariamente os pára-quedistas de Tancos, pela sua luta contra os reaccionários que dentro dos quartéis tentam trair a revolução.

Finalmente, queremos apelar para os trabalhadores da Construção Civil, que nos últimos dias têm sabido mostrar bem a sua determinação revolucionária de levar para a frente as conquistas da revolução, não vergando ante a ofensiva mais geral da reacção.

Todos os camaradas devem discutir nos locais de trabalho a actual situação, bem como quais as medidas a tomar, de modo a imprimir à nossa revolução a capacidade de resposta que a todo o momento poderemos ser chamados a dar, em defesa do que já alcançamos e pretendemos alcançar.

As Comissões de Trabalhadores e os Delegados Sindicais deverão avançar na discussão da actual situação e formas de luta a adoptar, deverão estar em permanente ligação com o Sindicato, a fim de centralizar as informações e tomadas de posição definidas, unindo esforços numa conjugação total para que possamos com os restantes trabalhadores e organizações progressistas, dar uma resposta enérgica aos perigos que na sombra ameaçam a nossa revolução.

— NÃO A UMA SOLUÇÃO DE DIREITA.
— APOIO AOS MILITARES E UNIDADES PROGRESSISTAS.
— NÃO AOS SANEAMENTOS A ESQUERDA NO GOVERNO MILITAR DE LISBOA.

Lisboa, 21/11/75

A DIRECÇÃO

PUB

PLENÁRIO NACIONAL
DOS COMERCIANTES

Organizado pela FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO RETALHISTA PORTUGUÊS, vai realizar-se, no próximo domingo, dia 23 do corrente, pelas 15 horas, no Palácio de Cristal da cidade do Porto, um Plenário Nacional dos Comerciantes.

Para tal efeito foi constituída uma Comissão Nacional, composta por representantes da FEDERAÇÃO Organizadora, de Associações de todos os Distritos do País, e, ainda, de comerciantes do Distrito de Lisboa, através da respectiva Comissão Dinamizadora.

Em tal Plenário, a que assistirão muitos milhares de pequenos e médios Comerciantes de todo o País, serão lidas várias exposições que constituem o resultado do tratamento, por parte das diversas Associações, dos temas que, neste momento, mais afectam e preocupam o Comércio Português.

As conclusões de tais trabalhos serão, posteriormente, entregues a diversas entidades da Governação, com o espírito de se prestar um contributo que se pretende construtivo e de leal colaboração, por forma a permitir que o Comércio Português possa superar a grave crise em que se encontra.

PELA UNIDADE DOS COMERCIANTES!

COMPARECE, COMERCIANTE, É O TEU FUTURO QUE ESTÁ EM JOGO!

PUB

SINDICATO
DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA
E COMÉRCIO FARMACÊUTICOS

Rua Joaquim António de Aguiar, 66 - 3.º Esq.
Telef. 657124/5 — LISBOA

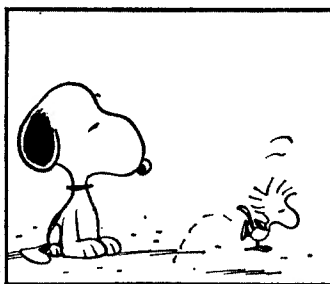
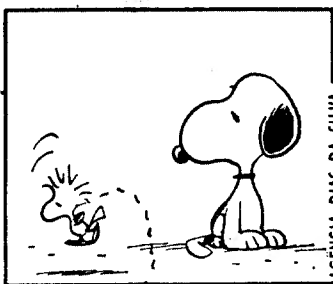
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea c), § 1.º do artigo 32 dos Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos, convoco a Assembleia Geral Extraordinária para o dia 2 de Dezembro de 1975, pelas 21 horas, no Instituto Superior Técnico, Salão Nobre, sito na Avenida Rovisco Pais, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Discussão e aprovação do programa elaborado pelos trabalhadores;
- 2 — Ratificação da lista unitária.

Pel'O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Alberto Fernando Matos Camacho

NOTA: A Assembleia só se realizará com a presença de, pelo menos, dois terços dos 200 (duzentos) sócios que a requerem, pelo que será feita uma chamada, no início da reunião, dos nomes que constam no requerimento.



Rádio Voz de Lisboa
06.00 às 10.00 e 19.30 às 22.00
Clube Radiofónico de Portugal
10.00 às 12.00 e 22.00 às 04.00
Rádio Graça
12.00 às 14.30
Rádio Peninsular
14.30 às 19.30

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO B-1

ATE AS 22 HORAS

ALCANTARA

Costa, Rua dos Lusíadas, 30 (tel. 636704).

ALVALADE

Alvalade, Avenida da Igreja, 18-A (tel. 712070); Onilda, Avenida João XXI, 13-A (tel. 726848).

AVENIDAS NOVAS

Dalva, Avenida Duque de Avila, 125 (tel. 45225).

BAIXA

Cortez, Rua S. Nicolau, 93 (tel. 325378).

BELÉM

Bom Sucesso, Rua Bartolomeu Dias, 63-A (tel. 611454).

BENFICA

Progresso, Estrada da A-da-Maia, 64-C (tel. 702226).

CAMINHOS DE FERRO

Alves de Carvalho, Rua Vale de Santo António, 7-9 (tel. 840125).

LAPA

Mota Capitão, Rua de S. Félix, 45-A/B (tel. 660720).

OLIVAIS

Central dos Olivais, Rua Alfere Barrilero Ruas 7-C (Olivais Norte) (tel. 315539).

PICHELEIRA

Marluz, C.da Picheleira, 140-B/C (T.720703/728395).

REGO

Prates e Mota, Rua da Beneficência, 91 (tel. 773728).

TURNO B-2

TODA A NOITE

AJUDA

Boa Hora, Rua dos Quarteis, 25-27 (tel. 637777).

ALFAMA

Cruz de Malta, Largo Chafariz de Dentro 36 (tel. 866126).

AMOREIRAS

Amoreiras, Praça das Águas Livres, 8-D (tel. 681515).

ARCO DO CEGO

Providência, Rua D. Filipa de Vilhena, 9-C (ao Bairro Social) (tel. 770324).

AREIRO

GASPARINHO, Rua dr. Gama Barros 54-A (tel. 710465).

ARROIOS

Brasil, Rua Alves Torgo, 29-33 (tel. 46843).

BAIXA

Brites Moita, Rua da Alegria, 33 (tel. 321149).

BENFICA

Sousa, Estrada de Benfica, 429-431 (tel. 790027).

CAMPO DE OURIQUE

Ourique, Rua Freitas Gazu, 23-B (tel. 671667).

CONDE REDONDO

Salus, Rua Luciano Cordeiro, 73 (tel. 42239).

LUMIAR

S. Tomé, Estrada do Desvio, Lote 12-C (tel. 790704).

POÇO DO BISPO

Barros Gouveia, Rua Vale Formoso de Cima, 79-B (tel. 382180).

S. BENTO

Valentim, Rua Poço dos Negros, 88-90 (tel. 679453).

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (Tel. 935518).

Carmelo, R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303).

Helénica, R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613).

S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Tel. 938703).

DAMAIA

Lemos, R. de Goa, 21-A (Tel. 971121).

QUELUZ

Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (Tel. 950117).

Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (Tel. 950123).

CACÉM

Guerra Rico, Aqualva.

MEM MARTINS

Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 123-B (Tel. 2914103).

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim, Tel. 980456.

SINTRA

Marrazes (Tel. 2930058).

COLARES

Abreja, (Tel. 299088).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Miraflores, R. António Granjo, 2 (Tel. 2113161).

CARCAVELOS

Central, até às 24 horas.

PAÇO DE ARCOS

Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (Tel. 2432039) até às 22 horas.

OEIRAS

Central, R. Conde Ferreira, 29 (Tel. 243058) toda a noite.

PAREDE

Brandão, Av. da República, 77-C (Tel. 2471054) toda a noite.

MURTAL

Primavera, R. das Parreiras, 2 (Tel. 2472278).

MONTE ESTORIL

Suica, Cruzeiro (Tel. 260087) toda a noite.

CASCAIS

Nova, Est. de Alvide-Fontainhas (Tel. 281044) até às 22 horas.

Marginal, Av. Marginal (Tel. 28007) toda a noite.

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Nunes, D. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137).

ALHOS VEDROS

Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020).

ALMADA

Nuno Álvares, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39 (Tel. 2750504).

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302).

BARREIRO

Picarra, Av. do Bocage, 65-A (Tel. 20747771).

COVA DA PIEDADE

Louro

MOITA

União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025).

MONTUJO

Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (Tel. 2310008).

SESIMBRA

Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471).

SETÚBAL

Costa, L. da Misericórdia (Tel. 22760).

Brasil, P. do Brasil (Tel. 24788).

SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560).

PORTO

TURNO 30

ATE AS 22 HORAS

Batalha, Praça da Batalha, 26; Campo, Praça da República, 118; Costa Cabral, Rua de Costa Cabral, 1832; Fonte da Moura, Rua de Tanger, 1463; Invicta, Rua do Bonfim, 330; Mira Paulo, Rua Castelo de Numão, 37; Barros, Rua do Bonjardim, 1292; Fátima, Rua Oliveira Monteiro, 475; Garantia, Rua Fernandes Tomás, 696; Sá, Rua Vale Formoso, 181; Sarabando, Largo dos Lóios, 36.

A PARTIR DAS 22 HORAS

Batalha, Praça da Batalha, 26; Campo, Praça da República, 118; Invicta, Rua do Bonfim, 330 e Mira Paulo, Rua Castelo de Numão, 37.

Paiva, P.do Comércio, 58 (T.23281); S. Sebastião, R. António Jardim (T.28802); Silcar, R.Ferreira Borges, 88 (T.22923).

COIMBRA

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».

Avenida, 21.15 (18 anos) «Amar Não Mata».

Gil Vicente, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

S. Teotónio, 21.15 (18 anos) «A Raca dos Senhores».

Tivoli, 21.15 (18 anos) «Pecados em Família».



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO: 654531/2/3/4
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SOBRADO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍBIA TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

NOMEADAS COMISSÕES

● Para dissolver os "páras"

Manda o Conselho da Revolução, pelo chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Moraes e Silva, combater a redacção da portaria 6885/75 de ontem: «É desactivada a Base-Escola de Tropas Para-Quedistas, sita em Tancos».

Neste sentido, «é criada, na Força Aérea, com carácter transitório, a Comissão Coordenadora Liquidatária da Base-Escola de Tropas Para-Quedistas, a qual tem por missão, resolver, em ligação com os organismos interessados, os problemas e assuntos, nomeadamente de carácter administrativo, que venham a pôr-se na sequência da desactivação daquela Base-Escola».

Segundo se depreende do considerando estas medidas são decretadas por ser «necessário assegurar a eficiência e cuidadoso reajustamento das tropas pára-quedistas face à evolução da situação nacional».

«A referida Comissão» — determina o C.R. — «é presidida por um oficial superior, directamente subordinada ao chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e dela fazem parte mais três vogais, oficiais de qualquer quadro».

Na mesma Comissão «prestará serviço o pessoal (oficiais, sargentos e praças) indispensável ao cumprimento das atribuições que àquela forem fixadas».

● Para averiguar o que há sobre escutas telefónicas

Por deliberação do Conselho de Ministros em sessão dos princípios de Novembro é constituída uma «comissão militar com amplos poderes para averiguação no domínio da escuta telefónica». Esta deliberação foi tomada tendo em consideração as «informações prestadas pelo ministro dos Transportes e Comunicações, no seguimento da acção desenvolvida pela Comissão de Inquérito dos TLP».

A referida comissão funcionará na dependência directa do Conselho de Ministros e é composta pelo tenente-coronel engenheiro José Augusto Gonçalves Ramos, major enge-

neheiro Francisco José Ferreira de Bastos Moreira e major engenheiro Raul Campos Soares.

A comissão é concedido o prazo de 60 dias para concluir o inquérito.

Aos membros da Comissão de Inquérito à Escuta Telefónica foi passada uma credencial que os autoriza ao acesso, «sem aviso prévio, aos órgãos e instalações dos TLP, CTT, Rádio Marconi, serviços públicos edifícios e entidades oficiais, devendo ser-lhes prestadas todas as informações e esclarecimentos de que careçam para o cabal do seu inquérito pelo pessoal civil ou militar em serviço nos referidos órgãos e instalações».

C.R. DECRETA SOBRE DESERTORES

«Para pôr fim a situações militares irregulares em que muitos portugueses se constituíram, por razões ideológicas e outras, consequência do regime político anterior ao Movimento de 25 de Abril» o Conselho da Revolução decretou que quem tenha estado em situação irregular até ao dia 2 de Maio de 1974 por não ter cumprido as obrigações relativas ao recrutamento geral, fica sujeito ao seguinte regime: «se

pertencer a contingente a aguardar incorporação, cumprirá o tempo normal de serviço efectivo; se pertencer a contingente cuja classe se encontre em período de instrução ou a cumprir o período de serviço nas fileiras, fica obrigado ao cumprimento integral do tempo normal de serviço efectivo; se pertencer a contingente cuja classe já se encontre na disponibilidade, será alistado na reserva territorial».

Quanto aos que se encontram em situação de deserção até ao dia 9 de Outubro de 1974 (ou data posterior se vier a ser decretada nova amnistia) ficarão sujeitos ao «cumprimento integral de tempo de serviço efectivo, se a sua classe estiver no activo; passagem à situação de disponibilidade, se, tendo cumprido o período de instrução, pertencerem a classes já nessa situação; alistamento na reserva territorial, se não tiverem terminado a instrução, mas pertencerem a contingentes cujas classes já se encontrem na situação de disponibilidade».



AMANHÃ
MATINÉE ÀS 17 H.

JINGLES
VEDETA DA RADIO
E DA TV INGLESA

FREDIANI BROTHERS
MARIA JO
BENTYBER
DANCERS

FERRERREIRA E FILHOS
BANCA DIPLOMÁTICA
"MODA AMBIA"
MAIORES DE 13 ANOS
PREÇOS
CHA COMPLETO, 70\$00
(Taxas e im. locais incluídos)

Dez comícios do P.S.

Realiza-se hoje à noite no Porto um comício do Partido Socialista.

A sessão conta com a presença do secretário-geral da organização, Mário Soares, e tem lugar na Praça Humberto Delgado, onde começa com uma concentração cerca das 21 e 30.

Amanhã, o PS manifesta-se em Lisboa, à tarde e na Alameda D. Afonso Henriques a começar com uma concentração

COPCON NA REVOLUÇÃO

V. LOURENÇO DECLINA OTELO MAIS FORTE

Após uma prolongada reunião em Belém, onde o general Otelto Saraiva de Carvalho entregou ao Presidente da República uma moção pouco antes subscrita por 11 unidades da Região Militar de Lisboa e aprovada numa reunião realizada no Alto do Duque, moção em que não é aceite a nomeação do capitão Vasco Lourenço para o cargo de Comandante da Região, o general Costa Gomes convocou para segunda-feira uma reunião extraordinária do Conselho da Revolução. Ao mesmo tempo as unidades militares da Região Militar de Lisboa, voluntariamente, entravam de prevenção rigorosa. Entretanto, o general Otelto Saraiva de Carvalho, segundo foi anunciado às 2 e 30 da madrugada de hoje pelo major Barão da Cunha, porta-voz do comandante do COPCON, mantém-se também no comando da Região Militar.

Por sua vez o capitão Vasco Lourenço declinou o cargo, uma vez que, conforme declarou aos órgãos da comunicação social, não tem a confiança das unidades que iria comandar.

Na reunião de Belém, que teve início cerca das 21 horas de ontem, estiveram presentes o general Costa Gomes, os comandantes do COPCON e da Academia Militar respectivamente generais Otelto Saraiva de Carvalho e Pinto Soares, o almirante Pinheiro de Azevedo vários conselheiros da Revolução entre os quais o almirante Rosa Coutinho, os comandantes Martins Guerreiro e Almeida Contreiras, os capitães Sousa e Castro e Marques Junior e, naturalmente, o capitão Vasco Lourenço, personagem central de toda esta movimentação.

Na reunião do COPCON, segundo julgamos saber, apenas os Comandos da Amadora e o CIAAC (Centro de Instrução de Artilharia Anti-Aérea de Cascais) teriam concordado com a decisão do Conselho da Revolução.

DETURPAÇÃO DO COMUNICADO?

Não surpreendeu a recusa da esmagadora maioria das unidades da Região Militar de Lisboa em aceitar o capitão Vasco Lourenço para o cargo de comandante e o movimento de contestação que imediatamente se desenvolveu, mas suscitou grande perplexidade a discrepância entre os termos do comunicado e a posição de facto assumida pelo general Otelto Saraiva de Carvalho.

De acordo com o teor do comunicado, Otelto teria concordado com a nomeação de Vasco Lourenço. Posteriormente, através das declarações dos maiores Diniz de Almeida, comandante operacional do Ralis e do major Barão da Cunha, porta-voz do COPCON, veio a saber-se que Otelto não tinha

dado o seu acordo à decisão do Conselho da Revolução.

Aqui é preciso sublinhar que, sendo as decisões do Conselho da Revolução tomadas após votação, neste momento, em questões fundamentais, a facção direita pode sempre obter a maioria e tomar as decisões que entender.

Falando ontem para o Rádio Clube Português, o major Diniz de Almeida afirmou que o general Otelto não aceitou a nomeação de Vasco Lourenço «porque partiu do princípio de que o capitão Vasco Lourenço não teria aceitação no desempenho dessas funções, dos comandantes das Unidades de Lisboa. E essa opinião efectivamente existe, e isto sem qualquer tipo de desprimor para o capitão Vasco Lourenço, mas apenas porque existem outras camaradas, tal como, por exemplo, o coronel Fontão, tal como o brigadeiro Corvacho, o general Pinto Soares, e outros igualmente capazes de desempenhar o cargo e dispostos, como se sabe, de grande representatividade junto das bases. Portanto o comunicado não é correcto e é de admitir que qualquer tipo de lapso ou incorrecção de entendimento tenha surgido, porque não posso, evidentemente, atribuir a má fé a esse comunicado. Portanto estou em condições de o poder desmentir, sob o ponto de vista de que o general Otelto teria aceite tal comunicado».

Por sua vez Vasco Lourenço disse aos jornalistas que o general Otelto tinha apoiado a sua nomeação na véspera e acrescentou que «não estava nada interessado em comandar a Região Militar de Lisboa». Disse ainda que puzera certas condições para aceitar esse cargo e uma das primeiras era que o general Otelto o aceitasse. Mas afirmou que pusera ainda outras condições, e em relação ao que aconteceria se efectivamente se concretizasse a sua nomeação também não deixou margem para dúvidas a ninguém ao sublinhar: «Sei que, efectivamente, há elementos que me contestam à partida, o que para mim não é novidade nem é problema, porque eu sei ficar comandante da Região Militar também não os aceito sob o meu comando. Portanto, há efectivamente determinadas situações que eu considero que têm de ser modificadas e, portanto, os comandos dessas Unidades sabendo à partida disso concerta-se que vão contestar-me. O problema não é esse. Eu quis determinadas condições, não estou absolutamente nada interessado, e continuo a afirmá-lo, nem em ir para brigadeiro nem para comandante da Região Militar. So o farei se for considerado que é absolutamente necessário, pois estou a fazer tudo para o evitar, e sei que o general Otelto também pensa assim, que esta situação possa degenerar numa deterioração profunda da amizade que nos une a nós dois. O que é preciso é evitar situações graves. Eu tenho umas unidades a dizer que me apoiam totalmente. Há outras a dizer que não apoiam...»

Caberá perguntar se, perante a perspectiva de tantas alterações nos comandos da Região Militar de Lisboa caso o capitão Vasco Lourenço a fosse comandar, o general Otelto concordaria, se o general Otelto teria de facto dado o seu aval para a nomeação de um oficial que iria atacar frontalmente os comandos e as unidades militares de esquerda da região de Lisboa. Há razões de inteligência para duvidar que o general Otelto tenha dado o aval para a destruição das unidades revolucionárias, para a sua própria destruição. Há de facto qualquer coisa de anormal no comunicado do Conselho da Revolução.

mente os comandos e as unidades militares de esquerda da região de Lisboa. Há razões de inteligência para duvidar que o general Otelto tenha dado o aval para a destruição das unidades revolucionárias, para a sua própria destruição. Há de facto qualquer coisa de anormal no comunicado do Conselho da Revolução.

PINTO SOARES DEFINE POSIÇÕES

No meio de toda esta movimentação assumem particular relevo as declarações do general Pinto Soares que praticamente definem, sem margem para dúvidas, as posições que neste momento os militares de esquerda e as forças no Poder devem assumir reciprocamente.

Depois de salientar que a sua presença em Belém não tinha nada a ver, de imediato, com a questão da Região Militar de Lisboa, nem era uma questão de alternativa para o caso da nomeação de Vasco Lourenço, afirmou que o caso era mais profundo.

«Como foi na altura noticiado, disse, houve uma tentativa que contou com a aceitação tácita e implícita dos membros do C. R. ou de alguns membros do C. R. do dito «Grupo dos Nove» para uma iniciativa de se efectuarem uns encontros entre militares mais em evidência neste processo político após o 25 de Abril. Nessa situação era imperioso que eu tomasse uma posição face à opinião que os meus camaradas tivessem, para além de uma opinião pessoal que também gostaria de transmitir». Pinto Soares sublinhou que, em face dos últimos acontecimentos e sem que as suas palavras pudessem ser interpretadas como uma ameaça, pensava que «os oficiais revolucionários ou são aceites e integrados no processo político, ou deviam ser considerados como estando na oposição ao actual regime».

Afirmou ainda: «Foi dito claramente ao sr. Presidente da República e na presença do Primeiro-Ministro almirante Pinheiro de Azevedo, que não haveria autodemissão, nenhum militar se demitiria. E, portanto, se efectivamente há a intenção de procurar uma solução válida para o processo revolucionário entre as actuais forças militares, então, a partir dessa altura, o actual poder político-militar deve tomar uma atitude de demissão pessoal e não de demissão colectiva. Disse ainda que o problema que se punha, nem estava a levantar essa questão, não era o de serem demitidos, acrescentando: «Eu estou a pôr aqui com toda a clareza o problema que levantei ao nível político em que não represento facções. As pessoas em nome de quem falo, volto a repetir, são personalidades de destaque neste processo (que o foram ou que o são), têm efectivamente um peso específico na revolução. Fizem claramente a sua opção. Não são homens para abandonar porque estejam marginalizados. Aqui em Portugal ou fora de Portugal são homens que estão sempre ao lado do Povo e pela revolução. E, portanto, pouco importa quantas espinhargas ou quantos homens do Povo português possam representar. O que importa é que não são homens para se demitirem. Não se demitirão. Fizem a sua opção e estão pelo Povo português».



CENSURA MILITAR

Com data de 18 do corrente, e atrás do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, foi difundida em todas as unidades deste ramo das Forças Armadas a seguinte determinação, emanada do Estado-Maior General das Forças Armadas:

«Os comunicados ou declarações provenientes de unidades, estabelecimentos militares e de militares, individualmente ou em grupo, só devem ser difundidos ou transcritos na Radiotelevisão Portuguesa e Emissora Nacional de Radiodifusão e canalizados através do Estado-Maior General das Forças Armadas, Estados-Maiores dos três ramos, do comandante do Copcon ou comandantes das regiões militares ou equivalentes. Esta determinação deve ser transmitida imediatamente aos meios de comunicação citados. Os directores serão responsabilizados pela sua execução. Salientar-se que se mantêm em vigor as determinações do Conselho da Revolução quanto às entidades militares autorizadas a prestar declarações aos meios de comunicação social, cujo cumprimento deve ser exigido.»

«AMI»
DA ONÇA

Não é verdade que o coronel Melo Egídio viesse a auferir, como comandante do A. M. I., mais de 60 contos.

A rectificação é feita por funcionária zelosa da Repartição de Vencimentos do Ministério do Exército, que põe os pontos nos ii: «O senhor coronel ganha 20 700\$00, com mais 30 por cento de comissões no Ultramar. Além disso tem descontos. Não está certo o que se anda por aí a dizer».

Dá para perguntar como é que o coronel foi capaz de aceitar trabalho tão duro por uma bagatela (26 910\$00). Mas a organização foi extinta. Melo Egídio livrou-se do «ami» da onça...

AMPLIO LEQUE

Em mesa redonda promovida e publicada hoje no «Expresso» com alguns dos 123 oficiais pára-quedistas que se auto-sanearam, a propósito das várias tendências políticas existentes entre eles, informa um dos intervenientes: «Quero dizer que o leque das opiniões políticas dos oficiais que saíram de Tancos é muito amplo. Por exemplo, tenho um oficial muito meu amigo que não acompanhou e é simpático da esquerda revolucionária».

Deduz (interrogando...) o «Expresso»: «Portanto, em sua opinião os oficiais que saíram de Tancos não se podem considerar sem mais aquelas como burgueses, isto é, como defensores de uma sociedade capitalista?»

Quem diz que o «Expresso» não é objectivo? Quem diz que o leque político dos oficiais pára-quedistas não é vasto se até têm um oficial da esquerda revolucionária, entre os 123 oficiais? A que varetas do leque político pertencem os outros 122?